

INSTITUTO HISTÓRICO DO RIO GRANDE

REVISTA

Fundado em 29 de março de 1902

DO INSTITUTO HISTÓRICO

(de 1902-1944 e 1963-1977)

E GEOGRÁFICO DO

RIO GRANDE DO NORTE



COMISSÃO DE FUNDAMENTO

- Dr. José Lourenço de Almeida
- Dr. Manoel Vitorino de Albuquerque
- Dr. João Vitorino de Albuquerque

COMISSÃO DE FUNDAMENTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Dr. João Vitorino de Albuquerque

VOLUMES: LXVIII - LXIX

1976 - 1977

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 29 de março de 1902

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES

(de 29-03-1975 a 29-03-1977)

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich

1.º Vice-Presidente: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo

2.º Vice-Presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo

1.º Secretário: Dr. Mariano Coelho

2.º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Escritor Antonio Antídio de Azevedo

Orador: Historiador Luís da Câmara Cascudo

Vice-Orador: Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos de Vasconcelos

Diretor Adjunto: Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva

Dr. Manoel Varela Santiago Sobrinho

Des. João Vicente da Costa

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo

Tarcisio da Natividade Medeiros

Boanerges Januário Soares de Araújo

S U M Á R I O

Palavras Iniciais	7
Tobias Monteiro, Jornalista e Historiador	9
Auta de Sousa	13
A Questão Religiosa e o Rio Grande do Norte	21
Notas Avulsas	39
Um Conferencista do Nordeste	40
O Roteiro da Redescoberta do Trópico onde nasci e me criei	41
Um Agradecimento	53
As fronteiras do Brasil com a Bolívia e o Paraguai	55
Os Pontos Vespuccianos da costa do Brasil	69
Amplexo de amizade Luso-Brasileira	73
Passeio a Fernando de Noronha	77
A verdade e a interpretação da História	83
Oração Congratulatória	91
Luís da Câmara Cascudo	95
Homenagem ao Monsenhor Pegado	97
Tonheca Dantas	103
Rodolpho Pongetti	113
Os Pioneiros do Escotismo Potiguar	117
A Revolução de 1935 — 1. ^a parte: Rio Grande do Norte	121
Professor Luiz Antonio	137
Primeiro Centenário do Livro de Ferreira Nobre	141
Roteiro de Manoel Ferreira Nobre Júnior	143
Notas Avulsas	153
Resumo das atividades da Pres. do IHGRGN	155
Relatório	157
Registro sobre o I.H.G.R.G.N.	162
Necrológio	163

PALAVRAS INICIAIS

Eis mais um número de nossa Revista. Refere-se aos vols. LXVIII e LXIX — anos de 1976-1977.

Colaboram, nas páginas que se seguem, os confrades ilustres: Des. João Vicente da Costa, escritores Manoel Rodrigues de Melo, Nestor dos Santos Lima, Humberto Nóbrega, Guarino Alves, João Afonso Côrte Real, Pe. Eymard L'E. Monteiro, Jayme da Nóbrega Santa Rosa, Pe. Jorge O'Grady de Paiva, Celso Caldas, Mons. Severino Bezerra, Silvino Bezerra Neto, Walter Wanderley, Veríssimo de Melo, Raimundo Nonato e Nilo Pereira.

Há, ainda, além de uma conferência nossa, os escritos dos historiadores Orlando Parahym, João Frederico Abbott Galvão Jr. e Robert Levine.

São trabalhos de pesquisa que muito engrandecem a cultura histórica, sobretudo do Rio Grande do Norte.

Deve-se, logo de início, também ressaltar a valiosa ajuda concedida, anualmente, pelo Egrégio Conselho Federal de Cultura, sem o que este e outros números não teriam sido publicados. A presente revista, para alegria dos que integram a "Casa da Memória Norte-rio-grandense", será lançada hoje, 29 de março de 1979, quando o tradicional Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte comemora os seus 77 anos de fundação, todos, desde 1902, em favor do desenvolvimento cultural do Estado e do país, com razoável repercussão além fronteiras nacionais, vez que, na vetusta entidade, não são poucos os estrangeiros, principalmente professores universitários, que, aqui chegando, vêm pesquisar na sua biblioteca, rica de livros, periódicos e documentos que datam de séculos passados, épocas do domínio holandês e da presença definitiva dos irmãos lusitanos em terras potiguares.

Infelizmente, a morte arrebatou do nosso convívio mais cinco confrades, aos quais rendemos o preito da saudade, publicando, de cada um, alguns dados biográficos. Aludimos, assim, aos inesquecíveis consócios: Des. An-

tonio Soares de Araújo, Antonio Antídio de Azevedo, Dioclécio Dantas Duarte, Edgar Ferreira Barbosa e Manoel Varela Santiago Sobrinho.

É propósito da Presidência, ainda este ano, editar mais dois números da Revista. Um referente ao ano de 1978. Transcrevendo, em outro, as atas das sessões que o venerando Instituto realizou durante um decênio, pois, como devem observar os leitores, nestes últimos números não foram inseridas tais atas, que são, inegavelmente, mananciais preciosos e indispensáveis ao estudo e à pesquisa, fixando fatos, pessoas e datas, nos anos respectivos.

Cabe, de igual modo, neste ensejo, que se faça um registro de aplauso e agradecimento à Comissão de Estatuto e Redação da Revista, composta dos historiadores Luís da Câmara Cascudo, Tarcísio da Natividade Medeiros e Boanerges Januário Soares de Araújo, que tanto se empenhou na colheita e seleção dos trabalhos.

Enfim, na data magna do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em meio ao estímulo que recebemos dos ilustrados confrades e de quantos admiram, fora do seu quadro social, as iniciativas do espírito e da inteligência, no campo da História, sobressai a nossa gratidão mais espontânea e fraternal.

Tudo que é feito com pertinácia, carinho e desprendimento, dignifica a criatura humana, neste mundo de Deus.

Sempre paira a convicção de que, modestamente, mais uma vez, cumpriu-se com o dever.

Natal, 29 de março de 1979, 77º aniversário de fundação do I.H.G.R.G.N.

ENÉLIO LIMA PETROVICH

Presidente

TOBIAS MONTEIRO, JORNALISTA E HISTORIADOR

Des. JOÃO VICENTE DA COSTA
(Sócio Efetivo)

Detenhamo-nos aqui sobre o Jornalista e Historiador **TOBIAS MONTEIRO**, autor dos mais amplos estudos históricos do Brasil, na parte relativa ao primeiro Reinado, além de sua intensa atividade jornalística.

Escritores e homens públicos dos mais insignes têm, largo período, relações efetivas com Tobias — Ruy Barbosa, Rio Branco, Joaquim Nabuco, José Carlos Rodrigues, Epitácio Pessoa, Capistrano de Abreu, Batista Pereira, (genro de Ruy), Calogeras, João Ribeiro, todos os mais da convivência diária da imprensa. A Capistrano escrevia assinando **Potiguar do Potengi**, na evocação do rio que emoldura Natal, paisagem de sua infância e adolescência do Largo da Igreja do Rosário, a compor a praia da Redinha e como que a avançar para o celebrado Forte dos Reis Magos à barra do Atlântico. O historiador é sempre mencionado em livros sobre a vida político-administrativa do Brasil, livros históricos, didáticos, enciclopédias. Assim em Oliveira Lima, Câmara Cascudo, Otávio Tarquínio de Souza, Pedro Calmon, Hélio Viana, José Maria Belo, no Dicionário e Enciclopédia Internacional, na Enciclopédia Delta Larousse, volumes 2.º ed. 67, Dicionário Lello ed. 1966, etc. Sobremodo relevante a posição de Tobias junto a Ruy e em face dos movimentos agitaçãoistas nos primeiros anos do novo regime. No Prefácio de Batista Pereira à 2a. ed. de **CARTAS DE INGLATERRA**, de Ruy Barbosa, págs. 72, 74, 77, 79, 108, 115, salientam-se as referências feitas a Tobias: “A melhor testemunha da atitude de Ruy nesses dias é o seu secretário Tobias Monteiro, o notável escritor a quem tanto deve

a nossa História. Ele atesta que Ruy nada tinha com a revolta da Armada contra Floriano Peixoto". E fala das providências de Tobias até o embarque de Ruy para Buenos Aires. No vol. XVII das Obras Completas, de Ruy, 1890, tomo I, págs. 219-356, se inserem com o Projeto da Constituição da República, os discursos de Ruy, mais o autógrafa, anotações e emendas do próprio punho do inigualável Jurisconsulto. É às fls. 317-375 vem artigo retificativo do rodapé da *Notícia*, Rio, Out. 181, que deixava à margem a preponderância de Ruy no aludido Projeto. É a resposta de Tobias esclarecedora das demarches, sob o título — "**Como se fez a Constituição da República**". Ruy estava exilado na Inglaterra. O seu antigo auxiliar, no Gabinete Ministerial, Tobias Monteiro, replicou a 16 de outubro". A narrativa de Tobias Monteiro recebeu solene confirmação do próprio Ruy Barbosa, o qual, em carta de Londres, datada de 24 de Novembro de 1894, da qual existe cópia fotostática no arquivo da Casa Ruy Barbosa, assim se manifesta: "Obrigado pelo seu artigo em restabelecimento da verdade, contra as histórias do Rochinha & Cia." (Nota-Oliveira Rocha, diretor da *Notícia*).

— Redator do "**JORNAL DO COMÉRCIO**", do Rio, ao tempo da direção e propriedade do Dr. José Carlos Rodrigues, que applicava a sua inteligência como advogado e jornalista no Rio, em Londres e Nova York, revela-se Tobias Monteiro o espírito devotado aos princípios, norma de elevação e segurança orientadora de seus argumentos e conceitos. Por isso, quando surgiam crises políticas administrativas, ou problemas nacionais em debate, e o grande órgão interferia com uma *Gazetilha ou Vária*, sentia-se no ambiente social o efeito catalisador. Tobias emprestava ao estilo redacional o senso equilíbrio e medida, requeridos pelo momento psicológico e pela ordem.

O talentoso jornalista F. Macedo, como aludimos de início salientou, em concurso, a "capacidade multiplicativa de Tobias. Orador em banquete ao Embaixador Gastão da Cunha, presidido por Pedro Lessa o "Grande Marshall Brasileiro" no Supremo Tribunal Federal, produziu peça admirável, muito aplaudida. Em livro de 1908, "*Da Propaganda à Presidência*", Campos Sales, tratando de assuntos de seu Governo (1898-1902), faz referência elogiosa ao secretário Tobias, na sua missão jornalística daquele período, viagem à Europa, do Presidente eleito. — Amigo de Epitácio Pessoa, representante do Estado da Paraíba no Congresso Constituinte Republicano, Deputado com atuação decisiva em favor da ordem constitucional, teria o jornalista potiguar, focalizado então os seus serviços valiosos numa pasta como a da Justiça. Vinte e um anos decorridos, Epitácio, Presidente da República o convidaria para Secretário, ao lhe fazer uma indicação. Escrevendo

sobre seu pai, completa biografia em dois volumes de substancial informação — “Epitácio Pessoa”, ed. 1951, a Exma. Sra. D. Laurita Pessoa Raja Gabaglia (1.º) mostra as relações existentes. — “Auxiliar precioso do Governo, figura de primeiro plano em Palácio, foi **Agenor de Roure**, Secretário da Presidência e Chefe da Casa Civil”. “**Recomendou-o Tobias Monteiro ao Presidente** quando este tratava de compor a sua Casa Civil e Militar como sendo pessoa capaz de preencher as delicadas funções de Secretário”. Realçando as qualidades do Dr. Agenor de Roure, que servia na Câmara dos Deputados como Chefe da Secretaria, e já tinha nome de Jurista e jornalista, acrescenta a autora: “**Epitácio Pessoa só teve que louvar a sugestão de Tobias**”. — Gilberto Freyre, o maior sociólogo brasileiro, do Recife, renomado conferencista no País como na Europa e Norte America, no livro — **ORDEM E PROGRESSO** ed. 1959, 2 tomos, inclui Tobias Monteiro entre os jornalistas-escritores que se distinguem “não só pela superioridade do talento e do saber como pelo estilo ou pela forma” — **Rodolfo Garcia**, mestre da Historiografia, substituindo Capistrano na revisão da História do Brasil, de Varnhagen (1816-1878), Visconde de Porto Seguro, em sucessivas e amplas anotações, registra no 5.º vol. elucidativo de Tobias Monteiro. — Em livro sobre o escritor e poeta H. Castriano (também vice-governador-RN), em dois quadriênios e o criador da Escola Doméstica de Natal nos moldes das **Écoles Menagères** que vira na Bélgica, contratadas ali as primeiras professoras, e depois americanas à inauguração em 1914, pelo Governador Ferreira Chaves do Modelar educandário, hoje integrado no sistema universitário pelo ilustre Reitor Prof. Onofre Lopes, organizador da Instituição o **CRUTAC** — (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária), refere-se o Prof. Câmara Cascudo ao festival popular do **Fandango**, ou **Nau Catarineta**, oferecido ao historiador Tobias na sua visita em 1916 a Natal. O **Fandango**, realizado no bairro do Alecrim, era dirigido pelo Maj. Miguel Leandro, escrivão e tabelião do 1.º Cartório, e alcançou o maior sucesso da tradição folclórica. Sempre que oportuno voltado para o Rio Grande do Norte, não escreveu Tobias, as afinidades de seu espírito com o Instituto Histórico do Natal, dele sócio correspondente em 1927 e sócio benemérito em 1930. Dádivas suas foram duas grandes estantes, numerosas obras de autores diversos, cooperação financeira mais de uma vez e o legado de vinte contos de réis em testamento (Rev. Inst. Hist. RN, Nestor Lima, Pres., vol. L, 1953) — Visitado em 1929, em Petrópolis, por uma comissão angariadora de recursos para a diocese de Caicó, de pronto acedeu em assinar e satisfazer sua contribuição, falando do sentido educativo que havia de resultar para o meio local.

O insigne potiguar teve ocasião de representar o seu Estado no Senado Federal. Nomeado o Senador Ferreira Chaves, em 1920,

Ministro da Marinha e depois Ministro da Justiça, foi eleito em sua vaga Tobias Monteiro, candidato único, indicado por aquele chefe situacionista, de evidente prestígio político, duas vezes Governador, Desembargador, membro da Junta Governativa na organização do Estado, à instituição do novo regime. Não é aí, Tobias, o político meramente partidário, que, no entanto, se mantém com toda hombridade e correção. Não se limita a fruir a dignidade atribuída aos seus altos méritos, mas imprime justificação eloqüente aos votos ou pronunciamentos no Senado Federal. Rende-se-lhe homenagem das mais significativas, quando escolhido orador único da Sessão Comemorativa do Senado no Centenário da Independência do Brasil (7-9-1922). O momento não comportaria exclusividade na designação do herói da Independência. Entende, por isso, que todos quantos participaram dos movimentos cívicos e a promoveram e realizaram, "salvaguardando a Unidade Nacional", merecem "preito de profundo reconhecimento e veneração". Apresenta moção de congratulação do Senado com o Povo Brasileiro pela comemoração centenária do Dia da Independência, esperando a assinatura de todos os senhores senadores e sua aprovação unânime, o que é feito de pé, sob aclamações vibrantes, Presidente do Senado o Vice-Presidente da República, Sr. Bueno de Paiva, do Estado de Minas Gerais.

NOTA: O presente artigo é parte de livro inédito, de autoria do Desembargador João Vicente da Costa, no qual estuda, sob os aspectos históricos e sócio-culturais, diversos assuntos do País e do Estado, sempre tendo como ponto de referência a figura do portuário Tobias Monteiro, sócio benemérito do IHGRN.

AUTA DE SOUSA (*)

M. RODRIGUES DE MELO
(Sócio Efetivo)

Uma das formas de aferir o valor de certas obras ao longo do tempo é pesquisar-lhes a reação que despertaram logo ou depois da sua circulação.

Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, Manuel Antônio de Almeida, Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos, Cruz e Sousa, Casimiro de Abreu e tantos outros viram marcado o seu lugar no quadro da literatura brasileira, logo depois da publicação dos seus primeiros livros.

Quem não conhece Iracema, de José de Alencar, A mão e a luva, de Machado de Assis, O Ateneu, de Raul Pompéia, Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida, Os Sertões, de Euclides da Cunha, Eu, de Augusto dos Anjos, Missal e Broquéis, de Cruz e Sousa, As Primaveras, de Casimiro de Abreu, constantemente reeditados, discutidos, lembrados, admirados?

Auta de Sousa, nascida numa obscura povoação do Rio Grande do Norte, posteriormente vila e cidade de Macaíba, não faz exceção a essa regra.

Educada em Colégio religioso no Recife, volta à terra natal, fixando residência em Macaíba, em companhia da avó e dos irmãos.

Macaíba é, comercialmente falando, a cidade mais importante da Província. Abastece todo o Agreste, Região Central, Sertão do Seridó. Tem vida social, intelectual, religiosa, independente de Natal.

Em 1890, instala-se ali o Instituto Literário Macaibense, (05-07-1890), cuja diretoria fica assim constituída: — Presidente, Dr. Luís Fernandes; Vice-Presidente, Leonilo Miranda; 1.º e 2.º Secretários, João de Lira Tavares e João Clementino da Rocha; Oradores, Dr. José Amintas da Costa Barros e Lourenço Leão de Oliveira Correia; Tesoureiro, Agripino de Mesquita; Bibliotecário, Fortunato Aranha e Procurador, Lídio Marinho.

Em 25 de julho de 1897, funda-se o Clube "Tobias Barreto", posteriormente transformado em Grémio Literário "Tobias Barreto", cuja diretoria, em 20 de fevereiro de 1899, fica composta de Henrique Castriciano, Presidente; Francisco Sebastião Coelho, Vice-Presidente; Francisco Freire da Cruz, 1.º Secretário; João Câncio Rodrigues de Sousa, 2.º Secretário; Pedro Odilon do Nascimento, Orador; Sócrates Barbosa Garcia, Vice-Orador e Odilon Freire Feitosa, Tesoureiro.

O General Pessoa de Melo, em conferência pronunciada em 1962, na Academia Norte-Rio-grandense de Letras, assim depõe sobre o Grémio "Tobias Barreto":

"Na cidade de Macaíba havia uma sociedade literária — a "Tobias Barreto" — com a qual mantínhamos relação das mais cordiais. Em nossas sessões comemorativas, uma comissão de sócios da "Tobias Barreto" estava sempre presente com os votos da amizade de nossa co-irmã. E pagávamos na mesma moeda. Na aproximação da data da sua fundação lá nos chegou um dia o convite.

Alfredo de Carvalho nomeou logo a comissão representativa do Le Monde Marche: — Sebastião Fernandes, orador, Cícero Moura e eu. A data festiva da "Tobias Barreto" caía num sábado. Acontece, porém, que desde o começo da semana, começou a chover. Segunda-feira, terça, quarta-feira e nada da chuva passar. Na quinta-feira, estourou a bomba no nosso **bureau** — a lancha — único meio de transporte para Macaíba não faria a viagem. Assim decidiu o Chico Brito — senhor absoluto da mesma lancha. Justificando sua resolução dizia ele: — mesmo que a chuva cesse hoje não conduzirei a lancha. Com essa chuvarada o Potengi não está para brincadeira, sem falar que, em Macaíba, ninguém poderá saltar, pois, o desembarcadouro é um lamaçal. Não contem com a lancha para essa viagem. Mesmo sem conhecer a resolução de Chico Brito, já Sebastião com medo da chuva, desistira de integrar a comissão. Não vou, disse, mas qualquer outro membro da comissão poderá ler o discurso que aqui está e dizendo isto passou às mãos de Alfredo de Carvalho quatro laudas de papel, contendo o discurso. "Incontinente" fui investido das funções de orador substituto. Seria eu a ler o discurso de Sebastião. Tudo isso, porém,

deu em nada, pois o tempo continuou impedindo a nossa ida a Macaíba. Foi pena. O discurso era bonito e começava assim: — “Privado, Senhor Presidente, infelizmente privado do talento fulgurante do orador que prende e encanta, já pela beleza da frase, já pela elevação do pensamento... e por aí a fora”.

Quisemos acrescentar estas notas à biografia de Auta de Sousa, para mostrar que a sua formação intelectual se teve começo no Colégio da Estância, em Pernambuco, continuou em Macaíba, sua terra natal, só depois voando para Natal e daqui para todo o Brasil, como mostraremos mais adiante.

É preciso lembrar que na diretoria do Grêmio “Tobias Barreto” figuravam dois irmãos da poetisa, Henrique Castriciano e João Câncio, este último muito amigo e apegado à autora de **Caminho do Sertão**.

Tudo indica que Auta de Sousa, embora não apareça na diretoria do Grêmio “Tobias Barreto”, ao lado dos irmãos, deveria, no entanto, formar paralelamente com eles, animando, sugerindo, estimulando e até colaborando com a sua presença às festas e reuniões do sodalício.

A sua ausência da diretoria do Grêmio não deve ser interpretada como alheamento das atividades intelectuais do grupo, mas como recato imposto pelos costumes do tempo e do meio em que vivia.

O rigorismo da sociedade patriarcal, substituída no caso, pela liderança de sua avó, a formação moral e religiosa dentro dos padrões do século XIX, a estreiteza do meio, aliada ao receio de ferir aqueles padrões, tudo isso deveria influir para mantê-la aparentemente afastada daquele convívio, em cujo ambiente predominava em maior número o elemento masculino.

Auta de Sousa nunca teve vocação para virago. Era um temperamento profundamente feminino, sensível, delicado, transparecendo nas menores coisas da sua vida e da sua obra.

Por isso, talvez, tornou-se tão querida e tão amada.

O seu livro, publicado há setenta e seis anos, não envelheceu. Ouro velho de lei da terra potiguar, Horto teve a sorte do Eu, de Augusto dos Anjos, dos Sertões, de Euclides da Cunha, do Ateneu, de Raul Pompéia, das Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida, de Missal e Broquéis, de Cruz e Sousa, de Iracema, de José de Alencar, da Mão e a Luva, de Machado de Assis, das Primaveras, de Casimiro de Abreu e de tantos outros que venceram o Tempo, perpetuando na história os nomes dos seus autores.

Publicado em 1900, esgotou-se em dois meses, merecendo o elogio dos mais altos expoentes da crítica nacional, destacando-se nesse grupo José Veríssimo, Medeiros e Albuquerque, Luiz Guimarães Filho, Carlos Dias Fernandes, Afonso Celso, sem falar em grande número de notas e artigos de revistas e jornais do Norte e do Sul do País.

Em Natal, escreveram sobre Horto, Policarpo Feitosa, pseudônimo de Antônio de Sousa, Zeferino Arruda, pseudônimo de Alberto Maranhão, Antônio Marinho, Sebastião Fernandes, Segundo Wanderley, Manoel Dantas, Ezequiel Wanderley, Galdino Lima Filho, Pedro Avêlino, para só falar nos mais graúdos.

A Tribuna dedicou-lhe uma edição especial, logo depois de sua morte, sendo seguida nesse gesto de nobreza e fidalguia pelo Instituto Literário 2 de julho, de Mossoró, que a brindou com uma poliantéia de várias páginas.

O livro de Auta de Sousa possui qualquer coisa de inédito e inconfundível.

Não sendo propriamente filiado a qualquer escola, possui, no entanto, um estilo pessoal, independente, destacando-se, por isso, de todos quantos circularam antes e depois da sua publicação.

Romântico, parnasiano, simbolista, Horto, de Auta de Sousa, possui todas as nuances dessas escolas, sem perder o traço pessoal, inconfundível, da sua autora.

Simbolista, foi também o seu irmão Henrique Castriciano, introdutor dessa escola no Rio Grande do Norte, especialmente na fase em que colaborou na Gazeta do Comércio, divulgando versos de Cruz e Sousa, Bernardino Lopes, Alfonsus de Guimarães e outros corifeus da mesma escola.

Rigorosamente, não se pode excluir Auta de Sousa do número de poetas, que seguiram os cânones da escola simbolista. A preocupação de pureza, alvura, cabelos loiros, olhos azuis, maiúsculas são evidentes no seu livro, naturalmente, sem o rigor da forma e o sensualismo de Cruz e Sousa.

Manoel Bandeira, estudando os poetas simbolistas do Brasil, inclui Henrique entre os que tiveram certa evidência na primeira hora, mas ficaram esquecidos depois. Não fala em Auta de Sousa.

Possivelmente, um reexame mais atento da sua obra, em confronto com os corifeus dessa escola, venha mais tarde traçar os limites exatos da sua discutida tendência simbolista.

A escritora Giselda Lopes do Rego Pinto, em ensaio publicado em 1974, sob o título — Auta de Sousa e a Estética Simbolista — prefaciado pelo escritor Américo de Oliveira Costa, reascende a questão, anteriormente levantada por Polycarpo Feitosa, pseudônimo de Antônio de Souza, e Luís da Câmara Cascudo no seu livro Vida Breve de Auta de Sousa.

Se d. Giselda Lopes do Rego Pinto tivesse, antes de escrever o seu trabalho, folheado os velhos jornais do Rio Grande do Norte, especialmente os dos fins do século XIX e princípio do século XX, não teria afirmado que Auta “não teve contacto direto com nenhum simbolista da sua época”.

Pois, a verdade é que Auta não só lia tudo quanto se publicava na Gazeta do Comércio sobre simbolismo, como convivia diretamente com o introdutor do simbolismo no Rio Grande do Norte, que não era outro senão o seu irmão Henrique Castriciano.

Será admissível, que Auta morando na mesma casa com Henrique, não conhecesse o seu pensamento a respeito do simbolismo e das grandes figuras do movimento?

Henrique não só conviveu com os mais altos expoentes do simbolismo no Brasil, como possuía biblioteca especializada no assunto, em que fiuravam autores brasileiros e franceses.

Era o homem mais culto e viajado da sua época, merecendo por isso, um respeito quase religioso das novas gerações.

Otacílio Alecrim e Luís da Câmara Cascudo, em estudos, posteriormente, sobre a personalidade e a obra do Machado de Assis norte-rio-grandense, confirmam esse conceito a respeito do homem e do intelectual.

O livro de Auta de Sousa teve até agora quatro edições.

A primeira, em 1900, impressa nas oficinas de A República, prefaciada por Olavo Bilac, considerado o príncipe dos poetas brasileiros. A segunda, em Paris, em 1910, ilustrada por D. O. Widhopff, com prefácio de Olavo Bilac e Nota de Henrique Castriciano. A terceira, no Rio, em 1936, prefaciada por Alceu Amoroso Lima, mantendo o prefácio de Olavo Bilac e a Nota de Henrique Castriciano. E a quarta edição da Fundação José Augusto, publicada no Rio, em 1970, contendo os prefácios de Alceu Amoroso Lima e Olavo Bilac, bem como a Nota de Henrique Castriciano, considerada clássica e por isso mesmo indispensável ao conhecimento perfeito da poetisa.

Em 1924, um escritor de renome nacional redescobriu Auta de Sousa. Queremos nos referir a Jackson de Figueiredo, que sobre ela escreveu um longo ensaio, divulgado em todo o País, chamando a atenção dos meios intelectuais para a marca essencialmente cristã e mística da sua obra.

Em 1926, um outro expoente das letras nacionais, Adelino Magalhães, escrevia sobre Auta um longo ensaio, destacando a nota cristã da sua poesia.

Alceu Amoroso Lima, ao publicar em 1952, o Quadro Sintético da Literatura Brasileira, não esqueceu a poetisa do Horto, representativa do talento e da cultura do Rio Grande do Norte.

Nestor Victor, em 1911, escreveu sobre ela um longo ensaio, reeditado em livro, em 1919.

O poeta Murilo Araújo, em artigo publicado em 1925, na Revista Sousa Cruz, chamou-a "a nossa Ada Negri dos trópicos", acrescentando que, no seu livro, não há uma só palavra "que não revele doçura, inocência, solícita e bondosa meiguice, mansidão, ingênua ternura".

Devemos a citação desse trabalho ao poeta Luiz Rabelo, cuja admiração por Auta de Sousa, ficou bem evidenciada, há poucos dias, no brilhante depoimento que publicou no Suplemento de A República, sobre a técnica dos versos da poetisa.

Não seria lícito, num momento como este, esquecer tantos nomes que ajudaram a tecer a coroa de glória da maior poetisa cristã do Brasil.

Luís da Câmara Cascudo, Esmeraldo Siqueira, Horácio Barreto, Meneval Dantas, José Felix, Teotônio Freire, Nilo Pereira, Úrsula Garcia, Ana Lima, Veríssimo de Melo, Pinto de Abreu, Honório Carrilho, Anchieta Fernandes, Homero Homem, Pedro Nascimento, José Melquíades, Ascendino Henriques de Almeida Júnior, Edgar Barbosa, José Pinto, Pedro Soares, José Viveiros, Pedro Viveiros, Rocha Pombo, Berilo Wanderley, Rômulo Wanderley, Henrique L. Alves, Minervino Wanderley, Antônio Fagundes, Sophya Augusta Tavares de Lyra, Palmira Wanderley, Silvan Pessoa e Silva, Gumercindo Saraiva e tantos outros amigos da cultura e do Rio Grande do Norte.

Isto sem falar na colaboração gratuita e desinteressada que se pratica nas redações dos jornais, revistas, almanaques, antologias, noticiando, divulgando, promovendo os nomes merecedores dessa simpatia.

No Rio Grande do Norte, como em todo o País, o clima de admiração pela poetisa do Horto assume proporções de quase mística, sem ardores carismáticos.

A humildade, a doçura, a meiguice, a ternura, a unção com que Auta fala do Cristo, à infância, às amigas, aos irmãos, a tudo quanto passa sob a raia do seu olhar de moça quase adolescente, dão a impressão de que Auta viveu e morreu em pleno odor de santidade.

Não foi gratuitamente, que Luís da Câmara Cascudo, o maior biógrafo da poetisa, chamou-a a minha Santa Auta.

Ouçamos para terminar, os acordes da sua lira, nestes versos de profunda beleza e dilacerante melancolia:

AGONIA DO CORAÇÃO

Estrelas fulgem da noite em meio
Lembrando círios louros a arder...
E eu tenho a treva dentro do seio...
Astros! Velai-vos, que eu vou morrer!

Ao longe cantam. São almas puras
Cantando a hora do adormecer...
E o eco triste sobe às alturas...
Moças! Não cantem, que eu vou morrer.

As mães embalam o berço amigo,
Doce esperança de seu viver...
E eu vou sozinha para o jazigo...
Chorai, crianças, que eu vou morrer!

Pássaros tremem no ninho santo
Pedindo a graça do alvorecer...
Enquanto eu parto desfeita em pranto...
Aves! Suspirem, que eu vou morrer!

De lá do campo cheio de rosas
Vem um perfume de entontecer...
Meus Deus! Que mágoas tão dolorosas...
Flores! Fechai-vos, que eu vou morrer!

(*) Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no dia 09 de novembro de 1976, em comemoração ao primeiro centenário de nascimento da Poetisa.

A QUESTÃO RELIGIOSA E O RIO GRANDE DO NORTE

ENÉLIO LIMA PETROVICH
(Sócio Efetivo)

A inexorabilidade do tempo, construtor da história dos povos e das nações, dimensiona os fatos vividos e sentidos, ora em seqüência uniforme, coerente, ora tumultuária e conflitante, desaguando uma série de exemplos, cujas conclusões ensejam díspares formas interpretativas, ao modo ou à mercê dos conceitos peculiares do relator das ocorrências.

Percorridos, assim, os caminhos íngremes, pacientes e sinuosos da pesquisa, sob a égide das concepções próprias, à medida do grau de conhecimento, recolhe-se a verdade histórica dos episódios, dignos do registro, pela fidelidade da tradição oral e pela existência dos documentos, postos ao alcance de cada um, para o julgamento imparcial da contemporaneidade.

Foi isso o que, modestamente, se fez, trazendo a lume “a Questão Religiosa e o Rio Grande do Norte”, berço de heróis e de mártires, como Miguelinho, Camarão e André de Albuquerque, e de santos, no exemplo maior de um padre João Maria, adepto de Dom Vital, naquele movimento de 1872, e de um Mons. Pegado, ambos figuras singulares e humildes de sacerdotes, a serviço do Cristo e da sua Igreja Católica Apostólica Romana.

Sem dúvida, é uma achega, pequenina e espontânea, à palpitante questão — “o maior erro político do 2.º Reinado”, do dizer de Pandiá Calógeras. Ou, para acompanhar o pernambucano honorário Nilo Pereira, para mim também “Barão do Guaporé”, caracterizou-se, “em sentido amplo, a luta entre a igreja e o Estado.

Dum lado a Igreja atenta, na pessoa dos Bispos de Olinda e do Pará, às Encíclicas que condenaram a Maçonaria; e do outro, o Estado, arcaicamente regalista, reclamando para si poderes absolutos num problema de consciência..." ("Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil", págs. 32 e 33).

Aí, desponta a figura de Dom Pedro II, que, se tivesse negado o apelo da Irmandade de Santo Antonio, interposto fora do prazo, jamais seria ele o maior culpado pela eclosão desse movimento, que abalou consideravelmente os alicerces do Trono, pois, nas expressões de Nabuco, a questão religiosa "foi um acidente grave na história do reinado por seguir-se logo à primeira lei relativa à emancipação dos escravos" ("Um Estadista do Império", vol. III, pag. 387).

E adiante-se, desde já: Dom Pedro II, enfeixando o poder moderador, não professava na sua plenitude, a meu ver, a religião católica. "Era como um pastor protestante oficiando em templo católico", conforme a concepção do eminente sociólogo-antropólogo Gilberto Freire.

Aliás, pouco influi mesmo que, em 1891, o monarca, já no ano de sua morte, tenha ditado para o Conde de Mota Maia estas palavras, reproduzidas pelo consócio ilustre, Américo Jacobina Lacombe, na conferência proferida em 1.º de outubro de 1975, sob o título "O Estado e a Igreja":

"Sempre tive sentimento religioso por ser inato ao homem e despertado pela contemplação da natureza. Creio em Deus e a reflexão me fez sempre conciliar suas qualidades infinitas.

— Oniciência, providência e misericórdia. Sempre tive fé e acreditei nos dogmas, mesmo por argumentos da razão.

Sempre pensei no sentido da instrução livre, havendo somente inspeção do Estado quanto à moral e à higiene, devendo pertencer a parte religiosa às famílias e aos ministros das diversas religiões.

Igreja livre no Estado livre, mas isso quando a instrução do povo aproveitar de tais instituições".

Enfatize-se: isto fora dito em 1891, por D. Pedro II, fora do trono, quando já pontificava Leão XIII, autor da célebre **Rerum Novarum**.

Realmente, 20 anos antes, em 1871, atravessou o país um período de tranqüilidade relativa, equidistante de qualquer abalo na estrutura do Império, muito embora mal saído de uma guerra. Por isso, o desfecho da questão religiosa, no ano de 1872, fora considerado, para alguns, o 1.º movimento de repercussão nacional e, até, internacional, que estremeceu os alicerces do Trono, nada importando que os mandatários imperiais a encarassem tão somente como um problema político.

Ouçamos, a respeito, Dom Antonio de Macedo Costa, Bispo do Pará, também vítima triunfante dos episódios, e que falecera em 21 de março, daquele mesmo ano de 1891:

“Trata-se duma questão espiritual, duma questão de consciência, duma questão de fidelidade a Deus e à Igreja, duma questão de observância de princípios e leis religiosas, cousas que por sua natureza, escapam à ação material, à repressão dos governos”.

Neste desenrolar de fatos, para melhor raciocínio e compreensão, fixamos, logo, o ano de 1872, quando, a 3 de março, numa festa patrocinada pelos maçons, no Lavradio, homenageava-se o Visconde do Rio Branco, graças à liberdade dos recém-nascidos, filhos de escravos. O Padre-maçom, Almeida Martins, discursara. Dom Pedro Maria de Lacerda, Bispo do Rio Janeiro, convocou-o, determinando que abandonasse a seita. Não sendo, porém, atendido, é suspenso de ordem. Eis o estupim que suscitou a propagação da crise. Então, surge, como arauto valoroso, aos 28 anos de idade, Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, capuchinho, sagrado em São Paulo, para Chefia da Diocese de Olinda, duas semanas depois — a 17 de março de 1872, e empossado, solenemente, em 24 de maio desse mesmo ano, com jurisdição das Alagoas ao Rio Grande do Norte. Ainda repercutia a assinatura da “Lei do Ventre Livre”, sancionada pela Princesa Isabel, em 28 de setembro de 1871. O Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (curioso, 3 **marias** — Dom Pedro Maria de Lacerda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira e José Maria da Silva Paranhos). Sim, o Visconde do Rio Branco era o presidente do Conselho de Ministros e, sobretudo, Grão-Mestre da Maçonaria. Divulga-se a realização de atos religiosos em Pernambuco, pela passagem do aniversário de uma loja maçônica. Dom Vital, não com o seu zelo exagerado, como entendem alguns, mas consciente da sua missão de Prelado, sob a orientação do Vaticano, através da Encíclica “O SYLLABUS”, de Pio IX, já tendo em seu poder o Breve **QUANQUAM DOLORES**, aprovando os seus atos, proíbe que seja oficiada a missa. Falecera, ainda, nesse interregno, um maçom, e, de novo, Dom Vital fala com veemência. Os jornais da época registram as ocorrências. Entre outros,

“A Província” e “A Verdade”, pela maçonaria, atacam o Bispo. “A União”, de cunho religioso e político, exalta, porém, os méritos e a coragem de Dom Vital. Esta a seqüência dos fatos, contados e repetidos por muitos.

Lado a lado acirram os ânimos, cujos episódios, em suas minúcias ou detalhes, nesta hora, dispense-me de aludir, pela exigüidade do tempo para uma despreziosa palestra, como porque já de conhecimento generalizado, graças aos trabalhos escritos pelos historiadores e sociólogos Gilberto Freire, Nilo Pereira, Flávio Guerra, Guilherme Schubert, José Antonio Gonsalves de Melo, Viveiros de Castro, Barbosa Lima Sobrinho, Pedro Calmon, Américo Lacombe, além de outros. Enfim, torna-se impossível a abordagem minuciosa desse tema, preocupando-me com a sua repercussão e a sua influência no Rio Grande do Norte.

Não quero transformar em penitência esta pequena contribuição aos fatos envolventes da célebre questão.

E agora recorramos às palavras do próprio Dom Vital, a 2 de fevereiro de 1873, na Festa da Purificação de Nossa Senhora:

“Nós vos falamos a linguagem franca e sincera da verdade e abrimo-vos o coração, a fim de exprimirmo-vos com a lhaneza e simplicidade de um pai para com seus filhos. Enquanto restar-nos nas veias uma gota de sangue, havemos de defender-vos, com o auxílio da graça divina; enquanto tivermos um hálito de vida, vo-lo consagraremos. Pouco nos interessa a saúde ou a enfermidade, a alegria ou a tristeza, a paz ou a guerra, a vida ou a morte. Tudo nos é indiferente, contanto que as vossas almas estejam a salvo”.

Dom Vital, no livre exercício da nobre tarefa de servo de Deus, pôs interditos em várias confrarias religiosas, baldados os meios conciliatórios.

Chega, af, a sua ação espiritual ao Rio Grande do Norte, avolumando-se, desta forma, também o cerco das provocações, das ameaças da Corte, das críticas contundentes, partidas dos maçons mais exaltados.

E sobre a influência da questão religiosa em nosso Estado, província na época, sem dúvida, figura de proa, merece destaque especial a participação do padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, mais conhecido por Vigário Bartolomeu. É o pomo da discórdia. O pivô. O âmago do problema.

E, aqui — permitam-me todos — prestamos uma singela homenagem a esse destemido sacerdote, pois, a 2 de novembro deste ano, transcorre o centenário de sua morte.

Esse registro em nada ofusca — é de se convir — a admiração que se guarda para com o grande Dom Vital, o Atanásio Brasileiro, lembrando o Bispo de Milão, e a quem se atribui, ainda, este depoimento:

Falou, então, o Bispo de Olinda:

“O grande mal e o grande perigo é a maçonaria dominante na Corte e nas cidades; isto é, no governo e nos grandes centros comerciais do Brasil; ela chegou não somente a injetar o seu veneno nas congregações seculares, e principalmente, nas mais respeitáveis, como a Ordem Terceira Franciscana, a do Carmo e outras; mas também conseguiu atrair ao seu grêmio um avultado número de sacerdotes, vigários, cônegos, e até mesmo, segundo sei, de tal ou qual vigário geral”.

Como se vê, bem se percebe, que nesse final de expressão estivesse se referindo ao nosso Vigário Bartolomeu, centro convergente de toda questão religiosa no Rio Grande do Norte.

— E o que dizer acerca desse Vigário Bartolomeu, à guisa de amostragem pela sua atuação, na crise que eclodiu em 1872?

Sim, Bartolomeu da Rocha Fagundes — o Vigário Bartolomeu, nascido em 8 de setembro de 1815, em Vila Flor, hoje município de Canguaretama, ordenou-se sacerdote no Seminário de Olinda — celeiro de cultura maior da região.

Pequeno, franzino, riso meio aberto, oratória fácil, fora nomeado no dia dos Santos Reis de 1839, coadjutor propároco da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, Padroeira da Cidade. Sucedeu ao Vigário Feliciano José Dornelas, que ocupou o lugar de Ministro no Governo Republicano de André de Albuquerque, participando, desse modo, em 1817, da Revolução Pernambucana, ao lado de Miguelinho, este outro mártir norte-rio-grandense, que fora arcabuzado no Campo da Pólvora, em Salvador-Bahia, a 12 de junho desse mesmo ano. Em 1843, o Vigário Bartolomeu já era vigário colado. Sua presença clerical e apostolar, indo ao encontro dos mais pobres, a fim de ministrar-lhes os sacramentos da Igreja e socorrê-los nos males que os atormentavam, também se estendia aos conselhos e às recomendações a quantos nele confiavam, pela sua palavra confortadora e decisiva. Os presidentes de província

da sua época, desde Bevenuto Augusto de Magalhães Taques, José Bento da Cunha Figueredo, até Antonio Bernardo de Passos e Pedro Leão Velloso prestaram-lhe relevantes ajudas na remodelação e reparos da Matriz de Natal.

Reconhecendo a necessidade de ampliar o seu rebanho, decidiu convidar o sobrinho, Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, para o ministério de Deus. Fê-lo ingressar no seminário e, mais tarde, serviu de coadjutor da Freguesia e seu seguidor nas lutas religiosas. Possuía, esse padre sobrinho — conhecido também por Memeuzinho — gênio expansivo, palavra solta, um tanto diferente do velho tio, que primava pela sobriedade e polidez dos gestos. Dessa união decorreu maior amplitude evangélica, fazendo com que o Vigário Bartolomeu pudesse disseminar, entre os paroquianos, também das capelas de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário e do Bom Jesus das Dores, o seu benfazejo ministério, sem medir esforços, porque a serviço de Deus.

Vivia-se o tempo das conversas ao ar livre, horas e horas debaixo das velhas gameleiras. Todos se reuniam, desde o "Cantão da Matriz", sob a liderança do Padre João Manoel de Carvalho, à "Botica", na rua do Comércio (Rua Chile), onde ficava a farmácia do Dr. José Gervásio de Amorim Garcia (Deputado provincial, titular da Imperial Ordem da Rosa, Presidente da Assembléa, em 1886-1887), com a presença assídua — atentemos bem — do Dr. Francisco Amintas da Costa Barros — cunhado do Dr. José Gervásio, Juiz de Direito, Deputado Provincial — 1870-1873, bacharel pela Faculdade de Direito daqui do Recife, em 1863, ascendente do atual Ministro da Educação e Cultura, Ney Braga. Freqüentava também o "Grupo da Botica", o Dr. Tarquinio Braulio de Souza Amaranto, o primeiro norte-rio-grandense professor de Direito, mais tarde defensor de Dom Vital.

Foi nesse ambiente que vivera o Vigário Bartolomeu, pertencente ao Partido Liberal, sucessor do Sulista, seguindo os passos do próprio pai, de quem herdou o mesmo nome. Deputado Provincial durante 4 biênios — de 1848-49; 1850-51; 1864-65; e 1866-67. Sexto vice-presidente da Província, ocupou, em 29 de julho de 1868, a Administração do Rio Grande do Norte. Antes, em 1837, na Assembléa Provincial, substituíra o Padre Francisco de Brito Guerra, outro varão que glorifica as nossas tradições religiosas, cujo bicentário de nascimento ocorreu no mês de abril transato.

Como se nota, a atividade política do Vigário colado da Matriz de Natal se fazia efetiva e eficiente, *pari passu* a sua missão sacerdotal, projetando-se na sociedade, entre o povo que admirava o seu espírito humanitário, pronto aos interesses da comunidade, misto de pastor de almas e intérprete dos anseios populares.

Decerto, não se ocupou somente desses misteres, já altos e nobres. Iniciado na Loja "Conciliação", daqui do Recife, foi símbolo da Maçonaria norte-rio-grandense, seu consolidador na província, quem uniu as lojas "Sigilo Natalense" e "Fortaleza e União", sendo, assim, fundador e 1.º venerável da "Loja 21 de março", de 1867 a 1872.

Neste ensejo, prestemos atenção para esse detalhe, um tanto pitoresco e curioso, à sua época, narrado pelo mestre Câmara Casudo:

"O Vigário Bartolomeu — compadre vigário ou padrinho vigário, como o chamavam — tinha mulher e filhos sem escândalo e rumor porque não era ato anormal entre os seus colegas naquele tempo. Nenhum prejuízo lhe adviera dessa situação. Era autoridade acatada e ouvida em todos os casos e consultado nos momentos difíceis". (In "Uma história da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte", pág. 323).

Ornado, por conseguinte, de todos esses atributos, exercendo influência marcante na população, é de se compreender a sua força persuasiva e dominadora.

Nessa circunstância, pois, sabedor de que o Vigário Bartolomeu, em Natal, era figura de real grandeza na maçonaria, Dom Vital o convocou, à sua presença, no Palácio da Soledade, em Recife, onde foi sede do Colégio Nóbrega. Atualmente, é a Faculdade de Direito da Universidade Católica.

O assunto — problema, expõe o jovem Bispo, e lhe solicita abjurar a ordem maçônica. Diálogo franco, pontos de vista. E o Vigário Bartolomeu, educado na escola da obediência, aceita as ponderações de seu superior, e volta a Natal, com o propósito de afastar-se da seita dos irmãos da Flor de Acácia. Ocorre, no entanto, o imprevisto. Os irmãos da Oficina o recebem com estrondosa homenagem. Diz-se, até, que o Vigário presidira uma reunião na Loja "21 de Março".

Tudo isso — como era de se esperar — sem maiores delongas, chegou ao conhecimento de Dom Vital, através de uma denúncia formulada, apontando a quebra do acordo no Palácio da Soledade. Naturalmente, até mesmo face à altivez e ao temperamento impulsivo do Bispo de Olinda, este determina que o Vigário, publicamente, fale a verdade, declarando-se abjurar a seita maçônica. Trinta dias apenas para essa retratação. Caso contrário, ou pelo silêncio, ou pela resposta negativa, seria suspenso de ordem.

Antes, porém, do prazo esgotar-se, o Vigário Bartolomeu explica a sua posição, assim escrevendo:

“Exmo. e Revmo. Sr. Dom Vital — Respondendo ao officio que Vossa Exa. Revma. teve a bondade de dirigir-me, determinando-me que declarasse pelos jornais que não pertencço mais à Maçonaria, permita Vossa Exa. Revma. que, com todo o respeito que devo ao meu Prelado, lhe diga que a dignidade que todo homem de bem deve a todo transe procurar manter e o juramento que espontaneamente prestei quando fui admitido naquela associação, me impedem de fazer a declaração ordenada por Vossa Exa. Revma. Uma semelhante declaração importa numa abjuração ou perjúrio e não há de ser no último quartel de minha vida que eu hei de cometer um perjúrio, muito principalmente, contra uma associação cujos fins humanitários são de sobejo conhecidos. Quando conferenciei com Vossa Exa. Revma., com toda franqueza e respeito, fiz ver a Vossa Exa. Revma. que, tendo 34 anos de vida pública, a qual eu considerava sem manchas, graças à Divina Providência, não podia, sem grande quebra da minha dignidade pessoal e sem lançar uma nódoa em minha reputação de homem de bem, abjurar da Maçonaria, ao que Vossa Exa. Revma. se dignou de anuir. Portanto, Vossa Exa. Revma. permitirá que eu continue em meu propósito, sem que com ele, eu tenha em vista desobedecer às ordens do meu Prelado, a quem tributo todo o respeito e acatamento. Em Jesus Christu. a) Vigário Bartolomeu”.

Consumado, assim, o ato, com a resposta incisiva e peremptória do Vigário, a expectativa tomou conta dos paroquianos, que, presentindo, enfim, a condenação iminente pelo gesto assumido, solidarizaram-se, desde o primeiro momento, com a iniciativa do seu vigário, sobretudo os maçons.

Numa sexta-feira, 23 de março de 1873 — Semana Santa — discorre o meu tio-avô, Nestor dos Santos Lima — eis que, após presidir o ritual litúrgico da Adoração da Cruz e celebrar a missa dos presantificados, é dado ciência ao Vigário Bartolomeu de que fora suspenso das ordens sacras. Completara 30 anos à frente da Matriz da Apresentação.

Sobre o impacto da notícia, melhor do que ninguém relata o seu fiel biógrafo, o ilustre confrade Antonio Fagundes, por sinal da mesma linha genealógica:

“Não se abateu, entretanto. Continuou sereno, calmo, sem palavra explicativa, sem fazer comentário sequer. O povo é que, a par daquele fato, meio surpreso, meio abatido, acompanhou em massa o pastor querido até sua residência, numa homenagem de solidariedade e estima de que se tornara credor.

A notícia espalhou-se facilmente na pequena capital provinciana, inserida em um perímetro que não ia além da rua Silva Jardim e do Baldo, e do Potengi à rua dos Tocos, hoje Princesa Isabel.

Ao lado do Vigário Bartolomeu, sobre cuja frente pesava a responsabilidade maior da penalidade imposta pela autoridade diocesana, estavam os padres Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, seu sobrinho e Coadjutor da Freguesia, Antonio Francisco Areias e Francisco de Paula Soares da Câmara, também maçons e atingidos pela sanção do episcopado”. (“O Vigário Bartolomeu — traços biográficos” — págs. 51-52).

Esses episódios, inegavelmente, demonstraram, à saciedade, a relativa influência da questão religiosa, desencadeada, primeiro no Lavradio, no Rio de Janeiro, em 3 de março de 1872, e ampliada com a atuação de Dom Vital, de maneira preponderante. Ora, o mestre Câmara Cascudo chegou a reconhecer que a “história religiosa do Brasil se divide em duas partes: antes e depois de Dom Vital”.

Ainda em meio aquele movimento que culminou com a suspensão de ordem do Vigário Bartolomeu, note-se a participação de Joaquim Fagundes, filho do próprio Vigário. Bem se vê que o Vigário Bartolomeu — é o óbvio — esquecia-se, quase sempre, do 6.º mandamento. Diga-se também de passagem que, neste ano, a 21 de agosto, transcorreu o centenário de morte desse impetuoso e veemente rapaz, de inteligência viva, atuando, como provisionado, em júri, falecido com a idade de 20 anos, e que, já existindo o jornal “A Luz”, órgão da Loja Maçônica “21 de Março”, fez circular a Revista literária, filosófica e instrutiva **Echo Miguelino**, da Sociedade Miguelina, esta criada em 11 de novembro de 1872, cujos números — do 1.º de 11 de julho de 1874, até o 8.º, de 30 de novembro de 1874, temos a alegria de possuir.

Eis, como exemplo vivo, o que escreveu Joaquim Fagundes, no primeiro número dessa Revista, que circulou em Natal, 4 meses apenas:

“Padre Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos (este era o sobrinho do vigário e coadjutor da Freguesia, em 1865), privado de suas ordens pelo criminoso e atrabiliário Vital, neste momento crítico esqueceu tudo, afrontou todas as conseqüências para prosseguir firme — lidador invencível; não o fez recuar a tempestade que certamente há de rebentar; tudo lhe é nada em face de um dever santificado por si mesmo!

Caia, embora, sobre sua cabeça o cutelo da vingança ultramontana; porém ele não se altera; sua obra ninguém poderá desconceituar! A vós, padre Bartolomeu Fagundes de Vasconcelos, mártir da vingança ultramontana, verdadeiro sacerdote, ministro puro de Cristo, saudamos com toda a veneração devida ao vosso caráter! Doirastes uma página de vossa vida que não poderá marejar jamais calúnia alguma, ou perseguição da ousada seita ultramontana” (pág. 3).

Já no número 5, do *Echo Miguelino* — 29 de setembro de 1874 — lêem-se estes versos, realmente satíricos, sob o título “Padre Nosso”:

“Lá desse trono excelso e radiante
Onde justo exerceis o poder vosso,
Compassivo atendei as nossas preces,
Divino Criador, ó “Padre Nosso”.

Os bispos, D. Vital e D. Antonio
Estes homens fatais, estes dois réus,
Torcendo a santa Lei de vosso filho
Conspiram contra vós “que estais nos céus”.

“Só cumprem os preceitos de Antonelli,
Que na trica e versucia é consumado;
E querem que esse iníquo proceder
Seja bom e por vós “santificado”.

E, assim, utilizando-se das palavras do próprio Padre Nosso, termina o autor, maçom, por mim identificado, como sendo Lourival Açucena, o 1.º poeta da província, patrono da Cadeira n.º 4, da Academia Norte-rio-grandense de Letras, que, por coincidência, atualmente ocupo, com alegria e humildade:

“Não permitais, Senhor, que nos apuros
Dessa luta terrível e fatal,
Horriável desespero nos arraste
A extremos que... “mas livrai-nos do mal”

Enfim, no número 8, subscrito de novo por Joaquim Fagundes, consta este trecho, de flagrante sarcasmo e violência verbal:

“O bispo de Olinda, por certo o mais louco e ousado de todos os soldados da horda romana, entendeu, munido da arma **ex-informata consciente**, arrancando o pão quotidiano aos sacerdotes católicos, reduzir por sua parte o seu bispado e um séquito de bajuladores servis que lhe beijassem as plantas e cumprissem sem observações todas as suas ordens tendentes sempre à infâmia, e neste intento começou a sua obra”.

E mais adiante escreve o filho do Vigário Bartolomeu:

“No intuito de exterminar a maçonaria no Rio Grande do Norte expediu ordens para que o vigário da capital falasse-lhe com urgência; o capuchinho já exultava de triunfo, porque dizia que se o conseguisse apartar da maçonaria, tinha-o acabado no Rio Grande do Norte, o que lhe parecia de pouco trabalho porquanto o vigário era pobre, fulto inteiramente de recursos e breve cederia à força da necessidade; tratou-o com delicadeza — infâmia, falsidade e covardia jesuítica, não o suspendeu e mandou-o regressar a seus lares sossegado; quando porém menos espera, o vigário recebe ordens terminantes para que abjure da maçonaria, ao que recusa-se e não se faz demorar a suspensão; é imposto então para pastor um ente abjeto, odiado e menoscabado por todos, apesar da horrível repulsa que sofreu, persistiu provando de quanta infâmia é capaz um jesuíta; sucederam-se os intrusos e as suspensões continuaram; escureceu a noite para o Natal; as picardias infames se reproduziram descaradamente e pelos centros da província pioraram as circunstâncias porque quase todos os vigários tingiram a capa de pastor no lodo da servilidade infamante; e as faíscas infernais do Vaticano produziram incêndios nas plagas rio-grandenses”.

Conclui, desta maneira, o jovem Joaquim Fagundes, o seu autêntico libelo acusatório, em 30 de novembro de 1874:

“O governo cavou a ruína do povo, não cuidando da sua educação e impondo-lhe uma religião de treva; não tratou de obstar a questão em seus princípios para que não tomasse as proporções em que se acha, e hoje não toma uma medida decisiva e enérgica que sane o mal de uma vez.

O trono se coaduna com o ultramontanismo, ambos exprimem a idéia de absolutismo; um cavou-te a sepultura, o outro pretende atirar-se nela, povo brasileiro.

Enxergamos um meio salvatório e honroso para o clero brasileiro oprimido — a reação”.

* * *

“É terrível a luta porque sobre nossas cabeças pesa o cetro da monarquia, porém não se deve desanimar, que a vontade do povo é lei irrevogável.

Deixe-se a venal e poluída Roma estribuxar no abismo do desespero e da ambição.

É preciso a força, já que o poder se cala e despreza a voz da razão, pois com a força expurguem-se dos lares pátrios os mascates do Vaticano, e também das câmaras os desnaturados e parricidas serventuários de Roma que poluem o nosso estudo.

Rasgue-se de uma vez a cortina que separa o povo da verdade e se essa religião miseranda, representada por Pio IX, nos é imposta, desnaturemo-nos todos de uma vez; curvar a frente ao seu jugo infamante para ser cidadão brasileiro não vale. Troquemos a coação pela liberdade, o direito conquistado pelo direito emprestado”.

* * *

“Seja Cristo o único vulto venerando e adorado do catolicismo e o povo o único poder soberano e inviolável”. (págs. 58-60).

E sobre o tema, sobremodo palpitante e controvertido, faz-se mister que ainda se diga algo mais, embora já pedindo escusas ao auditório, honroso, paciente e compreensivo, pelo prolongamento destas considerações, numa solenidade como esta, impregnada de simpatia e de tanto conagraçamento sócio-cultural.

Após chegar, em 17 de maio de 1873, o substituto do Vigário Bartolomeu, seu sobrinho, Padre Joaquim Francisco de Vasconcelos, ocorreu em Natal, no dia seguinte, 18 de maio, um domingo, o primeiro **meeting**, em frente à Igreja do Rosário, numa prova inconteste de solidariedade ao Vigário suspenso de ordem por Dom Vital, e de reprovação e protesto por havê-lo substituído. O orador oficial fora o médico baiano, José de Paula Antunes, que eloqüentemente discursou contra a conduta do Bispo de Olinda, pugnando para que não se empossasse o novo vigário. Centenas

de pessoas aplaudiram delirantemente as suas ordens objugatórias. Os prós e contra estridentes ressoavam no patamar da igreja. O Chefe de Polícia, Dr. José Antonio Correia da Silva; o Promotor Público de Natal, Dr. Manuel Quintiliano da Silva; o Chefe do Partido Conservador e Vice-presidente da Província no exercício, Coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, todos falaram, degladiando-se em palavras, e a posse não se consumou mesmo. Somente aconteceu alguns dias depois, na Igreja de Santo Antonio, sem muita afluência, quase clandestinamente.

Daf, portanto, sem medo de errar, no registro da história, dizer-se que 18 de maio de 1873, marcou, na pequena cidade do Natal, o início de uma atividade de propaganda política, isto é, a discussão pública, em praça — o meeting.

O tempo, porém, corre célere. E no ano de 1877, a 2 de novembro — cem anos decorridos — com a idade de 62 anos, não desprezando a sua velha batina, veio a falecer, na cidade do Recife, o Vigário Bartolomeu, maçom, símbolo do Rio Grande do Norte, o homem livre, imortal da Sublime Ordem e personagem imorredouro do Bem e da Verdade, conforme qualificações do Dr. José Alexandre Garcia, em recente conferência. Mas onde está sepultado, aqui no Recife, o Vigário Bartolomeu? Não se sabe. Suspenso de ordem, talvez não baixou à sepultura em algum campo santo, todos de jurisdição da Igreja. Teria sido exumado? Paira, ainda, desafiando os pesquisadores, esta indagação. Fica aqui o registro apenas. A ele várias homenagens foram tributadas. E no Recife, denominou-se de Vigário Bartolomeu a uma loja maçônica, na rua da Aurora.

Mas, também me escreve o confrade ilustre, Nilo Pereira:

“Apurei no “Diário de Pernambuco”, de 5 de novembro de 1877 (há um século, portanto), que o padre Bartolomeu da Rocha Fagundes faleceu, no Recife, em 2 de novembro daquele ano, e foi sepultado no cemitério público, que é o de Santo Amaro. Já é uma pista”.

A rua onde nasceu — antiga rua da Palha — (no centro da cidade do Natal), tem hoje o seu nome.

Por proposta do Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte, Armando de Lima Fagundes, aprovada pelo Colégio de Grãos-Mestres da Maçonaria, em julho de 1976, agora com sede em Brasília — este ano — 1977 — centenário de morte do Vigário Bartolomeu, é chamado “O ano Vigário Bartolomeu”.

Entretanto, se, realmente, o Vigário Bartolomeu pode bem sintetizar a mobilização religiosa, irrompida no Rio Grande do Norte, sendo figura central dos acontecimentos de 1873, mais propriamente na sede da província, não nos esqueçamos, jamais, de igual modo, de quantos, exaltados ou serenamente, ficaram ao lado de Dom Vital, seus adeptos fervorosos e inarredáveis.

Façamos, pois, alusão destacada aos vitalistas (assim eram conhecidos) — Padres Joaquim Francisco de Vasconcelos, Coadjutor da Matriz de Natal, em 1873, cuja posse ocorreu antecipada de protestos em praça pública, conforme já se referiu; Antonio Joaquim Rodrigues, Vigário de Mossoró; Padre José Herminio da Silveira Borges, também vigário, encomendado em 5 de abril de 1873. Com a suspensão do Vigário Bartolomeu fora nomeado pároco, em 5 de janeiro de 1874, sucessivamente reconduzido. Deixou a Freguesia em 1881. Aí, assumiu outro grande seguidor de Dom Vital, o Padre João Maria Cavalcanti de Brito, santo, já canonizado pelo povo, que até a sua morte, 16 de outubro de 1905, permaneceu Vigário da Matriz de Natal. (Notas de Nestor Lima — in "Matriz de Natal", págs. 56-59).

Aliás, é oportuno registrar-se que se deve ao Padre João Maria, genuflexo diante do retrato de Dom Vital, quando este fora preso, em 2 de janeiro de 1874, esta frase sentida e lapidar:

"Serás eternamente meu Bispo".

Evidentemente, pelo que se escreveu e se pesquisou para este momento, solene e emocional, impossível afirmar que o Rio Grande do Norte, subordinado à jurisdição episcopal de Olinda, não tenha sofrido, embora sem as repercussões maiores, como no Recife, no Rio e no Pará, a influência da luta religiosa.

Se por um lado, ressurgem a presença vigorosa do Vigário Bartolomeu, suspenso de ordens sacras, e o comportamento assumido pela maioria dos párocos e sacerdotes da província, solidários com Dom Vital, por outro lado, evidencie-se — e até por uma feliz coincidência — que o Dr. Tarquinio Bráulio de Souza Amaranto, nascido em Papari, em 20 de julho de 1829, berço também de Nisia Floresta, fora defensor intransigente do Bispo de Olinda, pela imprensa e no parlamento. Como já disse, é o primeiro norteio-grandense professor de Direito (1860), e Catedrático no velho Recife, de tantas glórias e tradições, em 1871. Pertencente ao Partido Conservador, Deputado Provincial de 1858 a 1859, e Geral nos períodos de 1875-77, 1882-85 1886-89. Passando por esta cidade em 1860, Dom Pedro II fez questão de assistir aos seus exames, em concurso realizado na secular Faculdade de Direito.

Do Dr. Tarquinio — como era chamado — é este depoimento admirável, feito na Câmara Federal, em 1.º de agosto de 1874:

“Sou brasileiro pelo meu nascimento, amo como quem mais amar, a minha pátria, e estou disposto a fazer por ela todos os sacrificios que de mim se exigirem, assim como estou certo de lhe haver prestado aqueles serviços que estão nas minhas limitadas forças.

Sou, porém, católico pelo meu batismo, felizmente não conheço antinomia alguma entre as leis do meu país e as da Igreja a que pertença.

Declaro, porém, à Câmara que, se infelizmente houvesse leis no Brasil que fossem de encontro às leis da Igreja, neste conflito, antes de tudo, obedeceria às leis da Igreja, cumpriria as promessas do meu batismo, porque entre Deus e o Homem, entre a pátria terrestre e a pátria celeste a que eu aspiro, a escolha não pode ser difícil a quem, como eu, firmemente crê na vida eterna”.

Sigamos, de novo, o nosso raciocínio.

Na verdade, em síntese, a questão religiosa no Rio Grande do Norte não teve, naturalmente, aquele desdobramento jurídico dos 3 Estados, nem Natal foi palco da relevante controvérsia de direito, como no Recife e no Pará, com a adesão do Bispo Dom Antonio de Macédo Costa.

No Rio Grande do Norte, mas precipuamente em Natal, a questão religiosa foi — digamos — uma comoção social, fruto da simpatia e da indisfarçável solidariedade ao Vigário colado — Bartolomeu da Rocha Fagundes — há mais de 30 anos, tão familiar e querido de todos.

Junte-se, decerto, a esse fator, a inclinação política do Vigário, cujo prestígio não se abalou, mesmo suspenso de ordens, em 23 de março de 1873. Dom Vital mandou o repto, intimando-o abjurar da maçonaria e ele preferiu ficar com ela.

À guisa de ilustração, abra-se um parêntese:

— Em 1926, houve também em Natal, um arremedo de outra questão religiosa. O Bispo Dom José Pereira Alves oficiou a Teodorico Guilherme, provedor da Irmandade dos Passos, a mais prestigiosa e tradicional da cidade, determinando que os maçons abjurassem da maçonaria ou se retirassem da Irmandade. Vários se reti-

raram, e o primeiro foi Emidio Fagundes, genro do Vigário Bartolomeu. Aliás, como se observa, a família Fagundes tem tradição maçônica. Hoje, Armando de Lima Fagundes, bisneto do Vigário Bartolomeu, é — repita-se — o Grão-Mestre do Grande Oriente Independente do Rio Grande do Norte.

Deste modo, a questão religiosa em nossa Província ensejou alguns dias de movimentação popular no plano emocional, provocada pela suspensão de ordem do vigário, que era, indiscutivelmente, o chefe político, o chefe religioso, o chefe maçônico, e, sobretudo, o amigo de toda a população.

Mas, neste instante, se estes fatos aqui narrados, com clareza, quebrando a seqüência às vezes, mas com total isenção de ânimo, nos compenetraram do papel de bem-servir à pesquisa histórica, valorizando as iniciativas da inteligência, nas limitações culturais que reconheço, oportuno também que se proclame, alto e bom som: a 25 de abril findo, faz cem anos que Dom Vital, pela derradeira vez, retornava à velha Europa, renunciando ao Bispado de Olinda, cuja atitude, por sinal, não fora acatada por Pio IX, nem pelo sucessor Leão XIII.

E no ano vindouro, sem dúvida, nos prepararemos para as comemorações do 1.º centenário de sua morte, em 4 de julho de 1978, pois, há um século, naquela data, no Convento de La Santé, em Versailles, sucumbia “esse bravo-mártir, a montanha que se elevou no meio da planície, separando as águas da descrença e da indiferença”, no dizer do escritor M. Rodrigues de Melo. Morrerá na França, onde também morrerá D. Pedro II!

Preciso que se diga, igualmente, que pelo transcurso do 1.º centenário de seu nascimento, em 1944, Natal antecipou-se à comemorações em todo o Brasil, e já em 1943, um ano antes — promoveu uma série de palestras, encontros e debates em torno do insigne Prelado, através do “Curso de Formação dos Congregados Marianos”, com o apoio unânime das paróquias e da Academia Nortério-grandense de Letras. Daí resultou, 4 anos depois, em 1947, a publicação do livro “O Homem de Espanto” — Tipografia Galhardo.

Reverenciemos, pois, a sua memória, nesta evocação sentimental e telúrica.

Ora falando, protestando, rezando, ora preso (2 de janeiro de 1874), condenado (21 de fevereiro de 1874), anistiado (17 de setembro de 1875), partindo desta vida, tão fugaz (em 4 de julho de 1878), sempre Dom Vital representa e sintetiza o exemplo e

a lição maior da sabedoria, da coragem santa, da firmeza de caráter, do amor ao próximo, do respeito à nossa frágil condição humana, do cumprimento aos desígnios da Igreja Católica Apostólica Romana, sob as bênçãos do Criador.

“Esse homem — como magistralmente proclamou Câmara Cascudo — sem indiferentes, sem neutros ou ambíguos. Um soldado sem desfalecimento, Apóstolo de fala veemente, verbo de bronze, espada de fogo, queimando e clareando, solitário e alto como uma almenara”.

“Por isso, Frei Vital, Bispo, está vivo e vitorioso. Dividiu as águas. Pregou a independência, a soberania, o primado do **espiritual**. Pediu ao Imperador que retirasse as honras aos Bispos e lhes desse a liberdade do culto. Marcou com o seu báculo, os limites jurisdicionais de César. Previu a sabedoria da separação da Igreja na República, separação que multiplicou e sagrou o Episcopado nas almas populares. Livrou o Bispo de ser funcionário público. Arredou a mitra de dentro das pastas ministeriais. Levantou a cruz peitoral do tapete político”. (“O Homem de Espanto”, págs. 3 e 6).

Eis o que pretendia dizer nesta magna solenidade, atendendo ao honroso convite do Egrégio Conselho Estadual de Cultura de Pernambuco, através de seu preclaro presidente, sociólogo antropólogo Gilberto Freire, dignitário, entre os maiores, da inteligência brasileira.

E assim pôde o Rio Grande do Norte, de Ferreira Nobre, Tobias Monteiro, Rodolfo Garcia, Tavares de Lyra, Nisia Floresta, Auta de Souza, Câmara Cascudo e tantos outros, integrar-se, de corpo e alma, às comemorações que se realizam pelo transcurso do sesquicentenário da elevação do Recife à categoria de capital.

O tema escolhido, confesso, ensejou-me preocupação, mas me fascinou sobremaneira.

Procurei abordá-lo com a simplicidade de minhas palavras, sem arrogância nem empáfia.

Se omissão cometi — e acredito que sim — tendo em vista a elasticidade e as implicações de ordem interpretativa do assunto, quase inexgotável, deixem-se pensar, confortando o espírito, que a tarefa fora cumprida, na melhor das intenções. É o estímulo que fica; a responsabilidade que conduz e comanda os misteres desse ordenamento, no campo da pesquisa histórico-social. É a jubilosa recompensa do instante que passa, nesta heróica Veneza Brasileira, capital há um século e meio. Recife — “cidade-sereia”, como já decantou ainda o grande Gilberto Freire.

Paira sobre mim a convicção de que pude contribuir com um pouco do muito que ainda deverá ser dito e pesquisado em torno da fascinante e polêmica questão, que se chamou de religiosa.

Algumas gotas subsidiárias, em lances objetivos e um tanto meteóricos, tentei jogar na mata quase virgem ou semi-explorada da História do Rio Grande do Norte, neste particular.

Que outras achegas, oriundas da tradição oral e das fidedignas fontes documentais, impulsionem e propalem o fogo das idéias e a dinâmica do pensamento, entre os estudiosos mais autorizados e experientes, até mesmo pelo mérito da idade, cujos exemplos esta noite tropical revela e acolhe.

Que uma luz e um calor perenes irradiem e fixem, ainda mais, na retina e na mente de todos, pela valorização da História, a temática da questão religiosa, que ressoou também no Rio Grande do Norte, há 104 anos, para provar a bravura, a humildade, a coragem, o destemor do nosso povo, que sempre, em quaisquer circunstâncias, se empolga, se enobrece e queira Deus — neste mundo atribulado — cada vez mais se humanize.

(*) (Palestra proferida no Gabinete Português de Leitura — Recife - Pe. em 20-04-1977, a convite do Governo Pernambucano, através do Conselho Estadual de Cultura, sob a presidência do sociólogo-antropólogo Gilberto Freire, como parte das comemorações do sesquicentenário da elevação do Recife à categoria de capital).

NOTA DA REDAÇÃO DA REVISTA

O presente trabalho foi, igualmente, lido no Centro Norte-rio-grandense, no Rio de Janeiro, sob a presidência do General Dióscoro Gonçalves Vale, em 26-05-77, e também, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em data de 9 de novembro de 1977, pelo transcurso do centenário de morte do Vigário Bartolomeu, ocorrido em 2-11-77.

NOTAS AVULSAS

NILO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

A conferência do historiador e advogado Enélio Lima Petrovich, no Gabinete Português de Leitura, integrando as celebrações culturais do Sesquicentenário do Recife como Capital da Província de Pernambuco, foi um dos melhores momentos da nossa consciência cívica e histórica.

Enélio Lima Petrovich é presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde vem desenvolvendo um trabalho construtivo que por mais de uma vez tenho ressaltado. Ocupou-se da Questão Religiosa, que se irradiou do Recife para o Rio Grande do Norte, onde a luta foi intensa e a divisão de campos marcou bem viva a distinção entre católicos, adeptos de Dom Vital, e maçons. Mas, o que Enélio deixou como desafio aos nossos pesquisadores foi um fato realmente digno de investigação: — o padre Bartolomeu da Rocha Fagundes, maçom, suspenso de ordem pelo bispo de Olinda, foi enterrado no Recife. Faleceu no dia 2 de novembro de 1877. Ninguém sabe — salienta Enélio — onde ficou sepultado. Eis a questão. E mais do que isso — o desafio. Aceito a luva, como se costuma dizer. E agradeço a Enélio Lima Petrovich ter arrastado minha curiosidade até esse ponto. Vou ver se descubro essa sepultura. E, desde já, peço a todos os interessados que me ajudem. Não é tarefa para um só. Enélio fixou a sua presença nessa investigação fascinante.

("Jornal do Comércio", Recife-Pe., 26-04-1977)

UM CONFERENCISTA DO NORDESTE

ORLANDO PARAHYM
(Sócio Correspondente)

Dentro do programa de conferência do ENCONTRO DO RECIFE, promovido pelo Conselho Estadual de Cultura, salientou-se muito especialmente, a de Enélio Lima Petrovich.

Não muito conhecido pessoalmente nos meios intelectuais recifenses, Petrovich encontrou agora oportunidade para estreitar relações com alguns dos nossos estudiosos de primeira linha.

Indo ao Conselho de Cultura, Petrovich entregou o seu cartão de visita, isto é, revelou-se o homem culto, e dono da palavra fácil e comunicativo, o erudito não presunçoso nem tampouco presumido.

No Gabinete Português de Leitura, Petrovich produziu uma conferência sobre a questão religiosa do Segundo Reinado no Brasil. Assunto, por assim dizer, ainda inesgotado. Ou, por outra, inesgotável. Resta muita coisa a pesquisar, interpretar, escrever e dizer a respeito desse episódio memorável do reinado de Pedro II. Nele avultam como personagens maiores Dom Vital e Dom Macedo Costa, bispo do Pará.

Nilo Pereira e Flávio Guerra estudaram exaustivamente a famosa questão e sobre ela escreveram livros notáveis.

Enélio Petrovich define aspectos particulares das exacerbadas divergências entre os Bispos coerentes às determinações do vaticano e os maçons. E a verdade é que havia padres ostensivamente ligados à maçonaria. Fazia praça da sua integração nos domínios dessa sociedade universal. Exemplo marcante dessa atitude foi o do padre Bartolomeu, do Rio Grande do Norte. Esse sacerdote inscrito numa loja potiguar rebelou-se contra as determinações de Dom Vital; se submeteu à suspensão de ordens e escreveu brabo ao Atanásio Pernambucano.

O padre rebelde, Bartolomeu da Rocha Fagundes, veio a falecer no Recife, mas, ainda, ninguém sabe onde está a sua sepultura. O mesmo, aliás, aconteceu em relação ao nosso Frei Caneca, o mais puro mártir da Confederação do Equador.

A presença de Enélio Petrovich no Recife marcou um ponto saliente no programa das comemorações sesquicentenárias do Recife Capital.

(Recife — "Jornal do Comércio" — 03/05/77).

O ROTEIRO DA REDESCOBERTA DO TRÓPICO ONDE NASCI E ME CRIEI

NESTOR DOS SANTOS LIMA
(Sócio Correspondente)

Quando eu nasci em Natal, Rio Grande do Norte, em 1921, no seio de uma família de mãe católica e pai maçom, eu estava abrindo os olhos dentro do contexto da cultura ocidental, trazida para o Brasil pelos portugueses e aqui adaptada à moda da terra, embora tivesse sido conformada ao longo do tempo nos parâmetros da zona temperada, da faixa habitável do globo terrestre. Mas ninguém se dava conta, nem eu, que estávamos cultivando hábitos de outras regiões estranhas à nossa vivência tropical, quase equatorial, posto que Natal está a escassos 5 graus ao sul do Equador.

Essa cultura ocidental, europeu ocidental, melhor dito, se formara com restos de grupos de bárbaros, — mas bárbaros mesmo, não apenas porque não eram cidadãos romanos, como se os via desde Roma na decadência — que vinham de corrida da Ásia, e pouco a pouco se constituíram em povos sedentarizados na Europa ocidental, de onde partiriam somente quinze séculos depois para a nova aventura americana. Mas até o século XVI, da era cristã, esses núcleos populacionais e culturais, se limitaram à área européia, quando muito ao outro lado do Mediterrâneo, que está longe de ser tropical, como muita gente pensa sempre que se fala em África. Do Mediterrâneo, os romanos não saíam além de Gibraltar, a última Thule. Os outros povos europeus iam ficando por ali mesmo, enquanto não aprenderam as artes de navegação longe da costa. Para eles, o Atlântico era o mar Tenebroso, sobre cujas águas vagavam os bichos mais estranhos, se forjavam as lendas mais alu-

cinadas sobre os calores dos trópicos, que já prenunciavam o desinteresse pelas futuras áreas tropicais, patenteado depois na reparição do mundo americano.

A literatura da época, a que os portugueses, de malandragem, recorriam para desencorajar os concorrentes que buscavam também o caminho das Índias, era cheia de lendas, de horrores, de coisas terríveis, atribuídas a essas regiões quentes que se anunciavam ao sul da Ilha da Madeira e do Cabo Verde. A vocação portuguesa, ainda hoje, tão brasileira sobre a não comunicação, que valeu a Portugal o domínio de Salazar durante quase meio século, já se exemplificava com a significativa frase "o segredo é a alma do negócio". Assim, nem instruções escritas se davam aos navegadores para que não fossem apanhadas pelos inimigos, conforme provou de sobejo Jaime Cortesão em seu magistral livro sobre o assunto.

Em suma, o europeu, o homem da cultura ocidental, temia o trópico e ainda hoje o teme. Sem querer morar aqui, vestido de lã até o pescoço, o português chegou até nós e por não poder voltar, ficou. Daí o Brasil, Natal, 1921, e quem vos fala.

Na escola primária, no "Ensino Rápido", método então muito popular, a escolha da palavra **uva** em vez de **umbu** já levava à suspeita de anti-tropicalismo do ensino. Mas, até enquanto não chegou a aula das quatro estações, eu nunca antes me preocupara com as várias oportunidades em que nos pastoris da Dona Emilia, da escola do Alecrim, se falava na primavera, no inverno, no outono etc. . . reliquats das canções portuguesas, que constituíam naquela época ainda forte proporção do material, cantado nos ditos festivais populares da época natalina. Mas, quando começou a história da cigarra e da formiga já comecei a não me conformar. Afinal, o inverno era, no Rio Grande do Norte, a época da fartura. Porque então a miséria da cigarra na melhor época do ano? Estava eu na verdade ainda na escola primária, sem saber, mostrando-me avesso ao colonialismo pedagógico, que não era ainda denunciado pelos pedagogos nacionais. Agora esse colonialismo pedagógico vem embrulhando em prestigiosos envoltórios plásticos norte-americanos, não mais portugueses nem franceses, mas tão anti-tropicais como os anteriores. Esse colonialismo pedagógico, essa insidiosa maneira de desprestigiar o trópico, as vivências tropicais, leva gerações inteiras a um novo mazombismo criador de necessidades novas ao ponto de impor agora a nova dependência: o ar condicionado. Só se pode viver em clima europeu. O nosso país não presta, nem o clima presta. . . Só o das nossas origens dos centros da cultura ocidental, a Europa, e agora, Nova York. . . Tudo tem que ser feito em função de criar novas necessidades para os homens do trópico que

estão sendo desenraizados para se sentirem bastardos em sua área, terem horror ao lugar onde nasceram... E viverem infelizes, pensando noutros climas mais amenos, ou importando novas necessidades por imitação.

Muitos dos presentes, se conscientizaram da tremenda importância cultural que os norte-americanos tiveram para a tropicalização de Natal. Na época, chamara-me muito atenção um papel escrito por Confúcio Barbalho, no qual ele me pedia passar para inglês a expressão "vetores de cultura" com a qual ele se referia aos norte-americanos em Natal. Eu propunha "culture carriers" hoje eu diria "culture bearers" e servia para explicar um dos fatores do choque cultural, verificado em Natal, dos anos 40, ao recebermos aqueles moços desinibidos, muito sadios e entusiastas que, subitamente, passaram a conviver conosco, na nossa minúscula sociedade de então, com a rapaziada servindo ao Exército Nacional.

Em termos de antropologia cultural, os norte-americanos eram e são uma cultura adulta, que experimenta e adota o que lhes convém, desde que lhes pareça bem. São culturalmente existencialistas, tanto quanto somos nós essencialistas, nos termos sartrianos. Eles fazem o que convém fazer. Nós esperamos condicionar nossa ação a parâmetros já estabelecidos ou por Deus ou pela autoridade; por isso nós, latinos, criamos a sociedade bloqueada, tão diferente da sociedade livre que impera nos modelos anglo-saxônicos, particularmente, nos Estados Unidos da América. A presença desses portadores de uma cultura democrática, liberal e militante, em Natal de 1940, produziu um resultado extraordinário em episódio que conto, porque dele participei, e se insere na minha redescoberta do trópico.

Pelas alturas de 1942, as tardes de Natal eram e continuam a ser quentes, e os jovens de boa família e renda alta suavam debaixo de suas roupas de casemira azul marinho antes de entrar para a sessão das moças, das 16 horas no antigo Rex, do saudoso Eneias Reis. Um imenso ônibus de norte-americanos em manga de camisa chega de Parnamirim, pára na frente do Rex, descem todos e vão para a bilheteria comprar ingressos. Impossível porque eram homens em mangas de camisa. Eneias Reis, em comovente discurso diante da massa observadora, formada de estudantes dos quais um era o próprio, apelou para a compreensão, o esforço de guerra e... deixou os americanos entrarem em manga de camisa... Começara a acabar naquele instante a exigência de paletó e gravata para lazer em Natal. Natal dera um imenso passo para vencer toda a barreira histórica que os portugueses nos impunham, obrigando-nos a assimilar elegância com casemira inglesa, só porque eles, os lusos, fizeram aquele estúpido acordo de Méthuem, com os sofisticados

ingleses, que assim colonizaram Portugal desde aquele remoto ano de 1703. E nós, passivamente, repetindo o padrão de Londres nas terras escaldantes do Nordeste brasileiro. Mas, a coisa acabara ali, com a capitulação do Eneias Reis ante a invasão norte-americana, que no caso, dava toda razão à imaginosa expressão confunciana, digo do Confúcio Barbalho, cuja pessoa ainda naqueles dias era vista em Natal, para saudades nossas. Mas Natal, a não ser sua consciência histórica, Cascudo, poderia ter notado esse avanço na direção da nossa independência cultural, dado naquele dia histórico para a antropologia cultural do Nordeste. Quero dizer: naquele dia, ganhara um ponto o avanço do povo na direção de impor o padrão vestimentar que seu Zé de Aguiar, lavrador muito antigo de Angicos, propunha com sua habitual indumentária calça azul de zuarte e camisa branca por fora das calças. E como o povo é quem tem razão como já dizia Frank Lloyd Wright em matéria de Arquitetura, possivelmente haverá outro estudioso que o diga em matéria vestimentar. Eu estou de acordo com o povo nesse assunto e já vi muita roupa estranha por este mundo de meu Deus... Note-se que o Brasil progrediu muito na direção da vestimenta ecológica desde então. Mas, há ainda muito caminho a andar como se vê pela variedade de indumentárias ora em uso. E as cariocas então, com suas vestimentas estilo nhenhengatu para a praia, são a antítese do nosso antigo desejo de imitar o modelo da área temperada e, seguramente, fariam fremir os nossos colonizadores envoltos em suas japonas de lã, se assim as vissem em sua quase total e magnífica nudez.

Nessa época, eu não era ainda um aguerrido tropicalista, mas já estava me dando conta de quanta coisa errada andava pelas nossas mentes obnubiladas pelos modelos europeus de comportamento e de padrões culturais. Mas não podia avaliar que a profundidade das diferenças fosse insondável até que, como professor de português dos americanos da base de Parnamirim embrenhei-me numa discussão sobre folklóre e a pedido trouxe alguns exemplos à discussão com os alunos, um dos quais era professor de Literatura na North Western University de Chicago.

Quando contei para os americanos a fábula do jabuti que venceu o veado na carreira, houve o maior pasmo na alma simples daqueles imensos homens educados na mística britânica do "flair play", da luta de soco na cara, e de não bater no adversário no chão, ética que eles teriam de modificar muito, quando ultrapassassem os limites de sua própria cultura, em contacto com o vasto mundo que inclui a Ásia.

O meu aluno mais inteligente explodiu: Mas essa história não tem moral. O jabuti fez um truque. Não foi "fair"... Uma

moralidade dessa não se pode ensinar a ninguém... Um povo etc... Aí, eu vi que tinha de dizer algo sério e, felizmente, a inspiração veio logo. Escute aqui, meu amigo. Você fala em "fair play" de jabuti com veado, em matéria de corrida? "fair play" pra jabuti é perder... Mas, você acha que esse veado descarado usou "fair play", quando propôs uma aposta de velocidade com um jabuti? Então? A moral é que você não entendeu, e é a seguinte: em situações irregulares, use soluções irregulares. Com gente suja, use jogo sujo, senão perde de saída. O homemzinho não concordou com tudo mas já não mais extrapolou sua incompreensão parcial para a moralidade brasileira com tanta ênfase. Já compreendera que "fair play" mesmo o veado não tinha, desde quando pensou em desafiar o jabuti para a corrida.

Ora, essas estórias estão no "O Selvagem", do General Couto de Magalhães e são expressivas do nosso modo de ser, do nosso heroísmo de é-amarelinho, da filosofia de combate de fraco contra forte. E não foi essa circunstância que levou os chineses de Formosa a inventar o karatê? Situação irregular, solução irregular, é a moralidade. E nas áreas frias, jamais essa moralidade figurou em contos ou fábulas. São vivências específicas de outras áreas e que servem a outras necessidades. Para mim, como já escrevi num dos meus capítulos preferidos de uma obra de base de minha visão externa, do Brasil, é nas estórias do jabuti, que está a essência do jeito, do jeitinho brasileiro, vivência merecedora dos mais aprofundados estudos de nossos homens de ciências sociais.

Em 1947, estava eu maduro para sair do trópico. Até os norteamericanos me aconselhavam ver o Rio de Janeiro que toda gente vê como trópico, mas é apenas fímbria de trópico, já saindo do trópico, sujeita a tempestades e baixas de temperatura que muita gente não compreende porque existem e basta olhar no mapa para ver. Ali, começam as turbulências que marcam a passagem entre o trópico e o subtropico. E eu fui logo, mesmo sem querer verificar nada, me dando conta dessa diferença porque ao me deslocar para o Rio de Janeiro, a primeira impressão foi que todo mundo era mais branco e eu era mais preto. Depois, foi a decepção de Copacabana. Passava até três horas da tarde e saía apenas um pouco acobreado. Estava longe dos meus dias da Areia Preta, com o sol como punhais, no dizer de João Cabral de Melo Neto, furando a pele da gente e entrando pela cabeleira dos meus 20 anos que não mais existe. Mas, então, eu ainda tinha cabelo e o sol do Rio de Janeiro era sem graça, me deixava rindo, insensível ao seu pálido calor quase subtropical.

Na verdade o Rio de Janeiro era apenas o começo do subtropico e eu não viria a saber o que são as zonas temperadas, antes

de outubro de 1951, quando a temperatura começou a baixar em Belgrado, Iugoslávia, para onde me mandara a minha curiosidade e a minha falta de pistolão para obter coisa melhor no jogo malicioso das remoções do Itamaraty.

Belgrado, que fica na altura de Nova York ou da Patagônia, ao sul, isto é, pelos 40 graus de distância do Equador (lembre-se de Natal a apenas 5), parecia Recife em junho, quando cheguei. Árvores verdes e densas, rio barrento em baixo da ponte, o Danúbio, e mais ao norte um outro rio, o Sava, bom de banho, calor, gente forte e pouco vestida na época; eu me considerava em casa, sob o ponto de vista ecológico e tropicalista que não era ainda o meu forte, nem tinha ainda a densidade de convicção atual. Os amigos insistiam: quando toma férias? Para que, aqui está bom... Mas vem o inverno... Não temo inverno, agüentarei. Depois vieram perguntas mais concretas: tem madeira já para queimar ou já conseguiu carvão? Suspeitei de que o negócio começava a ser sério. Mas um dia, devia ser 18 de outubro, comecei a sentir-me mal, sem saber porquê. Tão mal estava que uma moça norte-americana se apiedou do meu aspecto penoso e quiz saber o que eu tinha. Descobriu logo: frio. Deu-me um "Chumadiski chaia" (aguardente de ameixa com chá quente) e logo mais senti reviver. Informei-me por ela então que era necessário comprar cuecas e outras prendas masculinas, mas em lã, sob pena de morrer de frio ou de suas conseqüências. E ela tinha razão. Naquele ano a temperatura foi a menos 30...

Todo um aprendizado tive que fazer: deixar de tomar banho, o de quê os índios acusavam o português. Mas como é que se vai tomar banho a 30 graus abaixo de zero. Pra que? Basta abluções rigorosamente tópicas como gotas no nariz. E todo mundo faz assim e quem não fizer está louco. Pois aprendi a dignidade de não tomar banho, esqueci as heresias brasileiras contra a aversão a banho do português, as versões maliciosas sobre banho de francesa, tudo práticas, sociologicamente condicionadas pela temperatura ambiente, na qual se forma uma cultura. E aí, você começa a pensar em trópico, a desejar o calor e compreender que deve haver vantagens substanciais no seu desprezado mundo de chuvas tormentosas e de calores fortes e húmidos em que vivi toda minha vida. Tinha agora em troca a tremenda intolerância do frio, que faz a gente das áreas frias ter horror a inseto. Tem que matar tudo, porque aqueles homens são filhos do inverno que mata tudo até gatos de estimação, se são imprudentes. E o papel extraordinário do frio no equilíbrio demográfico. Nos países frios, os incapazes de conseguir comida e calor... Simplesmente morrem. E no verão seguinte, a sociedade se sente segura, tem menos mendigos, menos bichos, se

vandijas etc. . . E a população que escapou é forte pra valer. Que diferença nos trópicos! O tipo não trabalha, não ganha pra comer e. . . Não morre, sobrevive e enche as ruas de Calcutá e do Rio de Janeiro. . .

Se eu fosse ecologicamente colonialista, eu teria insistido em Belgrado em vestir-me como em Natal, comer como em Natal, reagir como em Natal. Mas eu, ao contrário, tive que ser colonizado pelo frio e adotei tudo o que tinha de adotar para sobreviver. Belgrado ensinou-me as realidades da zona temperada e de sua cultura. Compreendi o que é corrente de ar. É um jato mortal de ar frio que se forma dentro de casa se você deixa a janela aberta e uma saída para o ar. Daí, o horror às correntes de ar que tem pessoas embebidas da cultura da zona temperada. São capazes de fechar janela até em Ponta Negra, com medo da brisa nordestina que só faz acariciar a pele. E chuva? É mortal também porque dá pneumonia logo. Eu que tomava banho de chuva na biqueira da casa do Alecrim, aprendi a olhar a água como um outro inimigo mortal. Tudo numa nova perspectiva legítima, vivencial, existencialista, de gente de verdade situada no seu meio e vivendo-o. Não havia ninguém desafiando as condições do ambiente como a casemira inglesa fazia em Natal e, agora, esses tecidos de poliéster horrendos para camisa que são fornos portáteis. . . mas estão na moda. Há pouco procurei por toda cidade de Paramaribo tecido de algodão para camisa. . . Não há. Há poliéster e algodão a 65%. . . Estamos sendo fritos pela indústria japonesa, norte-americana, francesa, que inventou o pano para suas terras frias e agora o vende nas nossas terras quentes. . . Teremos que ter ar condicionado para ter camisa e aumentar a dívida externa do Brasil para a casa dos 40 bilhões. . .

Mas, para a conscientização ecológica nada como uma viagem ao Egito, país sobre o qual, o brasileiro se fixou na visão inglesa de que é um país quente. . . para inglês. Isso porque, sobre o Egito, nós somos britânicos culturalmente, pois que ninguém escreve em português sobre esses países longínquos e se escreve não vai ter o mau gosto de não coincidir com as definições ecológicas tradicionais, divulgadas também pelo cinema. Eu verifiquei que o Egito é frio, como o Rio Grande do Sul. Está no 30º paralelo e aí é frio moderado, como Santa Maria da Boca do Monte ou Montevideu, mas é frio para todos os brasileiros. O colonialismo ecológico é o direito de quem manda, de quem tem a força armada e o prestígio cultural, de dizer se um lugar é frio ou quente, para o seu pessoal. Os outros que se limitem a concordar. E assim eu cheguei ao Egito com a imagem dos filmes ingleses, de soldados de capacete colonial caindo baixo um sol de rachar. Mas era dezembro, e eu me encontrei subitamente, necessitando de sobretudo, enquanto alguns tipos louros, nórdicos, se deliciavam com o calor

do inverno egípcio. Duas visões, dois ângulos de ver uma mesma coisa. Para os nórdicos, a visão britânica do Egito como país quente é válida. Para os brasileiros, precisará muita sofisticação para achar o Egito um país quente, a menos que você queira mostrar sua identificação com a "gente bem" dos países frios e sua ogeriza a sua filiação a um país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza, no dizer de Jorge Bem...

No Egito, eu já era quase ecólogo, amador consciente e sabia que devia sempre ouvir a opinião das pessoas sobre frio ou calor, receber a recomendação de colocar-me do lado do frio e fazer o contrário. Foi assim que escolhi o melhor apartamento da minha vida, sobre o Nilo, do lado do vento da África, em vez de tomar o recomendado apartamento do lado do Mediterrâneo, cujas brisas eram frias de mais para mim, mas ninguém sabia. E como acertei! Mas, sobre arquitetura, a minha conscientização tropicalizante começou na Dinamarca, como vou contar.

Na Dinamarca vive-se entre — 10 e + 10 anos, sai e ano entra. O verão é as vezes uma tarde quente em que faz 19°. Também aquele maravilhoso país de fadas, uma verdadeira univrsidade completa de tudo, fica pelos 55 graus ao norte, como o Canadá. E os "vikings" moravam em casas bem baixinhas para poder aquecer-se com pouco fogo. Sabidos que eram os "vikings" de antigamente! Os modernos dinamarqueses, levados certo tempo pela influência francesa, fizeram casas imitando o estilo francês, com cortinas abundantes, elevada cobre o chão, muito fechadas para o exterior, em suma, casas talvez boas para franceses que já têm algum sol. Mas para dinamarqueses eram inadequadas. E tanto suicídio devia vir dessas casas burguesas horrendas de Charlottenlund, onde morei uns meses e comecei a explodir. Não dava para viver numa casa feia e fechada num país sem luz. Por acaso, encontrei entre as novas tendências arquitetônicas dos nórdicos, uma casinha clara, com metade vidro, metade parede, que o pouco sol aquecia pelo vidro, e, a muita luz e visibilidade permitiam manter-se a pessoa isolada mas em contato com o exterior, acompanhando a vida, podendo ver a única raposa selvagem que havia nas redondezas, cobichando o meu gato de estimação! A verdade é que construção baixa, para melhorar o aquecimento, com metade em vidro, para captar a luz e a paisagem e ainda permitir a captação do pouco sol para aquecimento, é máquina de morar, desejada naquelas paragens friorentas, escuras e de mulheres lindas.

Essas noções de arquitetura nórdica conduziavam-me como tudo o que venho apreendendo no exterior, para olhar melhor e mais a fundo a nossa decantada arquitetura brasileira, cujo mais celebrado exemplo em massa é a nossa bela capital Brasília, com seu arrojo e suas impropriedades já denunciadas por gregos e troianos.

Em Brasília verifica-se que o novo na arquitetura brasileira é apenas o plástico no que se excede o genial Nyemeier. Mas no resto é porca imitação livresca das soluções e dos modelos dos mestres nórdicos com sua preocupação de ganhar-se o sol onde não existe, comunicar-se com o exterior, para não morrer de isolamento e não conduzir ao suicídio, terapêutica que os nórdicos auxiliaram, recomendando doses maciças de sexo, o que, dado o material humano da área, é altamente desfrutável e seguramente exitoso para combater o mal! Mas, no Brasil, aplicar o método e as soluções nórdicas é apenas preguiça mental e colonialismo cultural. E é o que se tem feito.

A lição do mundo foi, pois, viver existencialmente, em função das realidades geográficas e culturais de cada região, combatendo sempre que necessário as influências inadequadas ao meio, às necessidades e sobretudo aquelas que vêm prontas como produto consagrado pelo prestígio da área de sua procedência, buscando deslocar em seu favor formas tradicionais e suficientes de atender às necessidades a que se referem, porque essas estão na base dos desequilíbrios crescentes do balanço de pagamento dos países tropicais com seus fornecedores da área temperada. Assim, países pobres aprenderam a comer trigo norte-americano, que custa ao Brasil, atualmente, 500 milhões de dólares, e mais custará na medida em que os consumidores de mandioca batata doce, inhame e fruta pão forem passando para o sofisticado cereal. O dispensável carro individual, em proveito do qual foram destruídas as linhas de bondes elétricos, com o custo crescente da gasolina empobrecerá ainda mais as áreas periféricas. Agora, o ar importado dos Estados Unidos da América, através do Rio Grande do Sul; o ar condicionado, custa os olhos da cara e dada a arquitetura também errada nos trópicos, será uma necessidade. E aumente-se o endividamento e a dependência. Mas as áreas tropicais são órfãs, cujos filhos se sentem mal e bastardos nelas próprias, desejosos de voltar aos climas frios, às necessidades impostas pelo hábito das antigas culturas de onde viemos muitos séculos atrás. Lembro-me do gabinete do Reitor de uma Universidade tropicalíssima no Nordeste: grossas cortinas de veludo para impedir as correntes de ar, ambiente abafado por tapetes para evitar o frio do piso, tudo trancado com portas herméticas de vidro, e lá dentro, um cavalheiro vestido pelo modelo londrino ou parisiense, não me lembro bem, com uma bateria ronronante de aparelhos de ar condicionado! Erros em cima de erros levando a mais erros e despesas desnecessárias. O novo aeroporto do Rio de Janeiro, celebrado como uma maravilha da arquitetura brasileira, imita exatamente os aeroportos de Tóquio ou Frankfurt. Só que não há o frio, nem neve, nem as tormentas por causa das quais, o passageiro passa do aeroporto para o avião dentro de galerias caríssimas, de aço, movimentadas por enorme despesa de ener-

gia. Para quê? Eu sei. Embarquei em muitos aeroportos de baixo nevasca. A imaginação no Brasil mandava fazer-se um sistema novo em vista a proteção contra a chuva apenas. Mas tivemos que fazer o sistema contra a neve, posto que ninguém sabe no Brasil viver ou planejar existencialmente, e fica bem negar nossas peculiaridades tropicais e a bênção de termos clima benigno.

Numa reunião de política científica em Caracas, verificam-se os primeiros contatos entre os povos americanos do Caribe, de língua inglesa e os latinos americanos de língua portuguesa e espanhola. Pergunta-se onde existem cursos de arquitetura tropical na América Latina: silêncio absoluto. Alguém lembrou o Canadá... Nunca vi melhor exemplo da desgraça de sermos áreas órfãs. O trópico ainda não tem pai porque as nações latino americanas da área tropical não se deram conta ainda disso. E o preço de não pensar está aumentando e o perigo dessa inconsciência começa a aparecer.

Em 1973, o mundo acordou de um sonho: não haverá mais energia barata. Acabou-se, ou melhor, começou a acabar a cultura do excesso de energia, da qual os norte-americanos eram os campeões, consumindo 30% da energia mundial em benefício de 6% da população do universo. A cultura do excesso de energia, ora em declínio, tinha algumas expressões facilmente identificáveis: carro grande de alta cilindrada se possível com escape aberto, barulho de música sempre multiplicado eletronicamente, cantar berrando (Elvis Presley), dançar furiosamente, para gastar as calorias das dietas imensas e fortificadas com vitaminas, diversões com destruição de material, corridas de carros novos e velhos, incêndios com muita explosão e gasolina barata, filmes de James Bond, casas imensas com piscinas aquecidas, luxo e mais luxo, fazendas intermináveis com muito trator e energia barata e pouca gente. Tudo isto está em declínio, nos próprios Estados Unidos da América. Já se fala em "Small is Beautiful" livro recente de Schumacher de grande êxito na América apesar do recente falecimento de seu autor, mostrando a conveniência de recortar os gastos e as grandezas. Tudo era porque o petróleo pertencia aos americanos e o seu consumo só beneficiava os americanos. Hoje, a partir de 1973, o petróleo deixou de ser exclusivamente norte-americano e seu consumo não enriquece, mas empobrece o Tio Sam. Tudo está mudando. E quanto às regiões tropicais? Positivo ou negativo?

As regiões tropicais tem menos necessidade de petróleo e energia convencional porque somente a usam para a indústria e para os transportes. No trópico brasileiro, baixo, ninguém se aquece. Agora vai ser vantagem morar em país onde não há conta de aquecimento. E os povos das áreas frias vão compreender e vão se inte-

ressar em se transferir para essas regiões, tão logo a situação aperte. Resulta disso a valorização dos espaços tropicais, do ecumeno tropical, tão malsinado enquanto era fácil e barato ter casa aquecida em país frio; veja-se a luta atual pela a ocupação da Amazônia nesse contexto: são os gaúchos que sobem! Impõe-se portanto que nós mesmos nos antecipemos a essa valorização dos espaços tropicais, estudando a organização desses espaços, de modo a não aceitarmos as injunções que virão das áreas temperadas, de mistura com o relictat cultural que cada pessoa leva consigo quando emigra. E sem petróleo, com pouca utilização para o petróleo, os trópicos são riquíssimos em insolação posto que são situados sob o plano da eclítica, zona de incidência plena da luz solar sobre a terra.

Estamos longe de pensar nisso no Brasil e nos outros países tropicais, posto que, ainda, não soubemos tirar as conseqüências da nossa internação no ambiente tropical desde a aventura portuguesa.

Trata-se portanto de um problema de conscientização coletiva, da conjuntura que o mundo está enfrentando nesse fim de século e da necessidade de abirmos o debate sobre nosso destino como povo e como cultura tropical num mundo de contingências. Alarguemos, antes, a perspectiva de modo a incluir nela, os homens, os bichos e a terra em interação.

Sobre os outros bichos só um homem bom pensava: Walt Disney. Os outros os destruía para divertir-se. "Os limites da terra" de Osborn, em 1955, foi-me uma revelação sobre o nosso Universo finito. A alerta sobre as responsabilidades planetárias do homem vieram com a primeira conferência da UNESCO sobre a Biosfera, em 1967. . . Depois, a muita gente passou despercebido o impacto da visão da terra, que nos mandaram os astronautas norte-americanos desde a lua. Foi em 1969, e eu o recebi em Paris. Fiquei fascinado, olhando aquela bola com todos nós dentro, voando no espaço em direção a nada. No Japão escrevi um poema autobiográfico chamado "The Space Ship called Earth". E fiquei esperando outros sinais concretos da planetização do homem. E vieram os primeiros estudos futurológicos sobre o ano 2.000 e depois os do Clube de Roma que tanto impacto causaram com seu alerta sobre o fim próximo das matérias-primas indispensáveis ao progresso tal como concebido modernamente. Em 1971, o mundo dos negócios viu a desvinculação do dólar norte-americano em relação ao ouro. A idade da incerteza, de que fala Galbraith, instalava-se também no mundo das finanças, como já se abrira nos outros planos da vida humana, e da cultura. Há necessidade de um banco central universal para garantir o sistema monetário da terra em suas relações com os outros planetas. O esboço já funciona em Balé na

Suíça, o BIS (Banck of International Sellements). Em 1973, os árabes lançaram o mundo diante da nova verdade: acabou a era da energia barata. Os problemas se tornam globais, embora as soluções possam ser parcialmente regionais, enquanto nos aproximamos da aldeia global. Os russos e norte-americanos têm um arsenal atômico capaz de destruir a humanidade muitas vezes. Novas bombas norte-americanas matarão os homens mas não destruirão as fábricas. Genial!!!

Nesse quadro, os homens dos trópicos têm que pensar em suas oportunidades, seus problemas e suas soluções. Mas temos que perder o vício de pensar dentro dos parâmetros formulados pelos homens mais ilustres de suas áreas respectivas. Nós é que temos obrigação de conscientizarmo-nos e pensar nossos problemas e dar-lhes soluções. Se quisermos poderemos utilizar a experiência científica e técnica dos outros, mas sempre "cum grano salis". Só nós devemos ser os juízes de nossas conveniências, isto é válido também, para as soluções do Brasil subtropical em relação ao NE. E essa conscientização não pode nos ser outorgada. Tem que ser conquistada no debate livre, de todos os interessados, no seio das entidades culturais sobretudo das Universidades, às quais se impõe o dever, se desempenhar o papel catalizador da consciência crítica regional e nacional.

O roteiro foi longo e me trouxe de volta a Natal, onde pensei, poderia localizar-se um forte grupo de ativistas, de uma nova formulação da vida no trópico árido. Alimentei esperança de estimular aqui, o estudo da energia solar, que para o Nordeste é a chave de muita economia.

Tinha em mente provocar discussões sobre o futuro da rede num mundo de casas cada vez menores, marchando para a moradia de peça única, já corrente na China e no Japão. Uma revisão crítica da arquitetura tradicional, com vista a usos de novos materiais mais baratos e mais leves, com aproveitamento racional de áreas abertas para evitar a todo custo a criação artificial do confinamento conducente à necessidade da climatização. A revisão da indumentária, para se chegar à consciência da dignidade de qualquer forma de vestir, tendo em conta que somos uma cultura nova e não a queremos bloqueada por preconceitos nascidos em outras áreas e outras circunstâncias. Os móveis, para o norte árido, não se compadecem com o estilo ampuloso, bojudo e esquentador de espáduas e outras partes que nos vêm das fábricas italianizantes de São Paulo. A busca incessante de soluções arquitetônicas que tomem em consideração os ventos e sua utilização no conforto das áreas interiores. A defesa da natureza tropical e sua utilização paisagística, uma conscientização dos valores sociais da pai-

sagem tropical, o combate à poluição no rio Potengi e na lagoa do Bomfim, ambos em franco processo de degeneração, induzida pela inconsciência dos homens que não se sentem assimilados à sua paisagem.

Tratar-se-ia de um apelo aos imaginosos, aos insatisfeitos, às mentes criadoras, aos desbloqueados de espírito, aos que olham as coisas com olhos de criança, sempre se perguntando o para quê e o por quê das coisas, às quais já nos habituamos. Em fim, um lugar criativo, de debate multidisciplinar, onde tudo fosse posto em causa.

Creio que haverá uma Universidade nesse Nordeste que poderá dar vida a um projeto desta natureza. E se houver, estará cumprindo a mais nobre das tarefas para o aprofundamento da nossa personalidade histórica e cultural de povo tropical, vitoriosamente tropical, pela sua capacidade de agir sem fundamentação teórica, a ação dos empíricos.

Até já temos teoria. O grande Gilberto Freyre há tempos nos abre os olhos sobre nossas peculiaridades tropicais. Agora, cabe nos aprofundar na técnica, na ciência e na prática, esse processo de conscientização em boa hora lançado, pelo gênio de Apipucos. A serviço dessas idéias pautarei minha conduta como sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, honra que há muito cobiçava e só hoje me é conferida.

(Palestra proferida na Sessão Solene do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 20.09.77 quando tomou posse como "sócio correspondente". Tem o mesmo nome de seu tio, que foi presidente perpétuo do IHGRN).

* * *

UM AGRADECIMENTO

HUMBERTO NÓBREGA
(Sócio Correspondente)

Do Senhor Presidente recebi as seguintes instruções: —
"Não precisa discursos. Apenas algumas palavras. É que, na sessão, haverá também uma conferência".

Cumpro-as com a maior satisfação, pois que, neste primeiro contato convosco, quero dar prova de disciplinado.

Tomai, igualmente, meu laconismo como dupla homenagem — à nobre assistência, que aqui veio, acima de tudo para ouvir a conferência que será proferida, e também ao orador oficial da noite, poupando-o de receber um auditório cansado e sonolento.

Pouças palavras, portanto, até mesmo porque, por mais que rebuscasse um requintado vocabulário, não encontraria termos capazes de exprimir meu reconhecimento por me acolherdes neste venerando cenáculo.

Honra tanto maior, quanto sabido, haver a iniciativa do meu ingresso nesta Casa, partido de ENÉLIO LIMA PETROVICH, esta baráúna imbatível, já hoje figura nacional. É de justiça também destacar o eminente confrade MANOEL RODRIGUES DE MELO, um dos subscritores da proposta, enriquecida com o endosso sob todos os títulos honrosos do polígrafo CÂMARA CASCU DO, verdadeira relíquia, patrimônio da cultura brasileira, pelo vulto e vigor de sua obra que envolve a mais variada temática — antropologia, arte, folclore, literatura, problemas sociais, etc.

Com tamanhos patronos, a propositura, sem passar pelos interstícios regimentais, mereceu vosso unânime sufrágio, com o que mais avulta o penhor de minha gratidão.

Mais uma vez, potiguaras e tabajaras se unem. Dão-se as mãos amigas. Corporificam, sem fronteiras geográficas, os fraternos e tradicionais laços de amizade, que os identificam ao longo da história pouco importando tenha sido acesa, aqui e lá, a chama de idealismo e ardor patriótico com que pelejamos em prol da liberdade e do engrandecimento da terra comum: Felipe Camarão ou Vidal de Negreiros, Albuquerque Maranhão ou Peregrino de Carvalho, Azevedo Coutinho ou Arruda Câmara, Manoel Dantas ou Adolfo Cirne, Felipe Guerra ou Coriolano de Medeiros, José Augusto ou Epitácio Pessoa são altitudes humanas que enriquecem o patrimônio da historiografia pátria.

Naquela simbólica postura à Victor Hugo — alma ajoelhada, qualquer que seja a posição do corpo — coloco-me agora, para, cheio de emoção e reconhecimento, receber o título de Sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

(Palavras proferidas na magna solenidade de 29.03.77 no IHGRN).

AS FRONTEIRAS DO BRASIL COM A BOLÍVIA E O PARAGUAI

JOÃO FREDERICO ABBOTT GALVÃO Jr.
(Colaborador)

PLANO DO TRABALHO

- I) **O processo histórico de formação:**
 - 1) a política colonial portuguesa
 - 2) as expedições desbravadoras
 - 3) a demarcação definitiva dos limites
- II) **As condições naturais:**
 - 1) o relevo
 - 2) os solos
 - 3) a hidrografia
 - 4) a vegetação
 - 5) o clima
- III) **Os fatores humanos**
 - 1) o processo de colonização
 - 2) as áreas de influência
 - 3) a população atual e a densidade demográfica
 - 4) a organização espacial da economia
 - 5) os transportes
- IV) **O peso das condições naturais e dos fatores humanos na presente configuração da faixa fronteiriça:**
 - 1) os fatores naturais decisivos: relevo e localização
 - 2) a ação do Governo e da iniciativa privada
 - 3) perspectivas para o desenvolvimento da região.

Introdução — Os limites do Brasil com os oito países e as duas Guianas lideiras se estendem por 15.519 quilômetros, ao todo. Deles estudaremos apenas 4.465, correspondentes às fronteiras com a Bolívia e o Paraguai, procurando traçar em linhas gerais o processo histórico de sua formação e as condições naturais que apresentam, assim como os fatores humanos que as modificaram ou a elas se adaptaram.

1) — **O processo histórico de formação** — Com admirável espírito de síntese, o então Chanceler Oswaldo Aranha descreveu em 1939, todò esse processo do seguinte modo: “Assim como a Colônia foi a era do limite e da expansão, o Império foi a da fronteira e da configuração, e a República a da arbitragem, da conciliação, da demarcação, da boa vizinhança e da paz”. Não haveria tempo para tratarmos, pormenorizadamente, de tal evolução, mas cumpre ao menos esboçá-la.

1) — A política colonial portuguesa. Desde a expedição de Martim Afonso de Souza, Portugal havia manifestado a intenção de assegurar a posse definitiva do território brasileiro. A política que adotou foi a da ocupação periférica das terras que lhe cabiam segundo o Tratado de Tordesilhas, mediante o estabelecimento das fronteiras demográfico-culturais de que fala o Professor Delgado de Carvalho. Como veremos adiante, o termo periférico não foi tomado literalmente.

2) — As expedições desbravadoras. Durante o período da União Ibérica (1580-1640), começaram a tomar impulso as expedições iniciadas em 1530. É importante lembrar que os exploradores, quando não trabalhavam a soldo do Governo português, pelo menos dispunham de autorização oficial para suas empresas. Ao término destas, recebiam títulos de posse e prioridade relativos às terras onde houvessem fixado marcos. Assim fez Nicolau Barreto entre 1602 e 1604, descendo os Rios Tietê e Paraná, para apresar índios nas imediações da atual cidade da Guaíra, no Paraná, na faixa de fronteira com o Paraguai.

Nos três anos seguintes a 1648, Antonio Raposo Tavares seguiu pelos Rios Tietê, Guaporé, Madeira e Amazonas, passando pelo local onde se fundaria Corumbá, no Século XIX, e chegando a Gurupá, perto de Belém, com apenas um quarto dos expedicionários que haviam começado a bandeira. A essa heróica aventura Hélio Vianna deu o nome de “primeiro périplo interno do Brasil”. Interessa-nos, no caso, menos a denominação do que o fato de ter Raposo Tavares seguido quase todo o contorno da presente fronteira brasileira-boliviana, entre as cidades de Corumbá e Guajará-Mirim.

Em 1682, a bandeira de Brás Mendes Pais se adentrou em pleno território boliviano, até Santa Cruz de la Sierra, de onde Antonio Ferraz de Araújo seria, nove anos mais tarde, expulso pelos espanhóis.

3) — A demarcação definitiva dos limites. Passada a fase de desbravamento, mister se fez dar caráter jurídico à situação, de fato criada pelos bandeirantes e entradistas. Na solução das questões de fronteira que se desenrolaram, o Professor Delgado de Carvalho localizou três princípios básicos: a adoção do *uti possidetis*, o empreendimento de negociações bilaterais sobre os contestados e o recurso ao arbitramento nos litígios não solucionados por meio de tais negociações.

O *uti possidetis* do direito civil foi adotado ainda em 1750, no tratado obtido da Espanha, por Alexandre de Gusmão, que duplicou a extensão dos territórios portugueses na América, em reconhecimento à ação dos exploradores. No Tratado de Madri, convém observar, a nova forma da Colônia foi substancialmente determinada pelas três expedições mencionadas acima. A fronteira com a Bolívia foi posteriormente modificada apenas na região do Acre, de que trataremos a seguir, e por negociações diretas; finalmente, os limites com o Paraguai não se alteraram senão em 1872, logo depois de terminada a guerra entre a Tríplice Aliança e aquele país, quando se firmou o tratado de limites que atribuiu ao Brasil um território de cerca de 50.000 quilômetros quadrados, entre os Rios Paraguai e Paraná, acima do Rio Apa.

Mais de 150.000 Km² foram acrescentados ao território nacional entre 1903 e 1909, em seguida às negociações levadas a efeito pelo Barão Rio Branco com a Bolívia e o Paraguai; delas nos interessa tão-somente a primeira, que modificou as feições de nossa zona limítrofe com o primeiro daqueles países. Ocupada somente por indígenas até fins do Século XVIII, a região do Acre começou em 1877 a ser maciçamente povoada por seringueiros nordestinos, atraídos pela abundância e facilidade de extração do recentemente valorizado látex. No começo do presente século, quando a borracha havia atingido valores astronômicos, a população chegava à cifra de 50.000 habitantes. Legalmente, pertencente à Bolívia, em conformidade com os acordos de 1777 e 1867, a área logo se constituiria em palco de diversos conflitos e assunto de acesa controvérsia.

Em 1903, quando o problema se aproximava de um ponto crítico, a ação decidida do Governo brasileiro e o tino diplomático do Barão do Rio Branco evitaram uma guerra de resultados imprevisíveis. O Exército nacional ocupou toda a região e os negociadores brasileiros começaram seu trabalho: a área que pertencia à

Bolívia foi adquirida por 2.110:000 libras esterlinas (das quais 110.000 pagas como indenização ao Bolivian Syndicate), assumindo ainda o Brasil o compromisso de construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Um ano depois de assinado o Tratado de Petrópolis era criado o Território Federal do Acre, elevado a Estado em 1962. Sua população, em 1967, era já de 200.000 habitantes.

II) — **As condições naturais** — Do quadro natural, na faixa que emoldura os limites do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, tentaremos descrever, em rápidos traços, os elementos mais característicos e mais relevantes na determinação das feições político-econômicas que apresenta atualmente aquela região fronteiriça. Essa descrição será feita a partir de cinco aspectos básicos, tratados na ordem que se nos afigurou mais apropriada.

1) — **O relevo.** Apresenta quatro áreas individualizadas. A primeira delas (no sentido norte-sul) abrange toda a fronteira do Departamento do Pando, na Bolívia, com o Estado do Acre e a excrescência a Oeste do Território de Rondônia, e se localiza na região de **planícies e baixos planaltos amazônicos** (conforme a classificação do IBGE), com altitudes entre 100 e 200 metros. Em seguida, vem a de **superfícies de arrasamento do Brasil Central**, que corresponde exatamente aos limites Rondônia-Bolívia (Departamento de El Bení), também com altitudes inferiores a 200 metros. A terceira área margeia o Estado de Mato Grosso até a cidade de Bela Vista, confrontando-se com a restante face limítrofe dos Departamentos de El Bení e Santa Cruz, na Bolívia, e com a do Chaco e da Região Oriental do Paraguai: situa-se no **pantanal matogrossense**; é a que apresenta maior heterogeneidade hipsométrica, tendo altitudes inferiores a 100 metros e superiores a 800. A quarta, finalmente, a menos extensa delas, forma-se do confronto entre o restante do Estado de Mato Grosso e da Região Oriental do Paraguai, estendendo-se até a cidade de Foz do Iguaçu, e é parte da **bacia do Paraná**, onde o relevo varia entre 200 e 500 metros, dominado pelas serras de Maracaju e do Amambá.

2) — **Os solos**, coincidindo, aproximadamente, com as áreas de relevo individualizado, dividem-se igualmente em quatro áreas edafológicas distintas. A **formação barreiras** cobre a região situada entre a cidade boliviana de Bolpedra, no extremo norte da faixa que estudamos, e a brasileira Vila Bela: predominam os latossolos vermelho-amarelos de textura argilosa. Entre Vila Bela e Cáceres se encontra a chamada **associação** de terras do pantanal, que segundo os dados disponíveis contém solos hidromórficos, aluviais, grumosolos e “solos das cordilheiras”. O terceiro trecho é o compreendido entre Cáceres e Ponta Porã, que recebeu do IBGE a extensa denominação de **associação de terras relacionada com rochas básicas** e

intermediárias e com floresta tropical do planalto meridional, na qual são predominantes os latossolos roxos e avermelhados e os solos lateríticos bruno-avermelhados. No trecho final da fronteira com o Paraguai começa e termina uma estreita faixa classificada como **associação da encosta sul do planalto meridional**, na qual são encontrados os solos avermelhados de pradaria e os litossolos.

Essa classificação, fundada em informações incompletas e muitas vezes apenas conjecturais, será provavelmente modificada após a conclusão dos trabalhos do Projeto Radam, cujo efeito principal será tornar conhecida, e em conseqüência aproveitável em todas as suas potencialidades, uma grande região que talvez forneça ao Governo a alavanca de que precisa para fazer saltar o país da órbita do subdesenvolvimento. O Ministro Dias Leite, das Minas e Energia, afirmou em discurso pronunciado por ocasião do 26.º Congresso Brasileiro de Geologia, que um dos objetivos principais dos estudos que se fazem atualmente é "Fornecer a base cartográfica para as pesquisas de instituições científicas ou empresas particulares". O fato é que eles preencherão ainda uma séria lacuna que existia no acervo de informações geográficas a respeito do país. A maior parte do levantamento aero-fotogramétrico já foi efetuada, em algumas semanas, devendo estar concluída a sua análise e ser feita a divulgação de seus resultados. O restante do levantamento será completado até junho de 1974.

3) — A hidrografia. Por motivos de ordem metodológica dividiremos a faixa fronteiriça em apenas duas grandes regiões, ambas na zona de regime de chuvas bem distribuídas: uma dominada pela bacia amazônica, a outra dividida entre as bacias dos Rios Paraná e Paraguai. A primeira delas, **zona de regime tropical austral**, abrange toda a faixa limítrofe com a Bolívia, desde Bolpedra, em seu início, até o exato fim do Departamento de El Bení, nas proximidades de San Matías e Cáceres. Corresponde aproximadamente às duas primeiras áreas hipsométricas e pedológicas. As duas cidades acima referidas são banhadas pelo Rio Acre, a que se seguem os Rios Abuña e Bení, até perto de Guajará-Mirim; pouco antes dessa povoação os limites passam a ser delineados pelo Rio Marmoré, depois pelo Guaporé. Nas proximidades da cidade de Mato Grosso eles adquirem natureza geométrica e deixam de seguir o curso de qualquer rio; mas o trecho é banhado por três braços do Rio Guaporé.

O segundo trecho da faixa fronteiriça, desde o começo do Departamento de Santa Cruz (nas proximidades de Cáceres) até o fim dos limites com o Paraguai, encontra-se, parte na Bacia do Rio Paraguai, parte na do Paraná. É percorrida a área referente à primeira dessas bacias pelos Rios Paraguai (que banha Cáceres), Cuiabá,

Taquari (que banha Corumbá) e Apa. Este último passa nas cercanias de Ponta Porã, e assinala o início da área abrangida pela bacia do Rio Paraná e dominada pelas serras de Maracaju e do Amambai, neste trecho o rio que tomou o nome à segunda serra é o único companheiro do que o emprestou à bacia.

4) — A vegetação. Cinco diferentes áreas fitogeográficas são encontráveis na faixa fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai. Entre Bolpedra e San Matías (imedições de Cáceres) se estende a predominante, de floresta semiúmida. A ela se segue a **vegetação do complexo do pantanal** (já na bacia do Rio Paraguai), que se prolonga até meio caminho entre Porto Murtinho e Bela Vista. No trecho seguinte, numa extensão que não ultrapassa seiscentos quilômetros, encontram-se as outras três áreas distintas, a começar pela de **cerrado**, entre o ponto acima indicado e a zona de Dourados, onde já se inicia a quarta (que abrange Ponta Porã e Amambai), de **floresta tropical com ocorrência de araucária angustifolia**. O último trecho correspondente à zona de regime de chuvas bem distribuídas da bacia do Paraná, é recoberto de **floresta subtropical**.

A cobertura vegetal entre Bolpedra e Cáceres é lenhosa, composta de florestas mesófilas; seguem-se-lhe zonas com formações ainda incompletamente determinadas (o complexo do pantanal). Na área banhada pelo Rio Apa predomina a vegetação herbácea-lenhosa, de cerrado, como foi dito; na região de Ponta Porã ela é herbácea (de campos limpos) e no trecho final volta a ser lenhosa

5) — O clima. Toda a faixa de fronteira com a Bolívia e o Paraguai, com a exceção de uma sub-região, inclui-se na quarta das regiões classificadas por Koeppen, a xeroquimênica (termo ainda não consignado nos dicionários, mas corrente no jargão geográfico) ou tropical, que, a propósito, abrange dois terços da superfície de país. Nela se distinguem quatro sub-regiões, de que trataremos no sentido norte-sul. A primeira tem clima **tropical quente e subseco de transição** (sub-termaxérico, 4dTh), e se estende entre as cidades de Bolpedra e Cáceres. Tem no máximo dois meses secos por ano, e no mês mais frio, a temperatura é de 15 graus centígrados. O clima da segunda sub-região é **tropical quente, de seca atenuada** (termo-xeroquimênico, 4cTh), com três a quatro meses secos por ano e temperatura de 15 graus centígrados no período mais frio; ocorre entre as cidades de Cáceres e Bela Vista. O terceiro tipo de clima encontrável é o **tropical subquente e subseco de transição** (subtermaxérico, 4dTh), que ocorre entre as cidades de Bela Vista e Amambai, caracterizando-se pela incidência de estiagem em um a dois meses do ano, e de temperatura entre 15 e 20 graus centígrados no mês mais frio. A quarta sub-região é a única que não se

inclui na região xeroquimênica, mas na termaxérica peritropical sendo ela mesma hipotermaxérica ou subequatorial, sem nenhum mês seco e com temperaturas entre 15 e 20 graus centígrados no mês mais frio.

O regime xerotérmico, em toda a faixa de fronteira estudada, está dividido em apenas dois trechos: o primeiro, entre Bolpedra e Amambai, tem seca em 3 a 4 meses do inverno; o seguinte, até a cidade de Guara, tem estação seca muito curta ou nenhum mês seco.

III) — Os fatores humanos — Pretendemos tratá-los sobretudo do ponto de vista de sua expressão econômica, considerando que os demais aspectos, como os de caráter sociológico, por exemplo, serão assunto de outras exposições do seminário. Começaremos por dividi-los em seis intens, a serem estudados individual e ordenadamente.

1) — A colonização. De acordo com a classificação do Conselho Nacional de Geografia (em três fases), toda a região fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai foi colonizada somente em épocas posteriores a 1870. Sua ocupação definitiva, por conseguinte, não se teria dado senão a partir da segunda fase (1870-1930), nela sendo incluída somente a cidade de Campo Grande. Ora, assim sendo, poder-se-ia concluir que todas as demais foram colonizadas já durante a República Nova, o que é incorreto pelo menos no que respeita ao Acre, que já tinha 50.000 habitantes no começo deste século. Esquecendo, porém, esse cochilo cronológico, poderemos dizer que teve grande importância a ação governamental na criação de áreas prioritárias de povoamento, mas que a iniciativa privada também desempenhou e continua a desempenhar relevante papel. O "Jornal do Brasil" noticiou, em 21 de outubro deste ano (1972), a aquisição de 2,5 milhões de hectares de terras no Acre por um grupo de empresários paulistas que pretendem estabelecer 10 núcleos de colonização no Estado, os quais serão cortados pela Rodovia Transamazônica. A transação, no valor de 27 bilhões de cruzeiros, foi a maior já realizada no país, o mesmo se podendo estimar do seu projeto de exploração.

2) — Áreas de influência. A primeira, das três indicadas pelo Conselho Nacional de Geografia, é a compreendida entre Bolpedra e Guajará-Mirim, que tem Belém como metrópole regional, Manaus como grande capital e Rio Branco e Porto Velho como principais centros regionais. A segunda, entre Guajará-Mirim e Cáceres, parece estar na área de influência da Bolívia, pois não é incluída em qualquer das áreas do Brasil. Finalmente, a partir de Cáceres

(inclusive) e até Foz do Iguaçu, estende-se a faixa fronteiriça na grande área de influência do eixo Rio-São Paulo, tendo Cuiabá e Campo Grande como capitais regionais e Corumbá como principal centro regional.

3) — População atual e densidade demográfica. O primeiro trecho da fronteira, até o fim dos limites com o Estado do Acre, tem densidade entre 1 e 5 habitantes por Km², devido às concentrações populacionais de Bolpedra, Brasiléia, Xapuri e Rio Branco; na periferia de Rondônia ela é de cerca de um habitante por quilômetro quadrado, assim como em toda a faixa seguinte, fronteiriça a Mato Grosso, excetuada apenas, a região de Corumbá e Bahia Negra, onde se eleva a 50. Na terceira zona mantém-se a densidade por volta de 5 habitantes por Km², exceto na área de Ponta Porã, Dourados e Bela Vista, onde se distancia desse número.

A população aproximada das principais cidades fronteiriças é a que se segue: Brasiléia e Xapuri, cerca de 10.000 habitantes; Rio Branco, entre 10 e 25.000; Guajará-Mirim e Cáceres, menos de 10.000; Corumbá, a principal delas, mais de 25.000 habitantes; Amambai e Ponta Porã, entre 5.000 e 10.000, assim como Foz do Iguaçu.

4) — Organização espacial da economia. São apenas duas as grandes regiões em que se divide a faixa limítrofe estudada: entre Bolpedra (Brasiléia) e San Matías se encontra uma região de economia tipicamente extrativa; na segunda, entre San Matias e Iguaçu, predomina a agro-pecuária mercantil tropical.

a) — Extrativismo vegetal e mineral: quatro sub-regiões:

a.1) — área de grandes concentrações de seringueiras, em que é também encontrada a castanha-do-Pará, até Guajará-Mirim, e a ipecacuanha (poaia) no trecho restante.

a.2) — área de simples ocorrência de "hevea brasiliensis", até o fim dos limites com o Departamento de Santa Cruz (proximidades da cidade de Mato Grosso);

a.3) — nesta terceira área há ocorrência de ferro, manganês (imediações de Corumbá) e bauxita (na vizinhança de Ponta Porã);

a.4) — este é o trecho de grande concentração de reservas florestais. Situa-se entre Guaiá e Foz do Iguaçu e coincide com a associação de solos da encosta sul do planalto meridional, apresentando também jazidas de bauxita.

b) — Agro-pecuária. Divide-se igualmente em quatro trechos, a começar pelo que termina em San Matías, a partir do início da

fronteira, de puro extrativismo, exceto nas cercanias de Brasília e Rio Branco, onde é encontrável a pequena lavoura comercial e a de subsistência. O segundo trecho, de extensão mínima, concentra-se em volta de Cáceres e se caracteriza por apresentar pecuária primitiva e pequena lavoura comercial. A ele se segue o situado entre Cáceres e Amambáí, de pecuária mais moderna; como uma pequena ilha, a área de Porto Murtinho se apresenta com predominância da extração do quebracho. Entre Amambáí e Foz do Iguazu também se encontra expressivo extrativismo vegetal e grande incidência de pequena lavoura comercial e de subsistência.

5) — Transportes.

a) — Fluvial. A região de Paraguaçu, Brasília e Rio Branco está ligada a Manaus pelos Rios Purus e Solimões, perfeitamente navegáveis em toda sua extensão. Desse trecho, o porto mais importante é o de Rio Branco, não aparelhado e de exportação não especializada, com movimento aproximado de 100 navios por ano. O Rio Guaporé determina os limites no trecho entre Guajará-Mirim e Mato Grosso, sendo do mesmo modo navegável em todo o curso, de uma para a outra cidade. À importante cidade de Corumbá, dotada de porto nas mesmas condições do de Rio Branco, com movimento pouco inferior a 100 navios por ano, estão ligadas as de Porto Espiridião, Cáceres, Cuiabá e Coxim (esta por meio do Rio Taquari Novo). No trecho seguinte, é relevante o papel do Rio Paraná, navegável desde a cidade de Três Lagoas até a de Foz do Iguazu, em que se localiza importante porto não aparelhado, de exportação especializada, que recebe entre 250 e 500 navios por ano. É comparável, com vantagem, ao de Rio Branco, no Acre.

b) — Rodoviário. A região entre Rio Branco e Cuiabá, na fronteira com a Bolívia, é servida pela BR 29, que une aquelas duas cidades após passar pelas de Porto Velho e Diamantino. A BR 30, parte da margem direita do Rio Guaporé, margeia a cidade de Cáceres e termina em Cuiabá. Outra estrada importante na região fronteiriça é a BR 33, que se estende entre Corumbá e Três Lagoas, passando por Campo Grande. De Porto Murtinho, nas margens do Rio Paraguai, parte a BR 34, que se liga à BR 16, por ela dando acesso à BR 31 e à BR 29. A faixa seguinte, a partir do Rio Paraná, é dotada de excelente rede rodoviária, em que se destaca a BR 35. Não é temerário prever que enormes modificações na circulação viária de toda a faixa fronteiriça, sobretudo em seu trecho noroeste, serão introduzidas com a execução do Plano de Integração Nacional (em que se determina a construção da Rodovia Transamazônica), assim como do Prodoeste, cujos recursos foram ampliados para permitir a construção da extensa Rodovia

Perimetral Norte. Não são disponíveis ainda, infelizmente, dados acurados a respeito das alterações já provocadas pelo início da execução desses projetos.

c) — Aéreo. Das cidades situadas no começo da zona limítrofe, são dotadas de aeroportos as de Brasília e Xapuri (com menos de 6.000 passageiros anuais e uma a cinco viagens semanais), bem como a de Rio Branco — na qual o movimento supera a cifra de 10.000 passageiros por ano, mas, tampouco recebe mais de cinco aviões por semana. Entre Guajará-Mirim (menos de 5.000 passageiros anuais) e Porto Velho (cerca de 7.000), situa-se uma das quatro linhas aéreas de toda a zona: recebe entre 6 e 18 aviões por semana e está diretamente ligada a Manaus. Partindo de Guajará-Mirim, estende-se, em direção ao sudeste, numa linha que passa pelas cidades de Príncipe da Beira e Mato Grosso, indo até Cáceres, todas elas com pequeno movimento anual de passageiros (inferior a 5.000), com a intensidade de no máximo cinco viagens semanais. Cuiabá, o maior aeroporto da faixa de fronteira com a Bolívia, tem movimento anual de 20.000 a 80.000 passageiros, ligando-se a Cáceres (menos de 5.000) e a Corumbá (entre 5.000 e 10.000) por linhas em que se fazem entre 6 e 18 viagens semanais. Liga-se também a Campo Grande, o maior aeroporto da zona fronteiriça com o Paraguai (20.000 a 80.000 passageiros por ano). Bela Vista e Ponta Porã são também dotadas de aeroportos, assim como as cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu, mas não existe movimento anual considerável em qualquer delas.

A grosso modo, pode-se dizer que todas as cidades entre Brasília e Cuiabá orbitam em torno de Manaus; as situadas entre Cuiabá e Campo Grande têm ligações mais intensas entre si, mas se aproximam de São Paulo e Goiânia mais do que de Manaus e Belém. As demais cidades da fronteira com o Paraguai, até Guaíra, já apresentam mais estreitas ligações com Londrina e Curitiba do que com São Paulo. O mesmo ocorre com Toledo e Foz do Iguaçu, por exemplo.

d) — Ferroviário. Uma estrada de ferro liga Corumbá a São Paulo, passando por Campo Grande. Esta cidade, por sua vez, está em contato com Ponta Porã também por ferrovia. São as únicas vias férreas importantes de toda a faixa fronteiriça do Brasil com os dois países vizinhos. A densidade ferroviária nessa zona limítrofe, segundo levantamento do IBGE, apresenta três unidades distintas: na primeira delas, que abrange o Estado do Acre e a excrescência a oeste de Rondônia, é inferior a 1:1.000 Km²; na segunda é de 2:1.000 Km²; e na terceira, que compreende o trecho final da fronteira com o Paraguai, é pouco superior a 9:1.000 Km². Para

se ter uma idéia da insignificância das ferrovias nos transportes da região, é suficiente dizer que a mais alta densidade ferroviária do país, nos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, é de 66 a 70:1.000 Km².

IV) — O peso das condições naturais e dos fatores humanos na presente confirmação da faixa fronteiriça.

1) — Os fatores naturais decisivos. Uma análise dessa natureza deve partir da constatação de que apenas duas das condições naturais tiveram efeitos realmente adversos à evolução da faixa de fronteira: o relevo e a localização. Os demais, com a possível exceção do clima, normalmente, se constituiriam em elementos de atração e não de repulsa de população, sobretudo no caso da hidrografia. Dos fatores humanos, são cruciais os transportes, pois deles dependem todos os demais, considerando-se a distância que separa a região dos grandes centros polarizadores nacionais.

Dissemos ter sido negativa a influência do relevo, mas não nos referíamos senão à barreira constituída pelos Andes à penetração dos trechos situados em território boliviano e paraguaio. Isso, aliado aos pobres índices de desenvolvimento daqueles dois países explica o atual estado de suas zonas limítrofes com o Brasil.

Do lado brasileiro, o obstáculo foi de natureza diversa. Aqui o relevo era perfeitamente favorável, mas a localização dificultava o acesso e retardava a ocupação e desenvolvimento. É em parte, por esse motivo, que se afigura semelhante o quadro humano em um e outro lados dos lindes. Uma segunda explicação, para o estudo do trecho situado em nosso território, é a proporção global entre contingente demográfico e extensão territorial, assim como o grau de industrialização.

2) — A atuação do Governo e da iniciativa privada. Antes de se agravarem os problemas do superpovoamento do Nordeste e de tomar impulso o crescimento industrial do Sudeste, o que se poderia esperar de um país tradicionalmente voltado para o exterior era o esquecimento de seu "hinterland". Não foi por outra razão, que somente no fim da década de 60, se criaram a Sudam e a Sudeco; ainda mais tarde se determinou, no Plano de Integração Nacional, a construção de grandes rodovias e a execução de ambiciosos projetos de colonização.

3) — Perspectivas para o desenvolvimento da região. A faixa de fronteira Brasil-Bolívia-Paraguai, assim como todo o Centro-Oeste e a Amazônia, apresenta excelentes perspectivas de desenvolvimento. O relevo favorece a exploração da pecuária e da agricultura comer-

ciais, atividades que tendem a valorizar-se crescentemente; devidamente prospectados, os solos poderão revelar riquezas agora inimagináveis; o extrativismo vegetal poderá ser racionalizado, mediante a implantação, na área, de grandes fábricas de papel e laminados de madeira, bem como instalações para o beneficiamento da castanha-do-Pará, da ipecacuanha e da borracha. Toda essa produção poderá ser escoada a baixo custo pelos rios, ou pelas novas rodovias.

OBS. — Trabalho apresentado durante seminário realizado no Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, durante o mês de novembro de 1972. Os dados, colhidos à época, não foram atualizados para a presente publicação.

DADOS SOBRE O AUTOR

João Frederico Abbott Galvão Jr. é Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e ex-aluno do Curso de Formação de Diplomatas do Itamaraty, bem como do Curso de Economia da Universidade de Brasília.

Ocupa, desde 17 de março de 1975, o cargo de Chefe da Assessoria Especial do Gabinete do Governador do Rio Grande do Norte.

ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

- 1 — ARANHA, Oswaldo — “Fronteiras e Limites (a política do Brasil)”, conferência pronunciada em 27 de novembro de 1939. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, R. J., 1940.
- 2 — DIAS, Demóstenes de Oliveira — “Formação Territorial do Brasil (origem e evolução)”, Carlos Ribeiro Editora, Rio de Janeiro, R. J., 1966.
- 3 — LIMA, Araújo — “Amazônia, a Terra e o Homem”. Cia. Editora Nacional, São Paulo, S. P., 1945.
- 4 — NUNES, Osório — “Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira”. Departamento de Imprensa Nacional, 2a. edição, Rio de Janeiro, R. J., 1949.
- 5 — REIS, Arthur César Ferreira — “A Amazônia e o Mundo Atual”. Irmãos di Giorgio e Cia., Rio de Janeiro, R. J., setembro de 1967.

- 6 — SCHMIEDER, Oscar — "Geografia de America Latina".
Fundo de Cultura Econômica, Ciudad de Mexico, 1965.
- 7 — SILVA, Golbery do Couto — "Geopolítica do Brasil". José
Olympio Editora, 2a. edição, Rio de Janeiro, R. J., 1967.
- 8 -- DIVERSOS — "A Economia Brasileira e Suas Perspectivas".
Apec Editora S. A., Rio de Janeiro, R. J., julho de 1972.
- 9 — DIVERSOS — "Novas Paisagens do Brasil". Fundação IBGE,
Rio de Janeiro, R. J., 1968.

OS PONTOS VESPUCIANOS DA COSTA DO BRASIL

GUARINO ALVES
(Sócio Correspondente)

Decididamente, não vim ao Rio Grande do Norte para ensinar a quem quer que seja, História ou qualquer outra disciplina científica com ela correlata. É que entre vós está um mestre das ciências históricas, as eruditas e as populares, a quem o Brasil rende ininterrupta homenagem, o Sr. Prof. Câmara Cascudo.

Ao contrário do que possa parecer, aqui estou para pedir conselho a este Instituto, o seu apoio para a minha idéia peregrina sem admitir, contudo, haver nela nenhum anacronismo histórico.

Ela não é menos que o panorama cultural que se espalha por todo o litoral brasileiro, desde a latitude 5.^o sul até a latitude 37.^o percorrido em 1501-1502, pelo navegador florentino Américo Vespúcio a serviço do Rei Dom Manuel de Portugal, na primeira expedição que veio para reconhecer as terras que acabavam de ser descobertas por Pedro Álvares Cabral.

Vespúcio participante da expedição comandada pelo Capitão Gonçalo Coelho e não por outro capitão, se ocupou em dar o nome a todos os lugares onde os três navios tocaram ou demoraram, mais vezes deste modo do que do outro.

Como cosmógrafo da expedição, ele media a altura do sol e a distância de Lisboa de cada lugar e punha-lhe um nome de acordo com o calendário romano. Era o calendário um estatuto universal. Com esse livro à mão partiu para conhecer as novas terras. Nada mais próprio para marcar o local e o dia da chegada.

Parece que na metrópole os encarregados de desenhar os mapas ficavam aguardando os dados que ele havia de colher nos confins do mundo. Há aqui um tema a debater. Sendo assim, não vale a ironia de Afrânio Peixoto, dizendo que o grande historiador Varnhagen saiu com o calendário hagiográfico a batizar, em lugar de Vespúcio, os pontos litorâneos, cuja lista figura nas páginas da História Geral do Brasil.

Não tem razão o saudoso mestre da medicina legal e de tantas outras obras-primas da nossa literatura, que este ano, comemora o seu centenário de nascimento, porque Vespúcio o fez de fato.

A cartografia tem como uma das suas bases legítimas, o calendário romano, método do qual foi Vespúcio o pioneiro, e adotado por outros cosmógrafos em suas andanças por terras continentais e ilhas desconhecidas.

É pois fora de dúvida que Vespúcio batizou alguns pontos da costa brasílica — está nisto a glória de alguns desses lugares. É para isso que aqui vim a pedir a vossa colaboração, senhores historiadores potiguares.

Tendes um topônimo vespuciano em vossas praias. Deveis estimá-lo. Não deveis continuar a desprezá-lo, como se tem feito até agora por toda a parte, inclusive pelo maior deles, a Bahia de Todos os Santos. Ela, sem nenhum vislumbre de dúvida, deve-lhe sua identificação geográfica e o seu belo nome — Bahia de Todos os Santos. Realidade histórica que levei, em 1973, aos baianos, como aqui estou fazendo-vos idêntico pedido — qual se fora um apostolado — como bem o sabe o vosso ilustre Presidente, meu amigo Professor Enélio Lima Petrovich, a quem devo a honra desta visita a Natal nesta data magna da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

A bandeira que trago para colocar em vossas mãos, é antes de qualquer coisa, uma pergunta: Que tendes feito da glória de vossa terra, ter sido pisada pela primeira vez por um sábio europeu que, no dia 16 de agosto de 1501, em ponto saliente da costa, na latitude maior e não menor de 5.º sul ancorou e lhe deu o nome de São Roque, nome perene.

O qualificativo “perene” de sugestão nossa, cabe a todos os pontos que foram tocados pela expedição em que Vespúcio trabalhou cosmógrafo. Esses topônimos adquiriram para nós no decurso dos tempos, um valor histórico merecedor de nossa atenção. Muitos dos outros topônimos dados após a viagem de 1501-1502, se esfu-

maram, visto não terem tido, como o cabo de São Roque, o batismo vespuciano, ou seja: um dia marcado com o nome do santo do calendário, adotado pela Igreja Católica Romana e lastreado com a determinação da latitude por um técnico. São estas duas condições de legitimidade.

Com estas características estão gravados na cartografia portuguesa do séc. XVI, os chamados por nós "pontos vespucianos" e mantidos em todos os futuros mapas da costa brasileira, enquanto outros topônimos não resistiram à onda de navegadores que varejaram por ela, dando-lhes nomes fugazes.

São os seguintes os pontos vespucianos: São Roque, Santo Agostinho, São Miguel, São Francisco, Todos os Santos, Angra dos Reis, São Sebastião, Santo Amaro, Cananéia e Santa Marta.

Se tomardes a cartografia coetânea e o calendário romano seguireis *pari passu* a rota da expedição de 1501-1502.

Em tese que apresentei ao III Congresso de História da Bahia defendi esse tema sem ter sido contestado pelo parecer exarado pela Comissão. Infelizmente ainda não foi publicado nenhum trabalho do Congresso.

Depois de me defender de antemão da pecha de "arrombador de porta aberta" pela pacífica conceituação da tese — **O topônimo Baía de Todos os Santos foi dado por Vespúcio em 1501-1502** — passei a reivindicar para a memória do navegador florentino, em bem da admiração que lhe devem as novas gerações baianas, a comemoração da efeméride de 1.º de novembro, anualmente, com um espetáculo luminoso por todo o contorno da grande enseada cujo nome escrito pela primeira vez sobre o papel, o foi por Américo Vespúcio.

Nas considerações que aduzi ao texto da tese no Congresso de Salvador, em 1973, argumentei desta forma: "a participação dessa glória não é exclusiva da Bahia, outras localidades brasileiras devem pleitear idêntica honraria".

Esses topônimos históricos devem merecer dos historiadores regionais um especial carinho no sentido de se vangloriarem por esta origem tão honrosa, e promoverem manifestação condigna da mesma. Cada historiador regionalista sabe onde deve buscar inspiração para a devida comemoração cívica.

É o que venho vos pedir para fazerdes em relação ao Cabo de São Roque. Não ignoro o que a respeito dele se tem apurado nos últimos anos no círculo da cultura historiográfica norte-rio-grandense.

Ninguém pode interceder neste campo que vos é privativo. Tendes tudo para uma resolução cultural satisfatória, desde a geografia local, o amor pela questão é a autoridade de Mestre Câmara Cascudo e um marco removível.

É outra a minha intenção neste momento em que tenho a subida honra de me assentar entre vós, por mercê de me haverdes elegido membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, uma das casas regionais brasileiras mais dedicadas ao progresso da cultura histórica nacional. Muito obrigado Senhores historiadores potiguares — manes de Augusto Tavares de Lira — um dos nomes luminares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(Discurso de posse proferido em 29.03.76, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

AMPLEXO DE AMIZADE LUSO-BRASILEIRA

JOÃO AFONSO CÔRTE-REAL
(Sócio Correspondente)

A afluência de intelectuais portugueses às manifestações de cultura brasileira é desejo latente nos acordos de cooperação cultural, sendo a recíproca de igual modo verdadeira. Assim, esses laços entre Portugal e Brasil hão-de ser no futuro o melhor garante do progressivo interesse de personalidade válidas, em ambas as nações atlânticas.

De longe vêm o certo desejo e o sentido especial de intensas relações luso-brasileiras e a história universal poucos casos registra em que, por esse mundo fora, dois povos separados pela vastidão dos mares estejam tão próximos pela sensibilidade, pelo sentimento, pela amizade, por laços de família e pela inteligência dos homens.

Aproveitar, portanto, as vantajosas possibilidades daqueles sentimentos, desenvolvê-los se possível for e deles fazer uma grande força ao serviço da solidariedade é missão valiosa, que Portugal e Brasil não devem jamais esquecer.

Assegurar todavia e incrementar solidamente a intercontinental unificação ortográfica da Língua portuguesa, que Luís de Camões cantando-a a espalhou aos quatro ventos, afigura-se ser o elo mais seguro de recíproco entendimento em todos os campos, além da enorme valorização do já rico patrimônio bibliográfico existente como testemunho da mais expressiva lusitanidade.

Mostra-se prodigiosa a grandiosidade geográfica a par da descrição histórica que, de uma maneira clara, nos habilitam ao conhecimento integral da obra empreendida pelo titânico esforço de

uma comunidade desejosa de erguer a sua grande pátria em extensão à posição que deve gozar no concerto das nações. E, com a regência de Dom João, viveu o Brasil uma abertura de nova época política, cuja repercussão o beneficiou do ponto de vista econômico com a abertura dos seus portos às nações amigas e à cultura que, desde logo, o superiorizou aos olhos das nações da Europa.

Não há dúvida que, no século XIX, a estada da família real e da própria corte no Rio de Janeiro, desde logo, conforme se viu, o desenvolvimento proporcionou ao Brasil a sua projeção universalista.

Sem dúvida, as realizações de movimentos culturais luso-brasileiros despertam naturalmente interesse, seja em que setor se integre, visto que, no intuito, por vezes, de também servirem de ligação, traduzem intenções de valia, como no presente momento a "Sociedade dos Povos de Língua Portuguesa", com o desejo de congregar muitos milhões de pessoas a entenderem-se na mesma linguagem.

Bem vai, pois, que, numa evocativa comemoração cultural sejam agora os setenta e cinco anos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte procurem exaltar fatos ocorridos a bem da Cultura, nesse prestigioso areópago, durante já tão larga existência profícua.

Por tudo isso e atendendo a que o período histórico, que se comemora, interessa igualmente ao Brasil e a Portugal, aqui estamos à prestar a nossa muito sincera homenagem.

Nestas palavras felicitantes, que melhor teria sido chamá-lhes simplesmente de amizade, convém deixar bem expresso o nosso entusiasmo pelo Brasil.

Ao escrevermos o nosso estudo: "Testemunho de ação ultramarina na Regência de Dom João VI", no Brasil, tivemos ocasião de fazer realçar todas essas vantagens e, ao mesmo tempo, documentá-las, conforme se impunha, o que, em boa verdade, nos dá uma ampla panorâmica de fatos históricos do maior apreço e interesse.

Na pujança extraordinária da atividade civilizadora, que foi sempre imperativo nas terras brasileiras, confirma-se, sem dúvida, que a "ordem é progresso", parafraseando a legenda nacional.

Atente-se nas vantagens de conhecimentos adquiridos por brasileiros e portugueses como lição de experiência feita, advinda de situações ocorridas na vida dos tempos, como regra assumida pelos nossos antepassados na ânsia generosa de melhores dias.

O mister de recordar o passado é, porém, uma preocupação de magistratura moral ou uma espécie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e os que sabem; ajudem-no em colaboração porque não o fazer é egoísmo intolerável.

Conjugar fatos para atestar o interesse que nos merece a cidade do Natal, na medida valorativa da sua ascendência, no xadrez brasileiro, tem de ser um dos aspectos pertinentes nas investigações históricas.

Opulenta a capacidade do brasileiro ter erguido na imensidade do seu rico território, um País católico, que até a nomenclatura cidadina o confirma, conforme sucede com a cidade do Natal.

É, segundo se nos afigura, quase supérfluo falar de Portugal no Brasil e deste em Portugal, porque ambas as nações, por meio de todas as suas classes sociais, conhecem bem as razões de se entre-amarem e prezarem; tão solidários e persistentes são os laços espirituais que se enraizam nos séculos passados e marcaram com selo de Lusitanismo indelével a personalidade de ambas as Pátrias irmãs.

Mesmo assim, desenvolver o entendimento futuro será sempre serviço de recíprocas vantagens por que se o BRASIL é a projeção de PORTUGAL na América, ao invés Portugal constitui segura embaixada do BRASIL na Europa.

PASSEIO A FERNANDO DE NORONHA

Pe. EYMARD L'E. MONTEIRO
(Sócio Efetivo)

Há muito tempo que eu desejava fazer uma visita à ilha de Fernando de Noronha. Era o meu sonho dourado!

Esta oportunidade apresentou-se, com grande alegria para mim, quando tive de ir àquela ilha, a serviço da Capelania Militar do Exército.

A manhã estava calma e ensolarada.

Mas eu não estava muito calmo...

Ante a perspectiva de atravessar boa porção do Atlântico num avião da FAB — fiquei nervoso e passeador...

Afinal, agora tinha que ir mesmo!

E fui!

O avião pousou na pista de Parnamirim, vindo de Recife, e em menos de meia hora, voavamos sobre o mar.

Deram-me para vestir um colete salva-vidas. Aquilo me pareceu um pouco complicado. Meu coração começou a bater aceleradamente. Parecia estar suando frio. O aeromoço, um simples soldado da FAB, ao entregar-me o colete, apenas disse:

— Pegue o salva-vidas. Se o avião cair, o senhor terá oportunidade de salvar-se, usando-o!

E bastante convencido do que dizia:

— Tem posinho amarelo para espantar peixe, tem comida, tem canivete, tem tudo!

Meu coração batia a quatrocentos quilômetros por hora! Meus olhos estavam arregalados. Santo Deus! Para que eu vim? Ora que desejo besta de querer conhecer uma ilha! Não já vi tantas no cinema?

Finalmente, depois que meu coração diminuiu a velocidade, comecei a vestir o tal colete.

O aeromoço passou e voltando-se para mim, acrescentou:

— Sim, tem também remédio para enjôo!

Vesti o salva-vidas, pedindo a Deus que nunca precisasse dele! E, à proporção que o tempo passava, fui perdendo o medo. O avião não caía e o panorama lá em baixo era só mar e nuvens. A imensidade do oceano confundia-se com o horizonte azul enfeitado de nuvens.

Até cochiiei um pouco e duas horas mais tarde, avistávamos o arquipélago. Do alto se percebem as ilhas numa admirável perspectiva de toda a configuração topográfica de Fernando de Noronha. Contando com os rochedos que apenas emergem das águas, são umas quinze ou vinte ilhas. As maiores e mais conhecidas são apenas seis, a saber:

Fernando de Noronha, Ilha Rasa, Sela Ginete, Ilha do Meio, Ilha Rata e Ilha do Cucus, sendo que esta última é a menor das seis.

Depois de algumas evoluções, o Douglas mergulhou numa pista apertada entre as montanhas da ilha maior — Fernando de Noronha. Vi logo que o terreno era sumamente acidentado e apresentava belíssimas paisagens. Bem o confirmam as fotografias que tirei.

* * *

A ilha grande — Fernando de Noronha — tem a forma de uma banana ou de um sapato sem o salto... Na largura máxima mede quatro quilômetros por nove de comprimento. Possui duas praias lindíssimas: Sudeste e Conceição, mas, o banho é extremamente perigoso, pois os tubarões parecem ter pernas e braços! Saem, bruscamente, de dentro d'água para devorar os banhistas e chegam a morrer na praia, esticados na areia. A pesca é abundante e fácil, é só atirar o anzol. No fim do ano, os peixes comem uma determinada erva que aparece naquela época em volta dos rochedos e tornam-se perigosos veículos de intoxicação, como tantas vezes já têm acontecido.

No local mais agradável da ilha, arrumam-se as casas da Vila, assim como se estivessem umas por cima das outras, subindo e descendo acidentadas ladeiras. Ultimamente, as estradas estão muito melhoradas, principalmente, depois da permanência dos americanos na ilha. A pedra lá é abundante e muitas pequenas estradas são pedradas. As outras ilhas não possuem estradas e não são habitadas. Apenas a Ilha Rata tem um garboso farol. Pode-se passear de lancha, visitando as colegas de Fernando de Noronha, com relativa facilidade. O meio de transporte na ilha não é muito cômodo, mas há boas lanchas a gasolina, alguns automóveis e vários caminhões que pertencem ao governo da ilha. O governador do território tem sido sempre um militar que é, ao mesmo tempo, o comandante da guarnição ali sediada. O palácio do governo de construção moderna é muito bonito. Pode fazer inveja a muitos outros palácios de governo do continente... A residência do governador é também um prédio majestoso, de fino gosto. A nação gasta por ano uma boa soma de cruzeiros na ilha. Só não me conformo é com a espécie de abandono em que ela vive... Abandono, quero dizer, ainda ninguém se lembrou de explorá-la ao máximo, turisticamente. Há planos e planos — mas tudo é tão difícil! Aqui, acolá, um jornalista ou uma agência de viagens abre a boca no mundo — mas fica tudo no mesmo! Só se resolveria o problema se lá houvessem bons hotéis e facilidade de transporte.

A padroeira do arquipélago é Nossa Senhora dos Remédios. A Igreja é ampla e bem servida de tudo. A ilha foi sempre sede de Capelania Militar. Uma placa no frontespício daquela pesada construção antiga recorda a data em que ela foi remodelada: 1772! Remodelada, sim, pois antes só havia uma pequena capela. Quem a construiu?

* * *

A ilha de Fernando de Noronha dista de Natal apenas uns 400 quilômetros. Mensalmente, um navio transporta imensa carga de abastecimento e dois aviões, por semana, fazem o serviço de carga de passageiros. Atualmente, moram no Território umas 1.300 pessoas, mais ou menos. Todo mundo gosta da ilha. Há cinema ao ar livre, grátis, há escolas, colégios e bom hospital com maternidade. A energia é ininterrupta. Por isso, quase todo mundo possui geladeira e rádio.

* * *

Antigamente, a ilha era um presidio. Pode ser considerada, hoje, um bairro residencial de Natal... As famílias, na maior

parte, de militares, sabem passar o tempo. Têm vida social e sabem divertir-se. Há muitos oficiais do Exército e muitos civis também.

Além das casas da Vila arrumadas em torno do Palácio do Governo, há ainda os quartéis dos militares, colocados em diversos pontos da ilha bem como outros edifícios de serventia pública, espalhados aqui e ali.

No Alto da Quichaba, por exemplo, onde há uma Capelinha em honra a Nossa Senhora das Graças — por sinal muito falada, devido a uma forte explosão num depósito de munições ali perto há várias casas. Cada dia, a ilha melhora ainda mais. Quem chega pela primeira vez tem a impressão que tudo está arrumadinho por um encarregado só!

Na Base Aérea, há um contingente da FAB com instalações regulares. O porto não é lá muito bom, mas tem passado por importantes reparos. O mar é agitado e dificulta a construção de um ancoradouro mais moderno.

* * *

Fernando de Noronha possui morros lindíssimos e montanhas de onde se descortinam panoramas impressionantes. O Morro do Pico, se sobressai entre os demais pela sua configuração esguia de mais de trezentos metros de altura. Os americanos fizeram lá uma escada, fincada na montanha, para acesso ao cume, onde está uma lâmpada vermelha como aviso à navegação aérea. Subir lá é uma aventura como subir em qualquer dos montes perigosos do continente.

A ilhota do Frade é um encanto!

A chamada “Cacimba do Padre” lá está, ainda na sua tradicional história secular...

Não vi pássaros na ilha. Somente algumas garças. Há também algumas variedades de aves marinhas. Cobras não há. Sapos e ratos — há muitos! Chamaram-me a atenção para as lagartixas. São muito lisas e grandes. São enormes. Mansas e pintadas nas costas. Sobem na janela e ficam espiando para a gente. Balançam a cabeça, calmamente. E eu que tenho horror a elas!

O gado anda solto. Não há currais nem cercas. Não há necessidade. Algumas rezes se tornam tão bravias que só a tiros, de longe, podem ser abatidas. Há uma criação de cabras bem regular. Poucos cavalos.

Não há árvores gigantescas nem mato fechado. Daí, a grande escassez de lenha. Isto faz com que os fogões, em sua maioria, sejam elétricos.

* * *

Boa vida a dos habitantes da ilha!

Acostumados com o rumor das ondas e com o farfalhar dos coqueiros, ali vivem, esquecidos do mundo, cercados pela escandalosa imensidade do mar... O clima saudável da praia é um tônico para os que vivem respirando o pó de asfalto das grandes capitais ou a poeira das nossas cidades menores. Aqui o ar é inteiramente poluído. Lá, ele é puro!

E para quem vive numa Kombi, correndo daqui para ali, sem um minuto de descanso na vida, aquela formosa ilha oferece tardes serenas e tranquilas. A saudade torna-se suave como a carícia de mãos ternas e amigas. É um sossego para o espírito. Às vezes, em horas de angústia, a solidão parece perturbar um pouco o sentimento da gente, sobretudo, quando à tardinha, nos últimos momentos do dia, o sol fica espiando por trás dos rochedos o rosto dos que têm os olhos molhados, pensando na vida agitada do continente...

A VERDADE E A INTERPRETAÇÃO DA HISTÓRIA

JAYME DA NOBREGA SANTA ROSA
(Sócio Correspondente)

Entro nesta casa com todo o respeito. Por aqui passaram grandes vultos da história do Rio Grande, como Vicente de Lemos, Augusto Tavares de Lyra e Luiz Fernandes.

Enobreceram esta sociedade, eminentes historiadores do Brasil, como Rodolfo Garcia e Tobias Monteiro, norte-rio-grandenses natos.

E dignificaram este venerável Instituto Histórico tantos ilustres conterrâneos, uns que já deixaram a nossa convivência, como Nestor Lima, outros que continuam presentes e atuantes, como Luís da Câmara Cascudo.

Dir-se-ia que nestas paredes vetustas caem as sombras da História. Paira no ambiente desta sala, que bem se identifica com o passado, a lembrança tênue de João de Barros, o infortunado donatário que não chegou a exercer a administração desta Capitania hereditária na primeira metade do século XVI. Sua bem equipada e luzida expedição, quando ele teve de vir em 1939, à Terra de Santa Cruz, naufragou à entrada do Maranhão.

Se os fados o permitissem, teríamos aqui no solo potiguar, em seguida ao achamento da terra maior, uma Capitania dirigida por notável historiador da escola quinhentista, e considerado como modelo inexecutável da boa linguagem portuguesa.

Na verdade, João de Barros foi invulgar historiador, escrevendo obras como "Ásia", dividida em Décadas. Mas consagrou-se também a vários gêneros literários, deixando "Cartinha para aprender a ler" (1539), "Gramática da língua portuguesa" (1540), "Diálogo da viciosa vergonha", inspirado em Plutarco, obra de intuítos pedagógicos, "Diálogo evangélico sobre os artigos da fé" (1543), proibido pela Inquisição e divulgado só em 1590, "Tratado de causas ou problemas morais", "As abusões do tempo", "Esfera da instrutura das cousas", trabalho de caráter científico, que parece não foi concluído, "Clarimundo", romance de cavalaria (1520), homenagem a seu amigo, o rei.

A sua especial devoção era, todavia, à História. Tencionava publicar uma série de volumes: "Europa", em que trataria principalmente da história de Portugal; "África", dedicado aos feitos portugueses na terra africana, desde a tomada de Ceuta; "Ásia", em que se ocuparia das coisas do Oriente; e "Santa Cruz", que consagraria ao descobrimento e à colonização do Brasil. Mas, somente chegou a preparar "Ásia", divididos os assuntos em 4 Décadas, ficando talvez incompletas outras partes.

Deixou escrita, em parte, uma "Geografia universal", em latim, para melhor divulgação entre outros povos, cujos originais, que foram conhecidos, se estraviaram. Desapareceu igualmente o manuscrito (há dúvida sobre se foi efetivamente elaborado) com o título "Cousas naturais e artificiais da Índia", em que descrevia plantas, drogas, especiarias, etc.

Uma preocupação de João de Barros e de outros historiadores quinhentistas, e do famoso cronista medieval Fernão Lopes, que hoje se lê ainda com proveito e satisfação, era a verdade na História.

Para João de Barros, "a primeira e mais principal parte da História é a verdade dela; e porem em algumas cousas não ha de ser tanta... ", isto é, a verdade poderia por vezes ocultar-se, quando resultasse em prejuízo de alguém.

Para Fernão Lopes, o objetivo da História concentra-se "na clara certidão da verdade" dos feitos ocorridos. O historiador deve evitar a "favoreza", isto é, o favoritismo, a parcialidade.

Pode-se dizer que João de Barros e Damião de Goes eram historiadores um tanto comodistas, que em suas casas de trabalho colhiam informações, as interpretavam e as ordenavam; por isso, receberam críticas. Havia outros, como Fernão Lopes, que para dizer a verdade (até certo ponto) andavam em peregrinação pelos lugares de interesse, examinando documentos em cartórios, letreiros em sepulturas, colhendo dados, ouvindo histórias.

Fernão Lopes dá um depoimento: “Quem ha d’escrever histórias ha de fazer diligencias que eu fiz e ver a terra que ha de tratar como eu vi... Porque muito sobrenatural ha de ser o engenho que ha de saber escrever do que nunca viu; o que se me não pode dizer, porque vi tormentas, vi batalhas no mar e pe-
lejas na terra, e espedaçar navios, e bater muros, e vencer a inimigos, e falo como esperimentado”.

Mas, senhores, que é a verdade para a História? É uma deusa esquiva, que uns procuram e apresentam, e outros evitam se a encontram.

De qualquer modo, a lição de João de Barros é valiosa. Para seguir o seu conceito da aplicação da verdade, ele se guiava pela prudência nas afirmativas, pelo seu instinto de procurar dignidade nas atitudes e pelo cuidado de não divulgar a “infância de alguém, ainda que verdade seja” (infância, no sentido de má reputação, vergonha).

Quando os fatos chegam visivelmente deturpados ou se apresentam inverídicos ao historiógrafo, cumpre-lhe discernir e ponderar, para o que deve estar preparado. Entra ele, então, na tarefa mais difícil da interpretação.

A História é não só um registro, mas, também, um ensinamento ao homem: os fatos do passado servem de orientação para os rumos a seguir no presente, com os olhos fitos no caminho do futuro. Não é sem razão que se diz em linguagem popular: a história se repete.

Vejam os a seguir alguns casos, em que se tornou necessário efetuar interpretação: nuns para corrigir; no último deles apresentado para suprir a falta de documento escrito ou tradição oral.

Em 1912-1913, houve no Estado um movimento cívico de oposição à chamada política dos governadores, em consonância com o de outras unidades da Federação. A figura central dessa ação patriótica junto ao povo era o capitão José da Penha. Foi a primeira manifestação de natureza cívica de larga amplitude que ocorreu no Estado.

Quem deseja conhecê-la, abre, por exemplo, a “História do Estado do Rio Grande do Norte, editada em 1922, para comemorar o centenário da independência do Brasil, e observa à página 477 apenas o seguinte: “Encontrava este (Joaquim Ferreira Chaves, o novo governador, em 1914) numa situação excepcional e

diffícil, tanto no que respeita à economia e às finanças públicas, como na esfera política, onde se ressentiam ainda conseqüências do angustioso transe que se acaba de sofrer”.

O autor da “História” dá uma nota no documento em que se baseou: a primeira mensagem governamental. E cita o trecho: “Abalados pela agitação que durante largos meses soprou violenta e minaz, conturbando os espíritos, afrouxando os laços da disciplina e impondo pesados sacrifícios, criamo-nos uma situação...”

Aqui, é notoriamente típico o caso de se haver recorrido a um documento inexpressivo. Luís da Câmara Cascudo trata desse movimento numa “Acta Diurna”, de 22-2-1942, reproduzida em “O livro das velhas figuras”, vol. I, 1974, páginas 116-119. Registra o historiador Cascudo: “Teve José da Penha ao seu lado, imediatamente, a mocidade, os trabalhadores, os pequenos negociantes, a massa confusa, vibrante, apaixonada e sugestiva do povo”.

Ao elaborar a obra “Fazendas e Fazendeiros do Seridó”, estudamos a personalidade de Gorgônio Pais de Bulhões, que casou em 1833, com Inácia, filha de João Alves da Nóbrega, das Trincheiras, a introdutora da família Nóbrega no Seridó. Informa Trajano Pires da Nóbrega, no seu bem feito e documentado livro “A Família Nóbrega”, São Paulo, 1956, que Gorgônio faleceu no sítio Bom Sucesso, município de Jardim do Seridó no dia 1-5-1865. Certamente, Trajano baseou-se em certidão de óbito, como de hábito procedia.

Ora, segundo a tradição que a família guarda, Gorgônio, que costumava ir ao Piauí comprar gado de solta, faleceu na última viagem, quando já estava de volta no Ceará. Diligenciamos, primeiro, estabelecer que estrada ele utilizava; depois, descobrir onde teria falecido; e, por fim, qual a causa da morte inesperada.

Conseguimos, então, pela gentileza de Monsenhor Francisco de Assis Couto, vigário geral da Diocese de Iguatu, e por sorte nossa, também historiador regional, uma certidão de óbito, que se deve considerar a verdadeira. É esta: “Gorgônio, viúvo, cinqüenta anos de idade, faleceu no primeiro de maio de 1865, sepultado no cemitério público, aos dois do dito mês e ano, envolto em hábito branco, encomendado pelo vigário. E para constar mandei fazer este assento, em que assino. Vigário Raimundo Pereira da Costa. Cúria Diocesana de Iguatu, 17 de julho de 1963. Ita in fide sacerdotis. Mons. Francisco de Assis Couto, vigário geral da Diocese Iguatu”. O documento está registrado no Livro n.º 19 de Assentamento de Óbitos da Paróquia de São Mateus, às folhas 93 verso.

Em carta da mesma data, Mons. Couto aventa a hipótese de Gorgônio ter sido vítima do cólera-morbo, visto como neste mesmo livro encontrou "muitos dados positivos sobre outras pessoas, falecidas então por esse terrível mal epidêmico, que principiou em 1862, e foi findando em 1866, aproximadamente". "O Sr. Gorgônio, a única pessoa com este nome no livro de Óbitos, em foco, morreu ainda moço, 50 anos de idade. Deve ter nascido, portanto, em 1815".

A explicação plausível para as duas certidões é que a família no Seridó necessitava de um documento para processar-se o inventário, sendo mais prático conseguir-se um em Jardim do Seridó. O interessante é que Gorgônio morava na Fazenda Timbaúba, cuja casa de residência, uma das maiores da zona, ele próprio construiu. O fazendeiro faleceu com pouco mais de 54 anos de idade, pois nasceu em 9-9-1810.

Com se viu, a primeira informação divulgada em livro não deveria ser aceita. Procurou-se uma outra que representasse a verdade, e encontrou-se.

No livro "Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte", de Vicente de Lemos, 1912, figura na página 49 o seguinte trecho: "Por vezes seguiu Agostinho Cesar de Andrade, ano de (1688) a Mepibu, acompanhado do capitão Pedro da Costa Faleiro, a organizar forças que deviam subir ao sertão, e uma destas teve destino à serra de Acauã, onde se achavam reunidos perto de dois mil bárbaros, que foram derrotados e mais de mil prisioneiros".

Na página 65, o autor transcreve a informação de Agostinho Cesar de Andrade ao Senado da Câmara, em que há os trechos: "... mandei outras tropas por várias partes, e uma delas de que nomeei por cabo, um paulista, com gente desta Capitania com que derrotou o gentio na Acauã, e trouxeram mil e tantos prisioneiros.

Compreende-se da leitura que todos os indígenas, cerca de 2.000, foram derrotados na luta que houve. E que foram feitos mais de 1.000 prisioneiros. Pode-se entender também que foram vencidos aproximadamente 2.000 silvícolas na Acauã, e que, quando as tropas coloniais voltavam ao litoral, prenderam pelo caminho mais de 1.000 indígenas.

Vicente de Lemos e Augusto Tavares de Lyra passaram juntos cerca de dez anos examinando, em arquivos para instruir a defesa dos direitos do Estado na secular questão de limites com o Ceará. As informações colhidas figuraram depois em livros. Por-

tanto, os dados apresentados acima, que existiam em documentos, apenas Vicente de Lemos os divulgou corretamente como eram. Mas precisam ser interpretados.

Os indígenas que se encontravam na Acauã eram janduís, valentes, soberbos, decididos, ferozes e treinados para a luta, conforme o cronista Pedro Carrilho de Andrade (Memória sobre os índios do Brasil). Morreriam e não se entregariam.

Os soldados de todas as origens, penosamente reunidos, somariam 300 a 400 homens. Ao chegar à Acauã, durante dias atravessando trechos sem caminho, na mata virgem, estariam estropeados, famintos, sem motivo para lutar, e enfrentariam número muito superior de combatentes, psicologicamente preparados para a refrega. E mais: estes eram os senhores do terreno!

Como poderiam os soldados, já dizimados pela morte, pelos ferimentos e pela fuga, conduzir de volta mais de mil prisioneiros, andando a pé mais de 40 léguas nas piores condições? Chegando ao litoral, onde os soldados manteriam os prisioneiros? Nas frágeis e poucas casas-fortes existentes? Absurdo.

Evidentemente, deve tomar-se a informação como jactância e mera justificativa naqueles ominosos tempos. Pelo menos, os números não merecem fé.

Houve, com efeito, o reencontro na Acauã, à margem do rio que vem da serra do Picuí, com muita violência de parte a parte. Do episódio damos uma interpretação que denominamos a "batalha da Acauã" e figura no Capítulo I (Os primeiros tempos) da obra "Fazendas e Fazendeiros do Seridó", a ser editada.

Retrocedamos agora milhares de anos no fuso do tempo, a fim de surpreender o homem que vivia nas cavernas, em regiões frias.

Interpretando os fatos pré-históricos, com base na antropologia física, e principalmente na arqueologia, podemos ter idéia de como vivia o homem na mais recuada antigüidade, quando era um apanhador de alimentos, já usava o fogo e dormia em caverna. Fundamentamo-nos na monumental obra "A History of Technology", Oxford University Press, 1954.

Há ampla evidência de que o fogo era utilizado pelo homem na Idade da Pedra Lascada, o Período Paleolítico. As descargas elétricas durante as tempestades, o friccionar contínuo de ga-

lhos secos de árvores, agitados pelo vento forte, podem causar incêndio na floresta. A princípio, o fogo apavorava; depois, foi dominado e circunscrito. Então, passava a ser atizado com lenha para uso quando preciso.

Na Idade da Pedra Polida, no Neolítico, de seres humanos com relativo adiantamento (aí por volta de 9.000 anos a.C. e provavelmente antes), o fogo era obtido pelo próprio homem, que inventara os processos de percussão, fricção e outros. Por essa época, então, começou a poluição do ambiente, na Terra, no caso em que não tenham existido antes outras civilizações.

Primeiramente, o homem deve ter utilizado como combustível o material seco das moitas, da vegetação rasteira, dos galhos caídos. Logo aprendeu que, da queima parcial da madeira, conseguia carvão. Como o clima então na Europa era ártico (pós glaciação); teria que fazer fogo para aquecer-se em cavernas ou em casas semi-enterradas; além de vegetais secos, queimava gorduras de animais abatidos e estrume seco de animais domesticados.

Nessa combustão, deveriam formar-se: tisona (carbono levado pela fumaça) e alcatrão, que se aglutinavam às paredes; gases dióxido de carbono e, de certo (com a crescente escassez de oxigênio no ar em consequência do processo de queima) também monóxido de carbono, veneno terrível, que mata sutilmente, bem como óxidos nítricos.

O mesmo acontecia em muitas outras cavernas pelo mundo, nos lugares com temperaturas baixas. Dar-se-ia o mesmo fenômeno nas grutas dos sítios que agora chamamos Lagoa Santa, Pedro Leopoldo e Sete Lagos, Minas Gerais, e provavelmente em outras furnas do Brasil. Pelos processos químicos de datação, conseguiram-se provas de que o homem viveu em regiões de Minas Gerais há 10.000 anos e mais. Crânios e ossadas encontram-se em cavernas, indício de que os seres humanos morreram nelas ou para elas foram levados depois de mortos.

O que com toda probabilidade sucedia é que à noite, no frio, as pessoas se recolhiam às grutas e faziam fogos para aquecimento. E muitos morriam envenenados com o monóxido de carbono produzido na combustão com pouco ar, como se dá hoje nos banheiros aquecidos a gás, quando fechadas as janelas de ventilação.

Aí está um caso de interpretação da História, em que não se recorreu a documento escrito (impossível de haver); nem à tra-

dição oral (que não funcionaria em tão longo tempo). Seguiu-se apenas um raciocínio, com intervenção de ciências auxiliares da História.

Deste modo, pode-se afirmar que havia poluição do ambiente na Idade da Pedra Lascada e que seres humanos já eram vítimas desse mal dos milênios.

Meus senhores:

Sinto-me profundamente honrado com a vossa generosa acolhida nesta casa, de tantas tradições da cultura histórica do Rio Grande. O meu atencioso reconhecimento !

(Discurso de posse — Sessão solene de 21-8-76 — Salão Nobre do I.H.G.R.G.N.)

ORAÇÃO CONGRATULATÓRIA

Pe. JORGE O'GRADY DE PAIVA
(Sócio Correspondente)

De Santo Tomás de Aquino, o doutor universal da Idade Média, se disse que foi “o mais santo dos sábios e o mais sábio dos santos”.

De Luís da Câmara Cascudo, cultura e erudição universalista de nossos tempos, podemos, sem receio, dizer: é o mais sábio cultor das ciências humanas e o mais humano dos sábios cultores da ciência. O mais sábio cultor... Sua autoridade, como conhecedor e pesquisador da Antropologia Cultural e, em particular, da Etnografia, é, hoje, inconteste, reconhecida e proclamada nos quatro cantos do mundo. E o lado humano de sua personalidade, seja como cidadão, seja como estudioso e erudito, salta aos olhos de quantos com ele travaram conhecimento ou dele se aproximaram. O mais humano dos sábios... Isso vemos pelo próprio pendor que o levou, desde jovem, às pesquisas folclóricas, numa época em que não eram tomadas a sério e nem havia facilidade de investigação. O trabalho que realizou, nesse campo, é admirável. Dotado de grandes qualidades para esse gênero de pesquisa, enfrentou a tudo e a todos, sem dar importância às críticas dos que lamentavam um talento, qual o seu, entregue a... ninharias. Estudou e analisou os mitos, lendas, usos, costumes, folguedos, devoções, ritos, credences, vestuário, hábitos alimentares, arte e ditos populares de todo o Brasil. Lutou e venceu. Era a vitória do homem contra o meio social e intelectual de seu tempo e de sua terra. Era o humano que nele crescia e se impunha ao respeito e consideração geral. Era o homem encantado pela ciência do homem em sua forma mais genuinamente humana: o folclore — saber do povo. Que personalidade cativante! Acolhedor, compreensivo e amigo tornou-se, como

diria Gilberto Freire, legítimo criador de fraternidade. Trazendo do berço grande carga afetiva, herdada do espírito largo e generoso, ágil e perspicaz, comunicativo e prazenteiro, de seu ilustre genitor o Cel. Francisco Cascudo — aprimorou, com o estudo das ciências humanas, a natureza privilegiada que Deus lhe deu e que foi nutrida com o leite da ternura materna e é revigorada pela afeição de sua digna consorte e dedicação de seus filhos e netos.

Entrou, assim, em perfeita sintonia com tudo o que estudou, consoante à sentença de Carlyle. “O amor é indispensável ao perfeito conhecimento das coisas e dos homens”.

Câmara Cascudo não sacrificou a sensibilidade à inteligência — uniu uma à outra. Se fora poeta, sê-lo-ia à maneira de Musset: poeta do coração. Ninguém se retira de sua presença, cabisbaixo ou deprimido. A todos abraça, anima, estimula, apoia, incentiva.

Nenhum intelectual ou estudioso do Rio Grande do Norte, nos últimos 50 anos, há que lhe não deva palavra ou exemplo de encorajamento e orientação, no cultivo das letras e da ciência. O que foi, em seu tempo, no pequenino ambiente em que viveu, Henrique Castriciano — incentivador da cultura — tem sido, em seu ambiente maior, Câmara Cascudo, que de Castriciano recebeu o facho olímpico, simbolizador da cultura do espírito. Autor de mais de cem obras, entre livros, teses, monografias e ensaios, tanto no âmbito de sua especialidade como abrangendo vários outros domínios, é dono de estilo límpido e fluente, escrevendo com leveza, graça e humor. Orador eloqüente e causer magnífico. Verdadeiro mestre da comunicação falada e escrita. E que cartas modelares! Exímio na arte epistolar, em que pese ao volume de sua correspondência, em parte já publicada (Tadeu Vilar de Lemos, Pongetti, 1972).

Se a pequenina Grécia abrigou, no passado, os homens mais cultos e sábios que havia, não se estranhe abrigue o pequenino Rio Grande do Norte, e a mais pequenina Natal, homem do saber e cultura de Luís da Câmara Cascudo. Escreveu a história do Estado e da capital, sendo-lhe outorgado, oficialmente, o título de historiador da cidade. Cidade em que nasceu e que ama inexcelsivelmente, jamais a havendo trocado por qualquer outra. Fundada no dia do natal de 1599, tornava-se, um ano antes da passagem de seu 3.º centenário, o berço ilustre desse homem de escol, desse espírito lúcido, dessa possante cultura que projetaria o Estado dentro e fora da pátria, reconhecido e laureado como gigante nos conhecimentos culturais humanos e pertencendo a inumeráveis sociedades científicas do país e do estrangeiro que, com ele, sempre se correspondem.

Vaqueiros e Cantadores
Antologia do Folclore Brasileiro
Lendas Brasileiras
Contos Tradicionais do Brasil
Geografia dos Mitos Brasileiros
Cinco Livros do Povo
Dicionário do Folclore Brasileiro
Dante Alighieri e a Tradição Popular no Brasil
Jangada
Carro de Bois
Rede de Dormir
Vida e Canto de Cangaceiros
Nomes da Terra

dizem, eloqüentemente, dos méritos reais do maior dos etnógrafos brasileiros e um dos maiores do mundo.

Conhece tão bem as coisas quanto os homens.

Veja-se a coletânea de seus artigos da série ACTA DIURNA — “O Livro das velhas figuras” — em que ressuscita, em 3 volumes, para nosso convívio, os vultos do Estado ou que nele residiram e o marcaram com suas presenças e trabalhos. E continuou essa série evocativa de figuras humanas em suas Memórias, que narra através daqueles a quem encontrou na vida ou veio a conhecer, deles jamais se esquecerão.

Coroando sua vasta obra deu-nos “Prelúdio e Fuga do Real”, em que os maiores personagens, já agora do Mundo e da História ressurgem para conversar com ele, em sua casa da Av. Junqueira Aires, 377. Nessa obra de humanismo e erudição, história e crítica histórica, 35 expoentes da História Universal visitam o Professor Cascudo e com ele trocam idéias, corrigem e comentam fatos, conferem dados, fazem e ouvem sugestões, até que se retiram da modesta residência, transformada, pela magia daqueles momentos, em palco do mundo, em sala de júri ecumênico, em gabinete de sábios, em salão nobre de audiências, numa como prévia de Juízo Final.

Houve por bem o Centro Norte-Rio-grandense, sob a esclarecida presidência do Gal. Dióscuro Vale e a participação de homens dinâmicos como Raimundo Nonato, fazer oficial esta missa congratulatória dos 78 anos, que hoje transcorrem, do grande escritor potiguar e para comemorar, ao mesmo tempo, mais um aniversário da fundação da cidade do Natal, aqui congregando norte-rio-grandenses, para honrar tanto o Oráculo como o Orago da cidade, guardada pelo Forte dos Reis Magos fazendo apelo a todos

os presentes para que contribuam, generosamente, para as obras da nova Catedral da Apresentação, velho sonho do santo e saudoso Padre João Maria e que está sendo realizado pelo atual arcebispo, D. Nivaldo Monte.

Deixe-me, agora, completar esta oração congratulatória, revelando-vos a mensagem telegráfica por mim transmitida a Luís da Câmara Cascudo, a 5 de novembro passado:

“Desejando saudar, hoje, o Dia Nacional da Cultura, não o poderia fazer melhor senão vindo cumprimentar vivo cultura saber nacionais”.

Meus coestaduanos:

Que a virgem da Apresentação proteja, de seu trono na Sé Natalense, a preciosa vida de Câmara Cascudo, que conserva sua fé cristã e se tornou grande norte-rio-grandense, insigne brasileiro e egrégio cidadão do Mundo.

(Pronunciada na Igreja de Santa Luzia, Rio, a 30.12.76).

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

CELSO CALDAS
(Sócio Efetivo)

Luís, sem ser Camões, o lusitano,
Utilíssimo sempre ao seu rincão,
Ilustrado de Deus, pela instrução,
Se tornou mestre e sábio, o mais humano.

Depois de professor, fez-se poeta
A bem de prosseguir a sua meta.

Clamando e discursando a vida inteira,
Atraiu, todo o mundo, co'a maneira
Mais simples de falar — com maestria.
Amou o verbo, tal como a cultura,
Radiante confiou na envergadura
A fim de conseguir a glória, um dia!

Causou contentamento à mocidade
A sua negativa a senador;
Se ausentar de Natal, nosso escritor,
Chegar ao sul e encher-se de saudade !?
Última hora — estalo de Vieira —
Decidiu-se ficar pela Ribeira,
Onde foi sempre REI desta cidade !

HOMENAGEM AO MONSENHOR PEGADO

Mons. SEVERINO BEZERRA
(Sócio Efetivo)

Surpreendido por um convite insistente e quase como uma intimação do ilustre presidente deste Instituto Histórico, dr. Enélio Lima Petrovich, para pronunciar algumas palavras a respeito do Mons. Alfredo Pegado de Castro Cortez, figura veneranda da igreja de Natal, numa homenagem justa e meritória promovida pelo Instituto Histórico, na data centenária do seu nascimento, não podendo fugir a esse tão honroso convite, aqui me apresento, nesta Tribuna, pela primeira vez. Acostumado ao ambiente sagrado, onde todos os dias exercemos as funções sacerdotais diante de um povo simples e ávido da palavra de Deus contida nos Evangelhos, sinto no momento profunda emoção, neste recinto, porque vejo-me diante de um auditório ilustrado por altas autoridades e de intelectuais de renome que vieram a esta Casa da Memória para participarem das homenagens que ora se faz a um sacerdote desta Arquidiocese.

É um dever dizer agora ao dr. Enélio Lima Petrovich um muito obrigado.

É bem um filosófico de que só se pode querer aquilo que se conhece, o que é ignorado não é apetecido, não é desejado, passa como não existente. Foi por meio da história que fomos buscar o conhecimento certo e autêntico dos acontecimentos passados. Quem não sente um frêmito de amor à Pátria quando vemos na História do Brasil, que é a nossa História, os nomes dos que lutaram denotadamente e incessantemente para ver um Brasil maior e mais feliz. Aí estão os seus nomes escritos em letras indeléveis, duradoras. Para nosso gaudio basta citar no momento o nome desse grande soldado — Luiz de Lima e Silva — o Duque de Caxias a quem prestamos nossa homenagem hoje, na data do seu nascimento.

Senhores e Senhoras,

Um ilustre historiador nosso, que por muitos anos foi presidente deste Instituto Histórico — dr. Nestor dos Santos Lima, em uma palestra pronunciada na Rádio Poti, na comemoração dos vinte e cinco anos de sacerdócio do nosso arcebispo, Dom Marcolino Dantas, disse o seguinte: “A História do Rio Grande do Norte é a própria História do clero católico, desde os seus primórdios, nas recuadas eras do século XVI”. É isto uma verdade que não se pode negar, as páginas da História do Rio Grande do Norte nos mostra, nomes e mais nomes de sacerdotes que foram figuras salientes na época que viveram. Não se pode ocultar, nem se deixar que caiam no olvido, os nomes dos padres Gaspar de Samperes e frei Bernardino das Neves; o primeiro, dando o traçado para a construção do Forte dos Santos Reis e celebrando os atos da Semana Santa pela primeira vez em Natal; e o outro, o intérprete pacificador dos índios potiguares com os colonizadores. Os mártires de Uruassu e Cunhaú — o vigário de Natal, Ambrósio Francisco Ferro e André de Soveral; os quatro irmãos padres Miguel, Inácio, Joaquim e Manoel; o primeiro, padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida Castro, vítima do movimento republicano e o último, o padre Pinto, o primeiro presidente do conselho geral na Província. Padre João Manoel Carvalho o deputado ardoroso e destemido que em plena sessão da Assembléia Provincial deu vivas a República; padre Francisco de Brito Guerra o único senador do império pelo Rio Grande do Norte e fundador da imprensa no Rio Grande do Norte na publicação do jornal “O Natalense”; os capelães militares padres Antonio Francisco Areias, Joaquim Severiano Ribeiro Dantas, Amaro Thest Castor Brasil e Bráulio Ludgero do Rêgo Monteiro, que na guerra do Paraguai foram socorrer os feridos, dando o conforto da religião. Do nosso conhecimento, o cônego Estevão José Dantas que trabalhou pela liberdade dos escravos antes da assinatura da lei áurea; Mons. José de Calazans Pinheiro, o educador da juventude, rigoroso, exigente nas suas aulas, porém, um pai para os alunos, nos exames finais; padre João Maria Cavalcanti de Brito, o anjo da caridade, nos momentos difíceis para os pobres, atacados pela epidemia; o Cônego Luiz Gonzaga do Monte, inteligência fulgurante e de grande cultura. Eis aqui descritos em linhas rápidas os nossos padres que permanecem na memória do nosso povo.

Senhores e Senhoras,

Na região agreste do nosso Estado, está ali sentada, a pequena cidade de Arês, isolada, porém respeitada pela sua antigüidade. Elevada a vila em 1761, a segunda Vila criada no Rio Grande do Norte, quando o Brasil colônia; a primeira foi Extremoz do Norte.

Natal foi sempre cidade desde o começo. Arês, um município pequeno e pobre, mas, de um povo inteiramente dedicado ao trabalho. Os homens, os destituídos de bens, entregavam-se ao amanho da terra, para o cultivo dos cereais; na plantação da mandioca para o fabrico da farinha e a pesca na Lagoa das Groahiras. Os ricos, os afortunados eram senhores de Engenhos de moendas da cana de açúcar, que no fim de cada ano safrejava o produto em grande quantidade. O município de Arês chegou em determinada época ter em seu território, treze engenhos em atividade. No tempo presente estão todos parados. No número daqueles engenhos estava o chamado Baldum. Baldum nome que não se sabe a sua significação, como diz o historiador, Câmara Cascudo, não é um nome indígena e não se sabe o que vem a ser. No século passado foi proprietário do engenho Baldum, o Alferes João Pegado de Siqueira Cortez.

A família Pegado Cortez tem sua genealogia originada do fidalgo português dom João Pegado de Siqueira Cortez, casado com d. Mariana de Albuquerque Melo. Deste casal João Pegado — Mariana, nasceu o capitão Manoel Pegado de Siqueira Cortez, que era casado com d. Clara Gomes Gadelha Cortez. De Manoel Pegado e Clara, nasceu o Alferes João Pegado de Siqueira Cortez, o proprietário do Engenho Baldum. A família Pegado-Cortez se estende atualmente em muitos municípios do Rio Grande do Norte: Goianinha, Espírito Santo, São José de Mipibu, Natal, Currais Novos, Lajes e outros, contando nesses municípios grande número de descendente. O Alferes João Pegado casou a primeira vez com d. Josefa Guilhermina de Carvalho Cortez, residente no engenho Baldum. De João Pegado — Josefa Guilhermina nasceram seis filhos: João, José, Avelino, Ana, Maria e Rita. Três homens e três mulheres. Dos homens, João Pegado Filho e Avelino Teófilo Pegado exerceram cargos de relevo na política e posição na sociedade. João Pegado além de ter sido administrador do município de Arês, como também o seu irmão Avelino, foi Deputado da Assembléia Legislativa do Estado, em várias legislatura. O Alferes João Pegado de Siqueira enviuvando convola segundas núpcias com d. Maria Paulina de Castro Barroca, professora pública em Arês, nomeada a 2 de julho de 1874, d. Maria Paulina era filha de José Paulino de Castro Barroca e de d. Maria Felisberta da Câmara, famílias Barroca e Câmara do Ceará-Mirim. O casamento foi realizado na Matriz de Arês, a 7 de agosto de 1875, oficiante o vigário de Arês, padre Basílio Freire de Alustau Navarro, testemunho pelo ex-presidente da Província, Tenente Coronel Antonio Basílio Ribeiro Dantas e Hermínio Pegado Cortez. O padre Basílio Freire de Alustau Navarro, em 1844, ocupava uma cadeira do ensino primário em Pa pari e então, no ano de 1845, ele requer à Assembléia Legislativa Provincial uma licença de 5 anos, para ir estudar no Seminário

de Olinda para se ordenar padre e com os seus vencimentos de professor pagava ao seu substituto, o seu irmão Manoel Laurentino Freire de Alustau Navarro, cuja escola contava com a matrícula de 50 alunos. Do consórcio João Pegado de Siqueira e d. Maria Paulina nasceram 9 filhos: Alfredo, Elisa, Maria das Neves, esposa de Alfredo Lago; Etelvina que era casada com Montano Emerenciano; Judite, casada com o desembargador Adalberto Amorim; Antonio, casado com d. Maria de Jesus Carneiro; Exequias, casado com d. Júlia; Isabel, casada com Pedro Freire e d. Beatriz Cortez professora pública aposentada.

Família numerosa e todos os filhos integrados na melhor sociedade e de convicção religiosa, assim, notamos na família um padre de nome Amâncio Pegado, natural de Arês e que fez os estudos eclesiásticos em Roma e aí se ordenou sacerdote, vindo para o Brasil se fixou em São Paulo onde dedicou aos trabalhos pastorais e aí faleceu alguns anos depois. Na casa grande do engenho Baldum nasceu o primeiro filho do casal João Pegado-Maria Paulina, a 25 de agosto de 1876, e que tomou o nome de Alfredo. Como sendo uma família de boa formação religiosa, a demora para o batizado não excedeu de 30 dias. O padre Basílio deslocou-se da sede de sua paróquia, a vila Imperial de Papari e na casa grande do engenho Baldum, administra o batismo ao pequeno Alfredo, a 20 de setembro do mesmo 1876, tendo por padrinhos, os seus irmãos do primeiro matrimônio do seu pai: Avelino Teófilo de Siqueira Cortez e Ana Carolina de Siqueira Cortez.

Foi nesse Engenho Baldum que Alfredo Pegado viveu os seus anos na idade infantil sob os olhares cuidadosos de seus pais. Sua mãe, professora que era, ensinou as primeiras letras, plasmou no coração do filho o amor à família, o respeito aos velhos, o espírito religioso e foi nesse convívio paterno que despertou no filho os primeiros sinais de vocação para o sacerdócio. Na idade requerida vai cursar em Natal, no Atheneu, os estudos preparatórios, que na época se reduzia a 12 matérias ou Disciplinas. Terminado os preparatórios, que tinham também os nomes de parcelados, porque só se faziam exames finais, em cada ano de 4 matérias, então Alfredo matriculou-se no velho Seminário de Olinda. Seminário fundado em 1800, pelo grande bispo de Pernambuco, Dom José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho, que era considerado o melhor Seminário do Brasil. Nesse Seminário, ocupou por algum tempo a cátedra de Retórica, o nosso padre Miguelinho. Alfredo Pegado no Seminário de Olinda, inicia os estudos, em 1895, de teologia e com a fundação do Seminário da Paraíba, se transfere e aí conclue os estudos teológicos e é ordenado sacerdote, pelo bispo diocesano dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques, na Catedral, no dia 5 de novembro de 1899. Vem a Natal e, no dia 21 de

novembro, no altar de N. S. da Apresentação, dia da festa da padroeira de Natal, o padre Alfredo Pegado celebra a sua primeira missa, sendo aí, vigário, o padre João Maria. De 1900 a 1904, o padre Alfredo Pegado, na Paraíba, foi vice-Reitor do Seminário, Diretor Espiritual do mesmo, professor de Religião, francês, história natural e matemática. O Reitor do Seminário, o Mons. Joaquim de Almeida, sagrado bispo do Piauí, em 1906, o padre Alfredo acompanha dom Joaquim e no Piauí é secretário do bispado e recebe do papa Pio X, o título de Monsenhor Camareiro. Em 1911, Mons. Pegado vem com dom Joaquim para Natal. É nesta Diocese de Natal que Mons. Pegado desenvolve a sua capacidade de trabalho. O primeiro Seminário fundado por d. Joaquim, teve Mons. Pegado por seu primeiro e único Reitor, assim dizemos porque com a renúncia de d. Joaquim, o Seminário não pode continuar. De 1913 a 14, Mons. Pegado deixou a capital e foi sentir de perto a vida trabalhosa e pesada de vigário no interior, foi para Santa Cruz, por dois anos exerceu o paróquiato com muita dedicação e amor ao cargo, numa época difícil, quando o transporte único era o cavalo, numa caminhada longa, sob um sol abrasador para vencer grandes distâncias, quando Santa Cruz ainda tinha o seu território integrado pelos municípios de São Tomé e Coronel Ezequiel. O trabalho maior, a sua ação mais oficiante foi em Natal, nos quatro Governos Diocesanos de D. Joaquim, d. Antonio Cabral, d. José Pereira Alves e d. Marcolino Dantas. Ocupou cargos de relevo na administração da Diocese: Governador do bispado de 1915 a 18; Vigário Geral no governo de d. Antonio Cabral, com a transferência deste para Belo Horizonte, em 1922, Mons. Pegado assume novamente a direção da Diocese. No Governo de d. José Pereira Alves, em 1923, volta ao cargo de Vigário Geral até que, em 1928, com a ida de d. José para Niterói, Mons. Pegado assume outra vez o governo do bispado e, em 1929, dá posse a d. Marcolino Dantas. Fora do governo da diocese, Mons. Pegado assumiu outros cargos: primeiro diretor do Colégio Santo Antonio, antes de passar às mãos dos Irmãos Maristas. Primeiro Reitor do Seminário São Pedro; Vigário da Catedral mais de uma vez, Capelão do Colégio da Imaculada Conceição por muitos anos. Grande educador, sabia distribuir o seu saber nas cátedras que ocupava, especialidade na matemática que revelava grande Mestre; no Atheneu, no Seminário, na Escola de Comércio, no Colégio Santo Antonio, na Escola Normal e mais onde lhe foi dado ensinar, desempenhou brilhantemente a missão de professor. Como prêmio de seus trabalhos e de suas virtudes sacerdotais, em 1922, recebeu do Papa Pio XI o título de Protonotaris Apostólico. Em três legislaturas ocupou uma cadeira de deputado da Assembléia Legislativa do Estado, e uma vez foi intendente municipal em Natal. Mons. Alfredo Pegado depois de ter feito o bem a todos que necessitava do seu auxílio, da

sua palavra, cheio de mérito para Deus, deixou de existir na manhã do dia 22 de janeiro de 1941, contando 65 anos de idade e 42 de sacerdote. Encerrando o Curriculum Vitae desse homem de Deus, vejamos agora a sua ação mais em particular, mais intimamente. Era o Mons. Pegado considerado por todos de sua família como o anjo protetor, ele olhava com carinho as pessoas de sua família, aconselhava, dirigia nos momentos precisos e estava ao lado de todos.

Votava grande admiração pelos Bispos diocesanos, desde dom Joaquim a d. Marcolino, acompanhando no governo da diocese, ajudando, procurando aliviá-los das dificuldades e servindo com muita dedicação. Podia-se dizer como escreveu Câmara Cascudo numa Ata Diurna, titulando Mons. Alfredo Pegado como o Cirineu do Bispado.

Amou extremamente à sua Igreja, fazendo-a respeitada por todos e foi na expressão evangélica o servo fiel e bom. Obediente no exercício do cumprimento das leis canônicas.

Sentia-se feliz no convívio constante com os seminaristas, ajudando nos estudos, amparando os que procediam de famílias destituídas de recursos financeiros, a fim de não interromperem os estudos. Era com satisfação que assistia aos que já estavam nas proximidades da ordenação sacerdotal.

Finalmente, era amigo de todos, dos pobres, dos ricos, benquista na sociedade de Natal. Era visto como um grande sacerdote, motivo porque era respeitado onde estivesse.

A Homenagem que hoje o Instituto Histórico presta ao Mons. Alfredo Pegado, na data centenária de seu nascimento, é um reconhecimento de justiça por tudo que ele fez e pode dar no seu sacerdócio.

(Proferida na sessão solene, pelo centenário de nascimento do Mons. Alfredo Pegado Cortez, em 25.08.76, no salão nobre do I.H.G.R.G.N. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte).

TONHECA DANTAS

SILVINO BEZERRA NETO

(Sócio Efetivo)

Renomado catedrático da Universidade do Brasil, em substancioso livro que folhee, certa vez, enumera como elementos fundamentais e secundários da música, o ritmo, a melodia, a harmonia, o timbre e até (estes como elementos estranhos) a palavra e o gesto.

Assim, bem é de se compreender que uma apreciação de um trabalho musical só poderá ser feita com perfeição por quem conhece a sublime arte.

Se, como ainda li no livro do catedrático, o ritmo está para a música como a "Semetria está para a Arquitetura", vendo-se que no exame de um só daqueles elementos são precisos conhecimento e argúcia, claro é que, o leigo não fará senão julgamento impreciso, deficiente. Daí, o acerto do jovem e dinâmico presidente deste Instituto, Dr. Enélio Lima Petrovich, convidando o nosso consócio Gumercindo Saraiva, professor de música e cohededor da matéria para dizer nesta sessão do valor das composições musicais de Antônio Pedro Dantas — Tonheca — conterrâneo cuja memória hoje cultuamos.

A publicística do Estado já ostenta várias publicações do nosso ilustre consócio que justificam sua acertada escolha.

Quero crer, porém, que não é demais que ouse eu adicionar à homenagem que se realiza algumas palavras que vou proferir também, apenas para registro de ligeiros traços biográficos e episódios da vida do homenageado, a quem conheci na minha meninice.

Volto-me saudoso, nesta oportunidade e com este objetivo, para a fase feliz da minha infância em Acari.

Cheguei em 1893, de Caicó, com 7 anos, e entre o sítio Ingá e a cidade de Acari, vivi com os meus pais Manoel Augusto Bezerra de Araújo Galvão, ex-professor de Latim e Francês da antiga cidade do Príncipe, e sua esposa Cândida Olindina de Medeiros.

Entre aquele e o ano de 1900, quando vim para Natal estudar preparatórios, conheci Tonheca.

A atual cidade de Carnaúba dos Dantas, sede do município de igual nome, era então uma povoação pertencente ao município de Acari, próxima uns 6 quilômetros da nossa morada.

Em pouco tempo, fiquei sabendo que lá existia uma banda de música, regida por José Venâncio Dantas, descendente, como Tonheca, de Caetano Dantas Correia. Era a harmoniosa Charanga composta por vários irmãos do mestre, entre eles, Antônio Pedro Dantas, João Pedro, Manoel Nicolau e Pedro Carlos de Maria, com outros parentes, inclusive Francisco Justino e José Maria, todos meus conhecidos desde então.

Todos os anos, era contratada para tocar nos ofícios religiosos da festa de Nossa Senhora da Guia, Padroeira da cidade, onde se demorava desde a elevação da bandeira, durante o novenário, até o encerramento em 15 de Agosto. Naquela temporada, que atraía muita gente de outros lugares, a meninada tinha na banda o elemento que mais lhe dava alegria, ouvindo suas tocatas de ensaio na casa de sua sede e, sobretudo quando, executando marchas e dobrados, desfilava pelas ruas, na ida e volta do majestoso templo. Vi-a, em outras feitas, exibindo seu repertório em recepções de autoridades e visitantes importantes, na posse de um juiz de direito da comarca, festejos escolares, em casamentos de pessoas abastadas em algumas fazendas e no acompanhamento de dramas e comédias, circos, se apareciam companhias dramáticas, como a da afamada atriz Mariana das Neves, que percorreu, certa vez, o sertão do Estado e creio que quase todo o Nordeste. Tonheca era sempre presente e sempre apreciado o som agudíssimo de seu pistón. Os encarregados das cerimônias religiosas das paróquias vizinhas a contratavam por igual, para as tocatas, dizendo-se já então que Antônio Pedro era o músico mais competente daquele conjunto.

Com o desaparecimento de José Venâncio, sua obra não se finou; outros o substituíram na regência de sua banda, ao que me consta entre eles o seu genro e sobrinho Pedro Arbués Dantas, que fora meu discípulo na aula primária do inesquecível e com-

petente professor Tomaz Sebastião de Medeiros. Da mestrança do saudoso José Venâncio se espalharam por vários pontos do Estado, tidos como músicos competentes, entre outros, José e Pedro Alberto e Manoel Lúcio Filho e Felinto Lúcio (irmãos) e vários outros habitantes do lendário povoado.

Para organizar uma música na sede do município, os influentes do lugar convidaram o nosso saudoso homenageado, antes de 1900, tendo ele ali se fixado, lecionando os numerosos rapazes e alguns meninotes, entre estes, eu e o meu primo Felix Bezerra de Araújo Galvão, agora desembargador aposentado do Tribunal de Justiça, de que foi integéssimo presidente. Foi eficiente o ensino do mestre; pois, a música se arregimentou com instrumental novo comprado em Recife e chegou a marchar pelas ruas, tocando apreciados dobrados. Lembro-me que Felix Bezerra soprava um instrumento metálico chamado bombardino e eu tentei aprender a tocar numa linda flauta, tersa de ébano, mas não cheguei a executar bem a escala, ficando no solfejo. Muitos aprenderam, mas a banda teve vida efêmera. Foi um episódio da vida de Tonheca.

Outro episódio marcante: Sei que, também, antes de 1900, veio para Natal e, por intermédio de meu pai, que era deputado estadual, procurou entrar para a banda de música do Batalhão de Segurança, do comando então do coronel Manoel Lins Caldas. O político acariense, compadre e amigo de Tonheca, falou a respeito com o governador Ferreira Chaves, que recebeu bem a pretensão e adiantou que havia aliás uma boa chance, pois, estava vago o lugar de mestre, porém, outro político do sertão lhe falara sobre outro candidato e, assim, seria justo mandar submeter os dois a um teste, para ser nomeado o mais competente. O coronel Caldas fez, escrupulosamente, uma espécie de concurso e informou ao governador, posteriormente, que Tonheca tocara bem em todos os instrumentos que lhe apresentaram, ao passo que, o seu competidor tocava apenas um — o trombone. Foi assim, o ingresso airoso do músico de Carnaúba na regência da música da Polícia do Estado, na qual serviu com galhardia bastante tempo. Penso que foi ela o trampolim de sua vitória, para o mundo da música.

Nas "Reminiscências de Natal de Outrora", já referi-me ao dúplice caso num soneto que leio:

"É história sem malícia:
Vieram lá do sertão
Músicos com pistolão
Sentar praça na Polícia

Circunstância bem propícia
P'ra ter uma consolação:
Há vaga de mestre, então,
Na música da Milfícia.

Quem tiver mais competência,
Disse ao Caldas, Dr. Chaves,
Coloque de preferência.

Era assim Sua Excelência,
— Em casos simples ou graves
Não tolerava indescência.

Fez o velho coronel
Concurso para julgar
A quem devia entregar
A batuta do quartel.

Eis do concurso o painel:
Dantas em tudo a tocar
E um no trombone a soprar,
Qual balança sem fiel.

Este saiu-se mal
Para que no exame entrou
Conhecendo o seu rival?!

Deputado Estadual
De Acari foi quem guiou
Tonheca para Natal.

Na fase da última guerra européia, quem tinha rádio procurava ouvir o noticiário dos últimos acontecimentos.

À noite, eu sempre ouvia, em casa, as emissões da estação da BBC de Londres, que, ao fim, nos seus estúdios exibia uma parte musical. Em certa noite, ouvi nitidamente daquela patente, estação internacional de rádio, a música da valsa "Royal Cinema", precedendo o espíquer do esclarecimento de que se tratava de uma valiosa produção de compositor brasileiro.

Sabe-se que se referia ao nosso homenageado, donde se vê que o mérito de Tonheca ultrapassara as fronteiras do nosso país. É, pois, um episódio a mais, digno de registro.

De 1901 para diante, quando meu pai passou a residir em Natal, freqüentava Tonheca sua casa, razão porque sei que se mudou para Belém do Pará, onde serviu na música do Corpo de Bombeiros.

De lá regressando, estive, entre outros lugares, em Lagoa Grande, na Paraíba, e Santana do Matos, neste Estado, voltando para esta capital em 1910, segundo testemunho dos seus familiares.

Aqui, demorando novamente, veio a falecer, em 7 de fevereiro de 1940, à rua Paula Barros n.º 568, conforme atestado de óbito que tenho em mãos. Era homem franzino, calmo e de pouca barba, filho de João José Dantas e Vicência Maria do Espírito Santo, pessoas da média da sociedade onde viviam com numerosa prole, bem considerada. Registra o genealogista Sebastião Bastos, no seu livro "No Roteiro dos Azevedo e Outras Famílias do Nordeste", página 271, que era João José coronel da Guarda Nacional e piloto, demarcando terras em Carnaúba, em 1866. Tonheca nasceu em 18 de junho de 1870. Foram seus padrinhos, seu tio Joaquim José e sua esposa Joana Maria da Conceição.

Não me cabe somente exaltar o merecimento do grande compositor. Sinto-me bem em proclamar, neste ensejo, as virtudes da gente que povoava sua terra natal — Caraúba — que conheci na minha e na meninice de meu irmão José Augusto, atual membro do Conselho Nacional de Economia, na mocidade e maturidade.

Na infância os meus ancestrais, que residiam perto daquela povoação, falavam-nos com veneração da tradição de honradez e austeridade dos seus antigos varões, dos quais, destacavam os irmãos João e Manoel Francisco, um dos quais fora autoridade policial em Acari, deixando traços de sizudez e espírito de justiça invulgares.

Os velhos e homens de idade que conheci, entre muitos, Joaquim Paulino de Medeiros, Pedro Manoel Dantas, Antonio Francisco de Azevedo, Manoel Alberto Dantas, José Adelino, Manoel e Joaquim Faustino, Manoel Avelino, Bartolomeu José de Maria, Luiz de França Dantas, Manoel Pacífico, João Rodrigues de Carvalho (João Sacristão), Francisco Xavier (Chico Frutuoso), Manoel Fortunato, Manoel Lúcio, José Galdino, José Henrique Dantas (Cabrinha), Manoel Caboclinho, João Cândido de Medeiros, Teófilo Lepoldino, Joaquim Baraúna, Manoel Marçal, Leque e Carneirinho, cujos descendentes continuam povoando o nóvel e próspero município, formavam um aglomerado humano, homogêneo, digno de estima de seus contemporâneos, com acentuadas marcas de honestidade, lealdade e amor à ordem. Quanto à marca de trabalho daquele abençoado povo, lembro-me que ficou na memória de todos, que na calamidade de 1898, decorrente da seca, aquela gente estóica fez escavações de mais de metro de profundidade no leito do seu rio ressequido, procurando umidade, conseguindo com o maior sacrifício algumas lavouras de feijões e batatas, para a subsistência das famílias necessitadas. Por essa resistência inegalável, os carnaubenses ficaram cognominados de "japoneses do Seridó".

Com os varões citados e sob a liderança do primeiro — Quincó da Ramada — o eleitorado daquele distrito sempre deu leal solidariedade política ao coronel Silvino Bezerra de Araújo Galvão, muito contribuindo para que ele, que foi o primeiro vice-governador do Estado na República, nunca perdesse durante cerca de 50 anos, uma eleição em Acari.

Mais um acontecimento de caráter político que não deixa de retratar a disposição constante da gente de Carnaúba, refletindo sempre o sentimento de amor à ordem e ao regime democrático, até expondo-se a sofrimentos: A ditadura encontrou como pessoa influente, politicamente, na povoação, o boníssimo cidadão João Cândido de Medeiros Filho. Pois bem: em certa noite, estando em sua casa com familiares e amigos, foi sua residência invadida por um grande destacamento da Polícia, o qual, sem motivo algum o prendeu e lhe vendou os olhos, o mesmo fazendo com Antônio Lopes Filho, João Soares, Sergio Gorgônio e João Batista, amigos seus que com ele palestravam. Os presos foram metidos num caminhão e assim, com os olhos vendados foram conduzidos para sítio longínquo, onde foram mantidos em seqüestro, e levados para Caicó, após dois dias. A verdade é que, infelizmente, naquela fase, a briosa Polícia, que sempre foi elemento de tranqüilidade, lamentavelmente fora infestada, enxertada de indivíduo recrutados no cangaceirismo de Estados vizinhos. Aliás, por esse triste acontecimento não pode ficar maculada a tradição gloriosa da força policial do Estado, de vez que ninguém esquece que ela varreu do território norte-grandense o amaldiçoado cangaceirismo de Lampião.

Os presos não tinham tomado qualquer atitude que justificasse esse brutal atentado. Eram, porém, como quase todo o povo de Carnaúba, anti-ditatorias. João Cândido, que era tio do atual prefeito municipal, dr. Anatólio Cândido ficou traumatizado, encaneceu em pouco tempo e viveu poucos anos mais, morreu aliás em conseqüência do choque sofrido. Reporto-me ao ocorrido, pois ele, ao meu ver, está preso à vida cívica dos carnaubenses e não deve ser omitido, sobretudo, porque estou falando perante este Instituto, que é o guardião da história.

Quando jurisdicionei a comarca de Acari, de 1920 (setembro) a 1923 (dezembro), presidi o júri a que, com dois corréus, respondeu uma mulher que foi mandante do assassinato do seu marido.

O crime, que foi premeditado e praticado com requinte de perversidade contra um cidadão laborioso e honrado, ocorreu a alguns quilômetros da cidade. A ré era filha de um carnaubense queridíssimo e o Conselho que proferiu o veredictum era consti-

tuído, quase em unanimidade, por habitantes de Carnaúba. Pois, mesmo assim, a criminosa foi condenada a mais de 20 anos de prisão, evidenciando-se a consciência dos jurados que, a despeito da estima que todos votavam ao pai angustiado, decidiram com louvado e absoluto espírito de justiça.

Daquele ano calamitoso de 1898, de seca total, a que me referi, narro um episódio de que foi protagonista um respeitável cidadão de barbas longas, brancas e espessas, — Henrique Rodrigues da Cunha — Henrique da Carnaúba, por mim visto então no Ingá, quando criança: Meu pai estava prestes a seguir para a cidade, a fim de presidir uma sessão da Intendência, quando ali chegou, de pés, aquele intendente, que explicou que, julgando não dever faltar à reunião da edilidade e não tendo nenhum animal para ir a cavalo, vez que todos os seus tinham morrido, por falta de forragem, vinha fazendo a viagem mesmo sem montaria. De sua residência para a sede da Intendência já tinha percorrido cerca de légua e meia e ainda teria que marchar calvando os pés. Dali, porém, lhe foi entregue um burro selado, no qual viajou alegremente com o seu amigo presidente, depois de um e outro terem bebericado gordo café. Era assim a mentalidade, a compreensão dos deveres cívicos dos carnaubenses. É de lembrar que, naquele tempo, nem os intendentes, nem os chefes do executivo municipal ganhavam qualquer remuneração, o contrário do que ocorre agora com prefeitos e vereadores.

Gravei tanto na memória aquele gesto do velho sertanejo, que a ele dediquei um soneto, que consta de folhas 33 a 34 do "Últimas Reminiscências", publicado em 1959. É este:

"INTENDENTE A PÉS DE CARNAÚBA A ACARI

Precedia entendimento,
Mas havia intransigência
Em se fazer a Intendência
Dos homens bons do momento.

Às vezes, certo elemento,
Sem riqueza e sapiência,
Por seu critério, descência,
Entre os edis tinha assento.

Vi passar para a cidade,
A pés e vindo de longe,
Varão barbudo, de idade.

Sem burro na sua herdade
Ia assim, tal qual um monge
À sessão da Edilidade”.

Senhores: No último cartão recebido de Adelmar Tavares, ex-presidente da Academia Brasileira de Letras e meu querido amigo e colega de formatura em Recife, dizia-me ele textualmente, bem próximo à sua sentida morte: “Abandonaste a lira, encostaste-a a algum canto? Nada disso, meu Silvino, lembra-te que ela é encanto na mocidade e consolação na velhice...” Referia-se aos meus sonetos de reminiscência, à minha modesta poesia, sobre a qual adiantou generosamente: “Tudo quanto se escreve com o coração, sai bom. E escreveste de coração”.

Certo que, digo eu, poesia não é propriamente música, mas todos sentimos que uma é irmã gêmea da outra. Assim, já quase octagenário, encerrando estas palavras, peço vênias para fazer um arremedo de paródia, utilizando-me do pensamento que contém aquela epístola amiga do príncipe dos trovadores brasileiros, o pranteado poeta Adelmar:

Na minha infância longínqua a música de Carnaúba, terra lendária de sertanejos de virtudes excepcionais, era um encanto para mim e para os adolescentes meus contemporâneos, e hoje, na memoração do nonagésimo quinto aniversário natalício do pranteado e grande compositor patricio Tonheca Dantas, evocando episódios de sua vida, as tocatas harmoniosas da banda de José Venancio, de que foi ele componente, lembrando as características da fibra de um povo cheio de virtudes, o faço como que matando saudades do passado, como real consolação.

As palavras ditas, de certo cansativas deste seletto auditório, do que me penitencio, reportam-se não somente ao nosso sertanejo, cuja revelação de talento, no cultivo da fascinante arte do imortal Carlos Gomes, empolgou a geração do seu tempo; mas também à sua gente, do scio da qual muitos se destacaram letras e alguns até pela coragem e pelo heroísmo.

É de assinalar, a propósito, que no presente há ainda descendentes vários de Caetano Dantas, o patriarca, em evidência na vida cultural do País. Na metrópole, por exemplo, é bem considerada entre os intelectuais, a inspirada poetisa Donatila Dantas, que tem nome no frontispício do prédio da biblioteca de livros preciosos que remeteu do Rio de Janeiro para leitura dos seus conterrâneos de Carnaúba dos Dantas, sua cidade natal, que, tendo visitado, certa vez, a ela dedicou soneto que assim termina:

“Carnaúba de gente cheia de bondade,
de longe, contemplo a tua bela paisagem,
olhando as estrelas EM ETERNA SAUDADE”.

E, honrando o Rio Grande do Norte, depois de administrar a Diocese de Caicó, é o atual bispo de Garanhuns, em Pernambuco, o Reverendíssimo Prelado Dom José Adelino Dantas, sacerdote virtuosíssimo e culto, um dos mais dignos membros do Episcopado Brasileiro e que, ali, está realizando grandes obras de assistência social e filantrópica.

Nesta mesma sala, é de recordar, os sócios deste Instituto, há anos já, quando Sua Excelência não era ainda príncipe da Igreja tiveram uma demonstração do seu profundo conhecimento das línguas clássicas, na oportunidade em que, estudando a personalidade saudosa do Cônego Estevam José Dantas, fez erudita apreciação do notável manuseio do latim na composição dos seus versos, dos versos do provector educador, frente aos do grande Horácio e outros insignes vates da época.

Quando à bravura dos carnaubenses, não são de esquecer os feitos do então alferes Ezequiel Medeiros, na guerra de Canudos. Faleceu major, e, quando eu acadêmico com ele convivi em Recife, onde servia na guarnição do Exército, tinha grande círculo de admiradores naquela cidade, conhecedores que eram dos seus atos de heroísmo e bravura contra os terríveis fanáticos de Antônio Conselheiro.

Faço, neste ensejo, ao ilustre presidente Enélio Petrovich, para o arquivo desta casa, as certidões de batismo e óbito de Tonheca, que obtive respectivamente do reverendo vigário da freguesia de Acari e do oficial do registro civil desta capital — meu distinto amigo Alfnio Azevedo — e uma cópia datilografada da oração proferida em 28 de outubro de 1928, por José Alberto Dantas, tio da poetisa Donatila Dantas e em que se contém úteis subsídios históricos sobre Carnaúba.

O Des. Silvino Bezerra leu o presente trabalho em 31-7-1965, na sessão comemorativa do 95.º aniversário de nascimento do consagrado compositor Antonio Pedro Dantas. O Des. Silvino Bezerra Neto faleceu em 17-02-1969. Era o 2.º vice-presidente do IHGRN.

RODOLPHO PONGETTI

WALTER WANDERLEY
(Sócio correspondente)

O telefone toca e do outro lado, Raimundo Nonato, sempre atento ao que ocorre lá no Rio, no Rio Grande do Norte ou em qualquer parte deste país e que nos diz respeito, dá a triste notícia: faleceu o nosso Rodolpho Pongetti e o sepultamento será hoje, às 10 horas, no Cemitério de São João Batista.

Mais um amigo que se vai. Editor de quase todos os livros de autores norte-rio-grandenses, revisor apressado e infatigável, ele conhecia nossa história, suas figuras, enfim, era um editor inteirado de tudo que se relacionasse com a terra potiguar. Foi o editor de todos os meus livros e de Raimundo Nonato. Pela desorganização chamávamos Pongetti de "Zé Vasconcelos", comparando-o a esse bom amigo de Mossoró.

Os Pongettis eram de descendência italiana. Viveram vários anos em Petrópolis, no giro da mercantilização, do comércio em geral. Depois, transferiram sua residência para o Rio de Janeiro. De início, exploraram os serviços de hotelaria, na antiga rua Larga, hoje Marechal Floriano. Mas, tinham na raça o sangue dos livros, a vitamina dos editores. Então, instalaram na Av. Mem de Sá, uma Editora, sob a razão social de Irmãos Pongetti Editores.

Ali, naquela casa situada na velha Lapa, no Rio antigo, faziam ponto de encontro, de reunião e de debates, os grandes escritores e homens de letras da época. Dirigiam a firma os irmãos Henrique, Rogério e Rodolpho. Edmar Morel, num depoimento afirmara que Rogério era o mais completo deles como editor. Eu e Nonato preferíamos Rodolpho.

A Editora Irmãos Pongetti fez imprimir grandes livros clássicos e edições famosas, por conta própria, com larga divulgação no país. Foram os tradutores e editores do livro *E O VENTO LEVOU...*, chamado de “Livro da Casa da Moeda”, com numerosas edições.

Depois, mudariam sua Editora para o lado do Varongo,, bairro da Saúde, na rua Sacadura Cabral n. 240-A e, ali, instalariam nova e grande editora. Foi nessa casa que entrei pela primeira vez, em 1966, pelas mãos de Raimundo Nonato, levando os originais do *FAMÍLIA WANDERLEY*. Rodolpho era o amigo cordial e bom, pois escreveu até as “orelhas” de meu livro, *As Palavras*.

A Amizade e o Tempo. Cerca de dez livros meus foram publicados pela Editora Pongetti, assim como os de Raimundo Nonato. Só saímos de lá quando vendeu a Editora. Deixou-nos a impressão de um homem essencialmente bom, amigo, sem maior ambição de lucro, fazendo questão de publicar sempre nossos livros com a chancela de sua Editora, razão porque, por mais de 25 anos, foi o editor preferido pelo escritor Raimundo Nonato, que o chamava de papa-jerimum e que um dia iria merecer uma estátua de queijo de manteiga, como aqueles que lhe mandava Artéfio Bezerra, de Serra Negra, quando publicou seu livro, *Memórias de Um Sertanejo*.

Rodolpho Pongetti foi mesmo o editor do Rio Grande do Norte, publicando livros de Raimundo Nonato, José Augusto Bezerra de Medeiros, Vingt-Un Rosado, Luís da Câmara Cascudo, Esmeraldo Siquiera, Manuel Rodrigues de Melo, Enélio Petrovich, José Bezerra Gomes (o romancista), José de Vasconcelos (memórias publicadas pelos filhos), Jerônimo Rosado (livro de memórias publicadas pela família), Walter Wanderley e tantos outros. E de instituições como a Academia Norte-rio-grandense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Biblioteca Municipal de Mossoró, só para lembrar o que me vem a mente no momento.

Certa vez, Raimundo Nonato levou o jornalista Lauro da Escóssia à Editora Pongetti, no Rio. Lauro entrou no interior da casa, mexeu nos tipos, conversou com os operários, falou com Rodolpho, apresentado que foi desta maneira: “este é o José de Vasconcelos daqui”. Viu a máquina impressora, salvo engano uma *MARINONI* do ano de 1906, talvez mais velha que a impressora de *O MOSSOROENSE*. À saída, Lauro disse a Nonato: “Você me proporcionou a maior visita que eu poderia fazer no Rio de Janeiro. Estou com o coração em frangalho. Um mulambo...”

Pedi a Raimundo Nonato que levasse uma braçada de rosas, em nosso nome, em nome do Rio Grande do Norte e a deixasse sobre o caixão desse grande amigo que se foi. Era o nosso adeus, a nossa despedida ao bom Rodolpho, falecido aos dezoito dias deste mês de outubro. Morreu serenamente, como sempre viveu.

(Belo Horizonte, 19.10.77)

OS PIONEIROS DO ESCOTISMO POTIGUAR

VERISIMO OSIMILIO

(Rio de Janeiro)

O Rio Grande do Norte, terra de pioneiros, também de pioneiros do Escotismo. Foi lá que nasceu o primeiro grupo escoteiro, o Grupo Escoteiro de Natal, em 1914, sob a liderança de Raimundo Nonato, o primeiro chefe escoteiro do Brasil.

No Brasil, o primeiro grupo escoteiro nasceu em Natal, sob a liderança de Raimundo Nonato, em 1914. Foi lá que nasceu o primeiro grupo escoteiro do Brasil, o Grupo Escoteiro de Natal, em 1914, sob a liderança de Raimundo Nonato, o primeiro chefe escoteiro do Brasil.

Em 1914, o primeiro grupo escoteiro do Brasil nasceu em Natal, sob a liderança de Raimundo Nonato, o primeiro chefe escoteiro do Brasil. Foi lá que nasceu o primeiro grupo escoteiro do Brasil, o Grupo Escoteiro de Natal, em 1914, sob a liderança de Raimundo Nonato, o primeiro chefe escoteiro do Brasil.

OS PIONEIROS DO ESCOTISMO POTIGUAR

VERÍSSIMO DE MELO

(Sócio Efetivo)

O Escotismo, organização infanto-juvenil de educação física, moral e cívica, que se estendeu pelo mundo inteiro, foi fundado, na Inglaterra, no começo do século, pelo General Sir Robert Baden-Powell, no seu regresso da guerra contra os "boers", no Transvaal (África do Sul).

No Brasil, quem tomou a iniciativa foi o imortal poeta Olavo Bilac, na Liga de Defesa Nacional, o que se confirma com a seguinte carta, endereçada ao vice-governador de nosso Estado, dr. Henrique Castriciano de Sousa, um dos fundadores da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e irmão da notável poetisa Auta de Sousa:

"Rio de Janeiro, 21 de junho de 1916. Prezado amigo Henrique Castriciano. Venho lembrar e pedir à sua bela alma de brasileiro um grande serviço: a criação no Rio Grande do Norte de batalhões de escoteiros. Em São Paulo já temos 8.000 escoteiros; no Rio Grande do Sul, 2.000; na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná, em Santa Catarina a organização está encetada. Agite, levante, sustente no Rio Grande do Norte a idéa. Fale ao ilustre dr. Ponciano Barbosa, a todos os seus amigos, inflame e entusiasme a imprensa, os poetas, todos os homens de fé; promova conferências e artigos de jornais; e seja o diretor e fundador da instituição. Peço-lhe entretanto que, na propaganda, cale a minha sugestão e o meu nome, porque é preciso que a idéia parta, ao mesmo tempo, de várias almas e de várias energias. É indispensável que, no Rio, em 7 de setembro de 1922, centenário da Independência, haja

uma parada de 10.000 escoteiros brasileiros, de todos os Estados. Abraços fraternais do seu velho admirador e amigo, OLAVO BILAC”.

Henrique Castriciano contou logo com a eficiente colaboração do comandante Antônio Afonso Monteiro Chaves, da Escola de Aprendizes Marinheiros e do professor Luís Correia Soares de Araújo, diretor do Grupo Escola Frei Miguelinho. Algumas personalidades do meio social e político, como os drs. Antônio de Sousa, Manoel Dantas, Moisés Soares, Sebastião Fernandes, Nestor Lima e coronéis Pedro Soares e Francisco Cascudo passaram, então a integrar a Diretoria da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOTEIROS DO RIO GRANDE DO NORTE, que se filiou à Associação Brasileira de Escoteiros, com sede em São Paulo. Após vários meses em organização, foi a entidade norte-rio-grandense oficialmente fundada ao desfilar os escoteiros, pelas ruas de Natal, na tarde de 24 de junho de 1917, para o juramento à Bandeira, na praça Sete de Setembro. O fardamento e o material para exercícios tinham vindo da Inglaterra.

As primeiras reuniões dos escoteiros se realizaram no próprio sítio do dr. Castriciano, na esquina da rua Jundiá com a avenida Prudente de Moraes. Em seguida, na residência de Monteiro Chaves, à rua José de Alencar, em terreno hoje incorporado ao Colégio Santo Antônio, dos Irmãos Maristas, na rua Apodi. Por fim na nova morada desse saudoso militar, um casarão situado na esquina da avenida Deodoro com a praça Pio X (atualmente no local está o Cine Rio Grande) e cujo quintal se estendia até a avenida Floriano Peixoto.

O posto de escoteiro-chefe foi entregue ao jovem Eider Gomes Ribeiro, agora funcionário aposentado do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro, e major da Reserva do Exército, sobrinho do falecido General João Gomes Ribeiro Filho, que foi Ministro da Guerra. Como subchefes atuavam Ararí Brito e Solon Aranha. Entre os escoteiros, havia também guias e monitores e uma banda marcial. Às quintas-feiras, Henrique Castriciano fazia palestras sobre temas do livro “Leituras Militares”, de Osório Duque Estrada. Os escoteiros acampavam, vez por outra, nos arredores de Natal, naquele tempo com pouco mais de vinte mil habitantes.

A Associação encerrou suas atividades em meados de 1919, com a transferência, para o sul do País, do comandante Chaves.

Coube a Luís Soares prosseguir na obra educativa e patriótica, ao fundar, em 14 de julho daquele ano, a Associação de Escoteiros do Alecrim, que sobrevive incorporada à atual organização

regional do Escotismo. Trouxe, como escoteiro-chefe Jurandir Sitáro da Costa, da extinta Associação, que funcionava na Cidade Alta. Luís Soares, que se tornaria, até o fim da vida, o maior animador do Escotismo no Estado, conseguiu também realizar uma coisa muito rara no mundo: dirigir, durante cinqüenta e quatro anos (1913-1967), o mesmo estabelecimento de ensino oficial, no bairro do Alecrim.

No Rio de Janeiro, de dez em dez anos, os antigos escoteiros ali residentes mandam celebrar missa pelos fundadores, de 1917, e companheiros falecidos e participam, em seguida, de almoço de confraternização.

Decorridos sessenta anos, queremos deixar aqui registrados os nomes dos 148 escoteiros que integraram a primeira entidade, conforme pesquisas em documentos e papéis que fizeram parte do arquivo particular do senador Eloi Castriciano de Sousa, completados por dados e informações seguras de escoteiros sobreviventes:

Falecidos (75): Abel Viana, Adamastor Pinto, Aluísio Macedo, Alzir Leal, Amaro Cordeiro, Amaro Marinho, Antônio Pádua Siqueira, Antônio de Sousa, Aprígio França, Ararí Brito, Ararí Silva, Arnaldo Capistrano, Carlos Bahia, Carlos Farache, Cincinato Chaves, Clotário Gomes, Demétrio Viveiros, Deusdedit Couto, Djesu Couto, Diomedes Tinôco, Edésio Sales, Eloi da Câmara, Erasmo de Paula, Francisco Leite, Francisco Véras Bezerra, Frederico Murinho Braga, Gabriel Pinto, Gabriel Varela, Garibaldi Romano, Gilberto Aranha, Godofredo Câmara, Heráclio Fernandes, Heráclio Soares, Jairo Leandro, João Estelita Maciel, João Batista Neto, João Onésimo, Joaquim César, Joaquim Ramos, José Bigóis, José F. China, José Farache Filho, José Hipólito, José Jannino, José Maurício, José Pinto Júnior, José Wanderley, Lauro Bigóis, Luís de Castro Cortez, Luís Queiroz, Luís Seabra, Luciano Garcia, Manoel Lustosa, Manoel Vitorino Melo, Mário Paiva, Mário Veiga, Miguel Ferreira, Milton Fagundes, Natanael Soares, Nelson Fernandes, Orestes Silva, Orlando Freire, Oscar Vilar Raposo, Paulo Bakker, Pedro Cavalcanti Albuquerque Filho, Pedro Odilon Garcia, Raimundo Freire, Ramiro Rocha, Ranilson de Almeida, Raul Soares, Solon Queiroz, Vicente Farache, Waldemar Chaves, Waldemar de Almeida e Wilson Costa.

Não localizados, nesta data: Albertino Lisboa, Antônio Damasceno, Antônio Fernandes, Antônio Santos, Augusto Lago, Carlos Andrade, Carlos Segundo, Ciro Silva, Emiliano Borges, Francisco Alvares França, Francisco Sales Araújo, Francisco Vieira, João Alfredo Costa, João Gualberto Marinho, João Pereira, José Sabino

Dantas, Júlio Carvalho, Leonel Chaves, Luís Carvalho, Luís Leite, Manoel Leite, Pedro Celestino, Pedro Dantas, Raimundo N. Nobre, Ronald Baird, Severino Lima, Severino Maciel, Teodomiro Lemos e Waldyr Fernandes (29).

Sobreviventes (44): Agobar Coelho (Rio), Aguinaldo Tinôco (Natal), Almir Leal (Teresópolis, RJ.), Aluísio Câmara (Rio), Antônio Moraes Albuquerque (Natal), Batista Pinto (Rio), Cristóvão Romano (Rio), Edgar Carrilho (Rio), Edgar Siqueira (Olinda, PE), Edison Hipólito (Rio), Eider Ribeiro (Rio), Enéas Pontes (Natal), Fernando Araújo (Natal), Gil Soares (Rio), Humberto Lustosa (Natal), Jaime Galvão (Natal), João Batista Leandro (Natal), João Tinôco Filho (Natal), José Alves Pessoa (Amapá), José Gomes Ribeiro Filho (Rio), Jorge Romano (Natal), Jurandir Costa (Natal), Lauro Freire (Rio), Lauro Pinto (Natal), Luís Lampréia (Recife), Marciano Freire (Rio), Mário Gurgel (Natal), Nilo Lustosa (Rio), Olavro Freitas (Natal), Omar Lopes Cardoso (Natal), Orlando Luz (Natal), Otávio Pinto (Rio), Paulo A. Nascimento (S. Vicente, SP), Paulo Lira (Natal), Pedro Meira e Sá (Rio), Reginaldo Fernandes (Rio), Renato Wanderley (Rio), Robinson Silva (Natal), Rubens Benevides (São Paulo), Sebastião Ferreira (Rio), Silas Nobre (Natal), Solon Aranha (Natal), Waldemar Junqueira (Natal) e Antônio Farache (Natal).

Resta esperar que os governos fundem, desenvolvam, amparem e subvencionem, nas escolas, para alunos entre sete e quatorze anos, os grupos de escoteiros, pois a instituição sempre soube cuidar muito bem da saúde do corpo e do espírito.

Natal, junho de 1977.

A REVOLUÇÃO DE 1935 — 1.^a PARTE: RIO GRANDE DO NORTE

ROBERT M. LEVINE

(Colaborador)

O Rio Grande do Norte, como os outros estados do nordeste brasileiro, caiu no esquecimento desde o declínio da cultura de cana-de-açúcar, no final do século XVII. O algodão que agora era sua colheita principal, trouxe pouco lucro, já que os métodos de agricultura eram atrasados, os meios de transporte interno terrivelmente inadequados e os preços de algodão excessivamente baixos. Totalmente não industrial, Natal subsistia do comércio e de um exagerado número de funcionários públicos. Uma constante emigração do estado e um alto índice de mortalidade infantil fizeram com que houvesse apenas um crescimento mínimo da população, apesar da região apresentar um índice normal de natalidade.

Facilidades educacionais faltavam. Apenas os filhos da elite recebiam mais do que as noções rudimentares da escola; através do censo escolar de 1920 descobriu-se que 81% dos 547.000 habitantes do Rio Grande do Norte eram analfabetos. A Igreja ofereceu uma fachada moral, mas ficou enfraquecida por apatia e especialmente em áreas rurais, por empobrecimento. A vida urbana era principalmente conservadora na maneira tradicional de cidade pequena brasileira.

A Oligarquia, que governava o estado, formada de homens de negócios, donos de terras e profissionais, foi consolidada por gerações de casamentos entre mesmas famílias. Esse grupo se opôs à revolução de 1930; foi divergido do poder político quando o regime de Vargas elegeu uma série de tenentes secundários como

interventores para administrar o estado depois de 1930. Dois anos depois, a oligarquia não somente aplaudiu a revolta paulista, mas soube-se, que ela enviou sertanejos a São Paulo para se alistarem como mercenários contra as forças federais.

Em fevereiro de 1933, elementos da oligarquia fundaram o Partido Popular (P. P.), como um instrumento para uma eventual retomada do poder. O partido foi fundado pelo ex-senador José Augusto Bezerra de Medeiros, um velho aliado de Washington Luís, agindo de acordo com o ex-governador Juvenal Lamartine, Aldo Fernandes, Rafael Fernandes e o Coronel Dinarte Mariz. Ostensivamente, o P. P. representava o liberalismo clássico e um mercado avanço progressista. Sua plataforma reclamava uma autonomia municipal, o voto secreto, sufrágio feminino, reforma agrária, crédito agrário, liberdade de reunião, educação pública gratuita, proteção de propriedade e garantias constitucionais dos direitos civis. Mas, na prática, o programa foi inteiramente ignorado. O partido de José Augusto programava apenas a volta ao "status quo" da época pré-1930.

A situação no Rio Grande do Norte começou a atrair a atenção do governo federal em maio de 1933, quando três dos quatro candidatos do P. P. foram eleitos para a assembléia nacional constituinte. Em junho, Vargas resolveu incluir Natal na agenda de sua viagem ao Nordeste, marcada para o final daquele ano. Em julho, ele nomeou como interventor Mário Leonardo Pereira da Câmara, um rico potiguar, figura política, cuja orientação embora fosse conservadora era também pró Vargas. A escolha de Câmara que era íntimo amigo de Vargas, fez com que se acusasse o governo federal de se meter nas políticas locais.

Na verdade era esse o caso. Mas Vargas estava ocupado com problemas maiores em 1933, incluindo intransigências de vários governadores de Estado e uma profunda dissensão na sua Aliança Liberal. O presidente encontrou perturbação da ordem ao longo de quase toda a sua viagem. Além do mais, quando chegou em Natal, a súbita morte do governador de Minas Gerais provocou uma grande crise por causa da sucessão e então foi ele obrigado a deixar Câmara a seus próprios caprichos, por um certo tempo.

A posição de Câmara era difícil. Em contraste com seus predecessores neutrais no Estado, depois de 1930, Câmara era um inimigo declarado de José Augusto. Sua posição foi enfraquecida, em seguida por ataques de uma segunda facção no estado, hostil tanto a Vargas quanto ao PP. Foi encabeçada pelo deputado federal João Café Filho, um líder articulado, identificado com as causas sindicalistas e liberdades civis e chamado de comunista por seus muitos inimigos.

Acusações mútuas de abusos e terrorismo mesquinho elevaram as tensões no estado. Quando Câmara visitou o Presidente na sua residência de verão, em Petrópolis, começando em janeiro de 1934, foi ele acusado de ser um penhor do regime de Vargas. Na sua volta, ele intensificou sua tentativa de consolidação do poder político no Rio Grande do Norte.

No começo de 1934, os dois grupos iniciaram negociações de armistício numa tentativa final de antecipar uma irreparável ruptura. Câmara escreveu para Vargas, em maio, que as propostas para a criação de um terceiro partido político, a ser disputado conjuntamente por elementos de ambos os grupos antagonistas, provou ser impraticável; uma contraproposta também havia sido rejeitada. Enquanto que negociações adicionais continuavam através dos bons officios de Juarez Távora e membros da família de Fernandes, Câmara comunicou a Vargas que providências também haviam sido tomadas, para ganhar apoio adicional entre os elementos da política local, interessada em manter o P.P. fora do poder.

Em junho, Juarez telegrafou a Câmara que os seus esforços haviam terminado num fracasso. Ataques do PP através de seu jornal *A Razão* eram tão violentos então que Câmara teve que aliar-se com seu antigo adversário, Café Filho. Em agosto, reportou ele a Vargas que o ex-deputado do PP, Francisco Veras, havia fundado o Partido Social Democrático (PSD) em seu nome e que o Partido Social Nacionalista (PSN), de Café Filho, iria aliar-se com o novo grupo. O novo arranjo descreveu ele, não representava uma fusão mas somente a "convergência tática de duas forças com objetivos similares". O novo bloco Câmara-Café Filho foi batizado de Aliança Social (AS).

Pouca diferença havia entre os dois grupos quer socialmente ou ideologicamente. À situação, um participante disse mais tarde: simplesmente representava a "polarização de forças políticas... dentro e fora do poder". Ambos os grupos eram formados de donos de terras, homens de negócios da classe média, oficiais do governo e profissionais. Embora a classe média favorecesse mais a Câmara do que ao mais elitico PP não há evidência que a massa da população, da qual mais de 90% ficou privada dos direitos civis por lei, não prestava muita atenção a política do estado.

Com a AS aparentemente em firme controle no fim de 1934, o regime de Vargas nada fez para impedir as eleições do estado, marcadas para o ano seguinte, na qual, deputados seriam eleitos para a assembléia constituinte do Estado, para a escolha de um governador, de acordo com as disposições da constituição de 1934. O PP escolheu Rafael Fernandes, um médico rico como seu candidato;

Câmara e os líderes da A. S. reuniram-se a 20 de outubro com a finalidade de discutir a possibilidade de impedir a inauguração. Foram dissuadidos de agir por causa de informes de que o 21.º B. C. permanecera firme e Vargas provavelmente não interferiria. Essa opinião ficou fortalecida quando o General Manoel Rabello, o comandante da 7a. Região Militar de Recife, visitou o Rio Grande do Norte durante a semana de 24 de outubro. Câmara embarcou para o Rio mas não antes que atirassem sobre sua companhia antes do embarque. Fernandes fez o juramento a 29 de outubro. Tropas governamentais incluindo um destacamento do 22.º B. C. da Paraíba guardavam a cerimônia; as tropas haviam acompanhado os deputados do PP de volta ao Rio Grande do Norte de onde fugiram por medo de violências, depois das eleições.

O novo governador rapidamente tentou reestabelecer o controle de seu partido no Estado. Segundo o exemplo anterior de Câmara, ele despediu dezenas de oficiais do governo de seus postos. Ele suspendeu todas as obras públicas de Câmara, incluindo a construção de trinta escolas elementares e desocupou os seus operários. Num ato apressado que traria conseqüências imprevisíveis, despediu ele, aproximadamente, quatrocentos e vinte membros da Guarda Civil sem aviso prévio ou compensação. A Guarda, declarou ele, havia sido um instrumento da autoridade de Câmara.

Os guardas desocupados incapazes de encontrar emprego para sustentar suas famílias, vagavam pelas ruas sem destino. Num descuido Fernandes havia se esquecido de retirar seus rifles. Mas ele apertou seu controle da polícia, inaugurou uma nova agência de segurança para lidar com uma possível intranqüilidade e declarou através de **A Razão** que "o governo está equipado e bastante forte para suprimir qualquer tentativa de distúrbio da ordem".

Em 1935, o público brasileiro ficou ciente do extremismo político em seu meio. Violentas lutas entre integralistas e antifascistas tornaram-se cabeçalhos de jornais, deram as autoridades federais um pretexto para o fechamento da frente popular ANL e forneceram aos políticos uma oportunidade para atacar ideologias estrangeiras, especialmente o comunismo soviético. No Rio Grande do Norte, ambos a ANL e os grupos integralistas AIB operaram os centros de propaganda assim como o fizeram um pequeno grupo clandestino do partido comunista (PCB). Destes, os integralistas eram os que tiveram maior influência. O folclorista Luís da Câmara Cascudo, o historiador líder do Estado e figura intelectual, conduziu o grupo de Natal. Outros membros proeminentes incluem o diretor de **A Ordem**, o jornal da diocese católica, o acadêmico Manoel Rodrigues de Melo; o Padre Walfredo Gurgel, mais tarde governador; jurista Miguel Seabra Fagundes e o advogado Hélio

a AS apoiou Câmara. Ambos os grupos enviaram caravanas de oradores dos partidos para o interior, parando de cidade em cidade e pregando na gíria política do século XIX aos sertanejos embevecidos. No lado negativo, um número crescente de atos violentos foram reportados; entre outros incidentes no interior, oficiais foram espancados e um chefe municipal do PP foi morto.

Câmara usou prerrogativas de seu poder de toda a maneira possível. Oficiais públicos suspeitos de deslealdade eram sumariamente despedidos, incluindo 20 oficiais da polícia estadual e um certo número de prefeitos locais. O PP acusou a administração de Câmara de mandar vir trens carregados de jagunços e outros indesejáveis para completar as fileiras da Guarda Civil de Natal. Informações sobre perseguições aos partidários do PP feitas por agentes de Câmara são impressionantemente documentadas nas fontes do PP.

Câmara manteve uma firme correspondência durante a campanha com os oficiais federais, pedindo assistência e culpando o PP pela crescente intranquilidade. O governador de Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, visitou Natal no fim de setembro; depois de uma viagem de inspeção aconselhou ele a Vargas retirar alguns oficiais do batalhão local de artilharia, o 21º B.C., declaradamente simpatizante com as forças reacionárias a Vargas e suspeitos de estarem envolvidos numa conspiração militar que procurou derrubar o governo federal, em março de 1935. Os oficiais foram removidos e o oficial comandante do batalhão foi substituído.

Ao se aproximarem as eleições, Câmara permanecia otimista exteriormente, mas, secretamente ficou céptico. Seu irmão escreveu uma carta para o Presidente no dia 7 de outubro, pedindo o cancelamento das eleições, a nomeação de Mário para o cargo de juiz no Tribunal de Contas e que o Magistrado Elviro Carrilho ou um outro candidato de compromisso fosse nomeado interventor. Por sua vez, a oposição ficaria pacificada com um ou dois assentos no senado federal. Embora a proposta tenha sido desprezada, eleitores para a escolha de Carrilho substituíram aqueles para a escolha de Câmara na votação, provavelmente por causa de algumas technicalidades.

A guerra civil quase que irrompeu no Estado, no dia 14 de outubro, dia das eleições. Ambos os lados declararam-se vitoriosos mas finalmente depois de hostilidades continuadas, o Tribunal Federal Eleitoral nomeou Rafael Fernandes o vencedor numa margem de 14 por 11 deputados estaduais eleitos.

Galvão. O número total de membros atingiu talvez a algumas centenas, a maioria formada de homens de negócio, profissionais e estudantes.

A ANL do Estado, fundado em abril de 1935, nunca atraiu mais do que umas dezenas de aderentes, a maioria dos quais não eram comunistas. Ela imprimiu e distribuiu folhetos de seu minúsculo centro que ficava em cima de uma loja na cidade de Natal, e organizou grupos de frente antifascistas de curta duração, incluindo a União Feminina do Brasil (UFB) e a Liga para as Liberdades Populares (LPLP). Bases foram estabelecidas no interior, onde agitavam contra o integralismo, em favor da reforma agrária e organização sindicalista e depois de julho para a restauração do status legal. Também divulgavam propaganda entre os soldados do 21.º B. C., dando atenção especial a oficiais particulares ou que não tivessem patente militar.

O clímax do ano para a ANL foi a chegada de sua caravana nacional a 9 de julho. Oradores incluíam o secretário geral Roberto Sissón, o líder estudantil Ivan Pedro Martins e Lydia Freitas da UFB. A reunião estava marcada em frente ao palácio do governador e foi assistida por uma pequena multidão; a caravana então partiu para o Ceará. De acordo com Sissón, descobriu ele, chegando em Natal que o diretório estadual havia sido tomado pelos comunistas e medidas haviam sido tomadas para expulsá-los. No entanto, quando a caravana atingiu a próxima parada recebeu ele um telegrama que informava haverem os comunistas retomado o controle. O fechamento da ANL alguns dias mais tarde, através do Brasil deixou apenas seus elementos comunistas interessados, para continuar a organização. Depois de julho a ANL funcionou apenas como uma extensão da atividade do PCB.

Durante a campanha de eleição estadual, a ANL atacou indiscriminadamente tanto aos blocos de Fernandes quanto ao de Câmara-Café Filho. No entanto, era mais severa contra Câmara, acusando-o de hipocrisia por aceitar uma base de apoio mais extensa que o PP, embora ainda sustentando idéias reacionárias. A circular descreveu o PP e AS como "aglomerações heterogêneas... dos elementos mais reacionários (na sociedade potyguar) desde os feudais donos de terras até os... trabalhadores enganados e... míseros burgueses que ainda estão convencidos que é possível resolver a miséria e fome reinantes com insignificantes reformas dentro da presente ordem imperialista e feudal".

A obra da esquerda declarava a circular, consistia em mascarar Câmara e promover uma frente unida de trabalhadores, lavradores e regulares do partido comunista. O poder não deverá

ser tomado por um golpe militar, concluía a circular, mas através de uma mobilização espontânea da população inteira. "Somente a força das massas irá garantir a execução de nosso programa".

Foi frequentemente dito mais tarde que a influência comunista havia florescido no interior do Estado desde o começo da intervenção de Câmara. Greves eram freqüentes, desde 1933 até 1935, mas é impossível precisar o grau de participação comunista ou da ANL. A luta contra autoridade no vale de Açú-Mossoró, foi atribuída à agitação comunista e no entanto, mesmo o cronista conservador da região, Rodrigues de Melo, admite que o desespero econômico tinha tanto a ver com a intranqüilidade reinante quanto à ideologia marxista.

O comunismo foi também culpado pelas greves trágicas entre os ferroviários da Great Western e Central do Rio Grando do Norte, embora estes claramente tivessem pouco conteúdo ideológico. Apenas um punhado de agentes do PCB estavam realmente nos locais quando as greves começavam. Todavia, o PP ganhou grande poder político atacando a Câmara por inatividade, culpando o Estado de ter se transformado num "paraíso para o comunismo" e num "verdadeiro quartel de Moscou" durante o seu governo. Aqueles que defendiam a organização do trabalho eram atacados por suas "opiniões exóticas", enquanto que uma marcha de protesto contra o regime de Fernandes, no vale Jaguaribe-Mirim, feita pelo coronel Balthazar Meirelles e trezentos sertanejos, foi denominada de "aventura comunista". De outro lado, poucos no poder levaram a esquerda bastante a sério para impedir a sua atividade. Informações de colaborações amigáveis entre comunistas e oficiais do governo foram propagadas.

Às 7,30 horas de sábado à noite, do dia 23 de novembro de 1935, o Governador Rafael Fernandes e seus colaboradores, juntos com muitos outros cidadãos importantes de Natal, estavam sentados no Teatro Carlos Gomes, assistindo a uma festa de colação de grau do Colégio Santo Antônio. Tiros soaram nas ruas próximas. O programa vacilou por um momento e depois continuou, mas, quando um grupo de homens armados se aproximou do teatro e ficou do lado de fora, membros do auditório rapidamente saíram. Para prevenir o pânico, o governador se levantou pedindo que os discursos terminassem e que a orquestra começasse a tocar. Mas o público continuou a fugir do teatro, procurando refúgio em casas vizinhas. Fernandes e seu partido fugiu para a casa de Xavier de Miranda, um amigo íntimo. O seu grupo permaneceu lá, toda à noite, durante a qual, se ouviu tiros esporádicos. No dia seguinte, depois de receber informações sobre a insurreição, o partido oficial transferiu-se para o consulado chileno aonde foram asilados e de Fato cederam o governo aos rebeldes.

Pouco antes dos eventos no teatro, um pequeno grupo de soldados rebeldes, guiados pelo Sargento Eliziel Diniz Henriques, pelo músico Quintinho Clemente de Barros e por Waldemar Coelho, tomou o quartel do 21.º B. C. Em nome da ANL eles prenderam o oficial do dia e capturaram a unidade do arsenal. A maioria dos outros soldados estava fora do quartel por causa do fim de semana e aos recrutas que ficaram foi contado que o levante fazia parte de um movimento do exército, para impor o General Góes Monteiro como ditador nacional.

Juntando suas forças, os rebeldes foram para as ruas onde a eles se juntaram os membros armados da Guarda Civil, soldados adicionais e civis. Gritavam epítetos contra Vargas, contra o regime de Fernandes e vivas ao exército, ao 21.º B. C., a ANL e a Luís Carlos Prestes. A multidão aproximou-se dos quartéis da Polícia Militar. Apesar das forças superiores e do elemento surpresa os atacantes tinham que sitiá-lo por 19 horas, antes que os seus defensores esgotassem suas munições e se rendessem no fim da tarde de domingo. Com a prisão do chefe de polícia, João Medeiros Filho, na noite anterior, nenhuma autoridade oficial agora estava no caminho dos rebeldes. Notícias sobre a vitória foram irradiadas para os Estados vizinhos. Para antecipar a invasão, medidas foram tomadas para cortar as comunicações e impedir o tráfego para Natal.

A cidade estava num caos no domingo de manhã. Civis saquearam o quartel do 21.º B. C. que havia sido abandonado; estivadores, jovens rapazes e malandros vagavam pelas ruas com uniformes militares, pilhando lojas e casas e aterrorizando os passantes. Famílias ricas com medo da violência fugiram para os limites da cidade e procuraram asilo a bordo de dois ou três navios mexicanos de guerra, que estavam ancorados no porto. Enquanto que a força rebelde total, provavelmente, nunca excedeu trezentos homens, violentos rumores e um medo cego paralizou a vida normal.

Não é sabido a data, na qual o PCB formalmente entrou na rebelião que se originou simplesmente como um levante de quartel. Mais tarde foi descoberto que apesar das declarações anteriores em contrário, o PCB havia planejado um enorme levante nacional para o fim do ano. O chefe da polícia de segurança federal, Capitão Miranda Corrêa alegadamente sabia desses planos e estava esperando até o início de dezembro para sufocar o levante. Mas, em Natal, a maioria dos agentes comunistas, com exceção daqueles dentro do 21.º BC foram apanhados de surpresa. "Santa", um membro do partido, numa carta dirigida ao comitê central do PCB no Rio, depois da revolta, reclamou que:

O movimento começou erroneamente no dia 23. O comitê regional do PCB reuniu-se no mesmo dia das 9 às 2 da tarde... nós discutimos vários assuntos mas não o levante... Nós havíamos sido simplesmente informados que este setor estava "bem-animado"... Depois do encontro, às 3 horas, Quintinho me contou...

Evitando o palácio do governador, no centro da cidade, os rebeldes se estabeleceram na Vila Cincinato, um quartel auxiliar do governo. No domingo de manhã, anunciaram a formação de um comitê revolucionário (CR) ou junta. O primeiro depoimento público clamava que revoltas simpatizantes haviam irrompido no Estado e no 29.º BC em Recife. Simultaneamente, decretavam a dissolução do governo de Fernandes e a assembléia constituinte do Estado. Grupos de soldados foram enviados para patrulhar as ruas e assegurar a ordem.

Mas rumores de que a revolta havia sido isolada foram espalhados: o CR inclusive os identificou em um decreto, pedindo calma e restrição. Imprimiu um jornal revolucionário, **A Liberdade** (baseado no jornal requisitado **A Ordem**), reportando vitórias esmagadoras em João Pessoa, Recife, e São Paulo. Um membro da junta telegrafou para um compatriota na cidade de Acáu: "A revolução de Luís Carlos Prestes está triunfante; as bravas forças navais(!) juntaram-se ao movimento". Não se sabe se estas informações receberam crédito.

Embora as decisões importantes eram feitas pelo CR em conjunto com Quintinho, Diniz e um misterioso comunista identificado somente como "Bluche", a junta sozinha representava a rebelião ao público. Era um grupo estranho para um corpo revolucionário. De seus quatro membros, apenas um, José (Zé) Praxedes de Andrade, um mulato de baixa estatura e um sapateiro de profissão eram da classe operária. Praxedes era o Ministro de Provisões do CR. Depois de perdida a revolução ele fugiu e nunca foi visto de novo.

O Ministro do Interior era Lauro Cortês Lago, um homem de 36 anos, bem educado e velho amigo de Mário Câmara. Lago, um antigo oficial da polícia estadual, de João Medeiros Filho, havia sido também diretor da prisão estadual. Quando Lago foi preso mais tarde, admitiu cumplicidade na rebelião mas negou ter quaisquer ideologias extremistas, já que segundo ele, vinha de uma família católica tradicional. Um dos parentes de sua mãe, informou ele no interrogatório da polícia, havia sido um sacerdote "um verdadeiro santo".

José Macedo, chefe dos Correios e Telégrafos estadual, tanto sob o regime de Câmara como sob o de Fernandes, foi o Ministro das Finanças do CR. Café Filho o chamou de "o perfeito tipo de burguês inocente", referindo-se ao seu "estômago estufado...". Roupas de acordo com a moda, bengala curvada e charutos caros. João Baptista Galvão, o corpulento Ministro de Obras públicas foi denominado de "Papai Noel" por seus amigos. Era casado com a sobrinha do ex-governador Juvenal Lamartine e assim se tornou um parente de José Augusto do PP. Galvão alegadamente foi o fundador do PCB estadual mas nunca foi um participante ativo.

O CR restaurou o serviço de bondes, nos domingos à tarde e reduziu os preços das passagens numa tentativa de ganhar a confiança do público. Reduziu o preço do pão a cem réis. Coletores de impostos foram apreendidos e seus arquivos destruídos. O CR pagava à vista ou dava certificados provisórios para toda comida e material requisitado; dinheiro era apropriado para pagar aos trabalhadores gráficos por serviços prestados. Desesperadamente, tentando restaurar a vida normal, a junta pediu aos comerciantes para abrir seus negócios na segunda-feira; esforços foram feitos para controlar a pilhagem esporádica que ainda estava ocorrendo. Nenhum integralista foi ferido embora o quartel da AIB tenha sido destruído. Nenhum padre foi molestado. No domingo, à tarde, o CR distribuiu milhares de folhetos, alguns caíram do ar, implorando a cidade a voltar a ordem.

Mas a juntatinha pouco controle sobre alguns dos excessos cometidos na cidade. Durante os quatro dias em que o CR dominava, um observador anotou, Natal parecia um carnaval revolucionário. Bandos de vagabundos roubavam charutos e whiskys. Pilhavam largamente — as agências da Ford e Chevrolet, onde dinheiro e carros foram roubados, tecidos, joalheria e armazéns; o mercado público. Alguns dos saqueadores estavam bêbados e incontroláveis; três assassinatos, (um por causa de uma velha desavença) foram reportados durante os acontecimentos do levante. O saqueamento dos bancos e de algumas agências do governo foram realizadas pelos líderes rebeldes. 568\$722:400 foram recuperados dos insurretos em fuga depois que a revolução fracassou.

As inevitáveis histórias de atrocidades surgiram depois. Um jornal de Fortaleza declarou que todas as jovens das altas famílias haviam sido obrigadas a participar de uma "dança oficial" para que fossem molestadas. Mais tarde, um outro jornalista informando sobre o regime de Vargas disse que "mulheres não foram poupadas". Segundo reclamações de Café Filho, em dezembro, à Câmara dos Deputados, os oficiais do governo de Fernandes estavam espa-

lhando histórias que os soldados haviam violentado nada menos que 96 moças duma escola particular. Nenhuma dessas histórias foi alguma vez documentada.

O governo federal recebeu as notícias da insurreição no Rio Grande do Norte com bastante calma, embora por algum tempo a ausência de comunicações tenha causado um transtorno momentâneo. Com o colapso da rebelião simpatizante em Recife, os líderes rebeldes de Natal encontraram-se desesperançados. A insurreição unificou o país em torno de Vargas, ao invés de causar um levante popular revolucionário nacional. Na terça-feira, 26 de novembro, destacamentos das leais forças armadas — a polícia estadual da Paraíba, o 20.º BC de Alagoas, o 23º BC de Fortaleza e parte da milícia do Ceará — convergiam para Natal de todas as direções.

Ironicamente, o CR nunca soube do levante no Rio de Janeiro que deveria ocorrer no dia seguinte numa resposta tardia ao seu chamado para armas. Rumores espalharam-se que Natal seria bombardeada pela Força Aérea. Apressadamente, decidindo fugir, o CR esqueceu até de informar a todos os seus compatriotas. Às 11,30 da manhã, Quintinho ordenou que fossem soltos os prisioneiros políticos do CR e os enviou aos navios mexicanos ancorados no porto. Cerca de quarenta rebeldes aprisionaram um navio mercante brasileiro, o Santos, e escaparam, mas foram vistos por dois cruzadores da marinha brasileira e alcançados dois dias depois.

Lago, Macedo e Galvão foram presos dentro de uma semana em Canguaretama, uma cidade no interior do estado. Cr\$ 210.000 foram achados com eles; a porção de Galvão estava costurada na bainha de suas calças. Não ofereceram resistência aos seus captores.

Natal foi abandonada tão depressa quanto foi tomada. Com famílias ainda se escondendo atrás das portas e janelas fechadas, as ruas se tornaram estranhamente desertas. Somente as portas arrombadas das lojas e ocasionais símbolos revolucionários atestavam o fato de que, a cidade havia experimentado um regime revolucionário horas antes. Na terça-feira, à tarde, o governador timidamente deixou o consulado e reassegurou sua autoridade. Foi recebido com júbilo; dentro de dias, centenas de telegramas com congratulações vieram de todas as partes da nação.

Nas semanas e meses que se seguiram, Fernandes respondeu ao ataque de seus inimigos sem compaixão, sob o estado de sítio nacional que suspendeu as garantias constitucionais sob a bandeira do anticomunismo. A caça aos comunistas que daí resultou, penetrou bem além dos quartéis revoltosos secundários em Natal, Recife e na capital federal. Oficiais governamentais criaram uma mitolo-

gia revolucionária não exagerando o intento do PCB de querer tomar as rédeas do país, mas, falsificando a ameaça comunista existente que abrangia tão grande área, que qualquer manifestação de liberalismo — ou no caso do Rio Grande do Norte, simples oposição política — podia ser incluída dentro destes limites. Foi afirmado que Lago e seus camaradas haviam se estabelecido como Comissários de uma República Soviética de 4 dias em Natal; que uma bandeira vermelha voava do capitólio estadual (congresso). O levante de Novembro ficou conhecido como a “Revolução Comunista de 1935”.

Enquanto que apenas um punhado de civis participou na rebelião, um total de trezentos e setenta e uma prisões “preventivas” foram feitas nos meses seguintes. A maioria ficou na prisão por 2 ou mais anos antes de serem julgados; ineficiência jurídica fez com que alguns fossem acusados 2 ou 3 vezes, pelo mesmo crime diante de tribunais diferentes. Quando o Tribunal de Segurança Nacional (TSN) finalmente se reuniu em 1938, somente 66 foram julgados culpados e sentenciados. Os outros foram soltos por falta de evidência.

Pessoas que não tinham papel na revolta mas que eram consideradas perigosas para o regime de Fernandes foram também perseguidas. A polícia invadiu e saqueou as casas dos deputados da coalisão Câmara-Café Filho. Um fazendeiro pró-Câmara e seu filho foram, segundo a opinião pública, mortos por agentes governamentais porque o fazendeiro era um comunista. O cunhado de Aldo Fernandes foi preso, embora Aldo fosse provavelmente a figura mais influente no PP depois de José Augusto. Um padeiro (e partidário de Café) foi preso e chamado de “Luís Carlos Prestes do Rio Grande do Norte” pela imprensa por ter vendido pão para os revolucionários. Os motivos do PP eram tão óbvios que um juiz nomeado pelo governo fez reclamações ao Ministro de Justiça no Rio.

Os líderes do CR receberam tratamento moderado. Galvão, Lago e os outros membros da junta sentenciados a dez anos de prisão, mais tarde reduzidos para seis anos e seis meses. Galvão foi solto temporariamente depois de ter estado dez meses na prisão; antes de poder ser sentenciado novamente fugiu para o Amazonas onde começou a trabalhar nos campos de borracha. No fim, contraiu beri-beri e não simpatizando com o trabalho manual subiu o rio, onde, alegadamente, se estabeleceu no mercado do contrabando na fronteira da Venezuela.

A restauração das condições normais libertou muito da cólera que vinha fermentando nas mentes de alguns dos elementos mais reacionários da população, desde 1930. A **Ordem** xingou ao

que chamou de "semicomunismo" entre as classes alta e média do Estado e de "comunismo total" restante numa larga parte das classes mais baixas. Procurando as causas da revolta, seus editores sublinharam as incursões hostis para dentro da vida potiguar: liberdade acadêmica, liberdade de pensamento maçônico, interesse do leigo na educação sexual, e esporte para moças, incluindo andar de bicicleta e ginástica. "Tudo isso constitui uma antecâmara para o comunismo", concluíram eles. "Quem preferirá cultura física (para mulheres) a cultura do espírito?"

Muitas centenas de pessoas fugiram do Estado para escapar a perseguição. Qualquer um que houvesse pertencido a ANL era perseguido pela polícia, mesmo através dos limites dos Estados. A situação não foi sem patos. Amélia Gomes Reginaldo, a filha do Professor Raymundo Reginaldo, um oficial da ANL, escreveu para sua mãe, no dia 3 de janeiro:

Nós tomamos o trem mas tínhamos que desembarcar na primeira estação porque fomos reconhecidos por investigadores que viajavam no mesmo trem. Nós então caminhamos todo o trajeto até João Pessoa. Nós sofremos muito, principalmente por falta de dinheiro... Não nos sentindo seguros, (pai) me deixou na casa de uma família que conhecíamos e partiu para o Rio de Janeiro... Como posso eu voltar para casa e evitar... a polícia de Fernandes? Aqui costuro para poder viver; eu aluguei uma máquina de costura para esse fim. Sua filha querida sente muita falta de ti.

Tudo que é certo sobre os infelizes eventos do fim de novembro em Natal, é que um pequeno grupo de indivíduos agindo com um horário marcado duvidoso, mas de acordo com planos estabelecidos, iniciou uma vasta e incontrollável revolta no quartel, não produzindo resultados apreciáveis e precipitando levantes secundários em Recife e no Rio de Janeiro com iguais poucas chances de sucesso. O movimento que era pobremente coordenado e que não tinha o apoio geral esperado da população, rapidamente fracassou, dando ao governo federal a justificação para sua eventual mudança para a Direita.

Não se sabe se os rebeldes receberam ordens diretas do PCB, na capital federal, ou se interpretaram mal suas instruções ou agiram anteriormente à data marcada por sua própria iniciativa. Há entretanto outros fatores que podem iluminar o contexto local que originou a revolução. Esses foram descuidados por observadores anteriores, a maioria dos quais, vendo o levante de Natal meramente como uma nota secundária dentro de uma conspiração comunista nacional ou internacional maior.

Primeiro, a atmosfera política no Rio Grande do Norte foi anormalmente tensa na véspera da insurreição. As forças de Câmara haviam considerado a violência apenas uma semana antes. As medidas apressadas de Fernandes para remover toda oposição, e a presença da Guarda Civil, armada e banida para as ruas, testemunham a situação explosiva. É demonstrável que ambos os grupos, do PP e da AS poderiam ter se beneficiado do distúrbio da ordem.

A chave para a insurreição, foi o variável 21.º BC. Intranqüilidade entre as tropas, conspiração, freqüentes mudanças na liderança e a mistura clandestina na política, devastou a moral e preparou uma base para a agitação. Durante 1935, 40 homens e oficiais haviam sido despedidos do serviço; a maioria ficou em Natal até Novembro. O edifício que servia como quartel, o comandante oficial da unidade escreveu mais tarde foi uma “velha choça, na qual faltava o conforto e higiene.” Materiais para instrução eram tão inadequados, ajuntou ele, que os soldados não tinham munições e nem alvos para atirar.

A prontidão com que as tropas do 21.º B.C. ou se juntaram com os revoltosos ou ficaram aparte é mais compreensível dentro dessa luz. Além do mais, não há evidência de que qualquer um dos soldados que seguiu as ordens dos oficiais rebeldes e o CR tinham um entendimento claro da natureza da revolta. Os líderes revolucionários fizeram pouco esforço para providenciar esclarecimentos.

Finalmente, um incidente ocorreu na sexta-feira, 22 de novembro, que pode ter influenciado a tendência para a rebelião entre as tropas. Naquela manhã, um tenente impopular, um tal de Santana, havia sido baleado com 6 tiros pelas costas por um soldado não identificado; um certo número de suspeitos foram presos e ordenados a se reportarem ao conselho de guerra na segunda-feira, dia 25. Corriam rumores adicionais de que a atitude geral do quartel iria causar uma transferência em massa e ações disciplinares. A rebelião irrompeu no dia 23 de novembro.

Como foi sabido mais tarde, os rebeldes estavam predestinados ao malogro. Os comunistas acreditaram que uma greve geral espontânea iria ocorrer depois do levante militar; que os camponeses iriam se levantar no interior contra os seus patrões; e que a nação dividida interiormente, iria aclamar Luís Carlos Prestes como seu presidente, numa ávida tentativa de expulsar Vargas e

PROFESSOR LUIZ ANTONIO

Bravo lutador que não envelheceu nos ideais

RAIMUNDO NONATO

(Sócio Efetivo)

No panorama das letras norte-rio-grandenses ele deveria sempre ser chamado assim: **Professor Luiz Antonio**, por honra dos seus merecimentos como educador, pois embora tenha sido um grande humanitário médico, cujo consultório nunca bateu as portas aos que a ele recorriam, em horas aflitivas, ele foi, sobretudo um mestre de gerações, um senhor da cátedra, aquele que, em verdade, se pode chamar de o Professor Ideal.

Luiz Antonio era, evidentemente, uma tentativa da natureza, tentando explicar as razões da predominância do homem sobre o meio.

Possuidor de alto cabedal de conhecimentos humanísticos e cinetíficos, era uma das mais impressionantes revelações da cultura filosófica da sua geração, alcançada nos limites reduzidos da vida humana.

Bistipologia inconfundível a que lhe traçava as normas temperamentais e fixava linhas da personalidade deste, atualmente, por vezes explosiva.

Fisicamente, seu biógrafo lhe delineou perfil, o mais semelhante, o mais próximo da realidade, ao escrever:

“Homem de pequena estatura, maneiras simples, de riso acolhedor, destacou-se, sobretudo, como professor e médico.

Muito brilhante pela exposição correta e erudita, austero e forte, foi educador de gerações de potiguares. E mais ainda, um conferencista de convicções inabaláveis, quando falava nas campanhas contra o álcool e o analfabetismo, que encetou.

“Sua vida constitui um exemplo de bondade e de amor ao próximo, pois era profissional devotado aos humildes e a caridade era sua maior preocupação”.

Seu nome tinha as ressonâncias e a sonoridade das escalas em maior. Por isso que nos registros públicos ou na individualização das suas atividades, quer na vida particular ou nas manifestações da sua personalidade, onde quer que fosse avocada numa espécie de “apóstrofe atrevida”, respondia com dignidade: LUIZ ANTONIO FERREIRA SOUTO DOS SANTOS LIMA.

Nasceu na cidade do Açu — antiga VILA NOVA DA PRINCESA — a 15 de abril de 1890, sendo seus pais: Galdino dos Santos Lima e Ana Souto Lima. Cedou, passou, pelo regime da carta de ABC e do artigo de tirar conta das quatro espécies, tudo aprendido em casa com sua genitora. Menino ainda, aos 9 anos de idade, mudou-se para Natal, onde sua família assentou moradia.

Curso do Preparatórios, todo tirado no Atheneu Norte-Rio-grandense, ainda no prédio da Avenida Junqueira Aires, ponto de tão ricas tradições e edifício que deveriam ter deixado em paz, pois que seria, talvez, o futuro Museu do Estado.

Professor normalista com aquela brilhante Primeira Turma da Escola Normal de Natal, que recebeu o título e o anel de grau, das mãos do Governador Alberto Maranhão — o mecenas Potiguar, em solenidade realizada no Palácio do Governo, em 4 de dezembro de 1910.

Turma de notáveis professores, que por muitos anos seguidos foram figuras de relevo nas escolas do Estado, e que faziam parte: ele próprio, Luiz Antonio, Manuel Tavares Guerreiro, Severino Bezerra de Melo, Francisco Ivo Cavalcanti, Luiz Soares de Araújo, José Rodrigues Filho e Anfiloquio Carlos Soares da Câmara, além de várias professoras.

Curso de Farmácia, realizado na Faculdade do Recife, em 1919. Curso de Medicina, feito na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1926.

No magistério do Estado percorreu todos os estágios. Professor do Grupo Escolar Augusto Severo, da Capital. Professor e Diretor

da Escola Normal de Natal. Lento do Atheneu Norte-Riograndense, Diretor da Faculdade de Farmácia de Natal.

Pertenceu a diversas associações culturais e a outras tantas instituições científicas do Rio Grande do Norte.

Por ocasião do movimento revolucionário de 1930, foi nomeado Diretor Geral do Departamento de Educação, cargo em que demorou pouco tempo, dele se afastando ainda no governo de Irineu Joffi.

Seu trabalho na Liga Contra o Câncer foi mais do que uma campanha, pois teve as características de uma cruzada.

Homem idealista, de espírito combativo e idéias livres, era daqueles que, a exemplo de RUI BARBOSA, poderia dizer "liberdade, entre tantos que te trazem na boca, sem te sentirem no coração, eu posso dar a identidade do teu credo".

Sempre que ingressava num movimento, tornava-se um apaixonado pela causa. Assim, é que, vai ser encontrado em 1933/35, envolvido de corpo e alma, na luta de uma das fases mais tumultuadas do Rio Grande do Norte, filiado ao Partido Popular, que tinha a chefia de o seridoense José Augusto. A agremiação findou por indicar seu nome, na composição de uma chapa de deputados à Assembléia Constituinte. Mesmo em todo seu ardor, não conseguiu votação suficiente para ser eleito.

Nem por isso, jamais arrefeceu o entusiasmo, e quando uma nova campanha se esboçou, apareceu como 1.º Secretário do Diretório Central da União Democrática Nacional, nesse como nos embates anteriores, ficaram famosos seus discursos, uns serenos, doutrinários, outros violentos e arrazadores, pois em matéria de política, Luis Antonio nunca teve meios termos, não respeitava adversários, não temia opositores.

Homem forte, de ação rápida, era dos primeiros, na linha de frente quando o perigo ameaçava desabar.

Em outros campos de atividades ligados à vida associativa, sua presença foi atuante. Pertenceu ao quadro da Loja Maçônica "Filhos da Fé" e foi sócio benemérito da "Evolução Segunda" e da "21 de Março".

Nessa qualidade de plenipotenciário do Poder Maçônico de Natal, esteve em Mossoró, realizando encontro com Torres de Melo,

Grão-Mestre do Oriente do Ceará, numa hora extremamente difícil para a unidade dos obreiros da Loja "24 de Junho", que se encontrava abalada nos seus princípios fundamentais.

E, ali reunidos, no salão de Banquete, quando já se desanuviavam os horizontes, Luiz Antonio proferiu um discurso arrebatador, com um fim que bem poderia ter sido este:

"É um imperativo dos princípios da nossa ordem que, a Bandeira da Harmonia volte a tremular na fachada deste prédio feita com a própria História de Mossoró, a fim de que todos unidos sob os auspícios do Grande Arquiteto do Universo, voltamos com a mesma força e com o mesmo entusiasmo das primeiras horas, a reiniciar a caminhada, momentaneamente, interrompida, desfraldando, vitoriosamente, o estandarte do Amor, da Liberdade e da PAZ!"

Faleceu o professor LUIZ ANTONIO FERREIRA SOUTO DOS SANTOS LIMA, em Natal, a 10 de abril de 1961.

PRIMEIRO CENTENÁRIO DO LIVRO DE FERREIRA NOBRE

O livro "Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte", de autoria do Historiador Manoel Ferreira Nobre, foi publicado no primeiro semestre do ano de 1877, na Tipografia do Espírito-Santense, instalada à Rua S. Diogo, n.º 3, Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Em 1971, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por iniciativa do seu ilustre Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, mandou editar a 2a. edição do livro, anotada pelo nosso confrade Manoel Rodrigues de Melo, incluindo depoimentos de Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares sobre o primeiro historiador do Rio Grande do Norte.

Transcorrendo este ano, o primeiro centenário da publicação do "Breve Notícia", o pesquisador Manoel Rodrigues de Melo entregou ao Instituto o resultado de uma pesquisa que realizou em torno da vida e da obra do saudoso historiador, que passa a fazer parte dos nossos registros.

Além dos depoimentos de Luís da Câmara Cascudo e Antônio Soares, na 2a. edição do "Breve Notícia", há dois documentos iconográficos dignos do maior apreço para conhecimento da obra de Manoel Ferreira Nobre: a fotografia do velho historiador e o fac-símile da página de rosto da 1a. edição do livro.

Publicamos em seguida, a pesquisa do nosso confrade Manoel Rodrigues de Melo:

ROTEIRO DE MANOEL FERREIRA NOBRE JÚNIOR

MANOEL RODRIGUES DE MELO
(Sócio Efetivo)

- 1824 — Nasce em Natal, em data ignorada. (1)
— Filho do Alferes Manoel Ferreira Nobre e D. Inácia Joaquina de Almeida, é batizado na Igreja de Nossa Senhora d'Apresentação, no dia 21 de março, sendo padrinhos o capitão Vicente Ferreira Nobre e D. Antônia Úrsula da Costa. Ministrou-lhe o sacramento do batismo o padre Feliciano José Dornellas, Vigário Colado. (2)
- 1842 — Casa-se em Natal, no dia 6 de maio, com Olímpia Gerarda de Andrade, sendo testemunhas Doutor Basílio Quaresma Torreão e Antônio José de Moura. Oficiante, Bartolomeu da Rocha Fagundes, Vigário Encomendado. (3)
- 1852 — Oficial-Menor da Assembléia Legislativa Provincial, a 6 de fevereiro, percebendo 400\$000 anuais. (4)
- 1853 — Ajudante d'Ordens do Presidente da Província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho. (5)
- 1855 — Deputado Provincial, a quem se deve a iniciativa da elevação do povoado **Boca da Mata** à categoria de Vila. (6)
- 1856 — Oficial-Maior da Assembléia Legislativa Provincial, em 29 de julho, percebendo 1.100\$000 por ano. (7)
- 1860/61 — Deputado Provincial, neste biênio, com ação movimentada, figurando em discussões, projetos, comissões. (8)
— Segundo Secretário da Assembléia Legislativa Provincial (9)

1861 — Ajudante d'Ordens do Presidente Leão Veloso, acompanhou-o na sua viagem pelo interior da Província, julho-agosto deste ano. Luís da Câmara Cascudo, *Obra cit.* p. 213.

1863 — Vereador à Câmara Municipal de Natal, comparece à sessão de 9 de outubro, em companhia dos vereadores Joaquim Ferreira Nobre Pelinca, Dr. Francisco Xavier Pereira de Brito e Canuto Ildefonso Emerenciano, para apuração dos votos destinados a eleição de dois deputados gerais e um provincial. Aberta a sessão, verifica-se a falta da ata autêntica da eleição da Imperatriz, propondo a mesa o adiamento da sessão para o dia 13, o que não logrou aprovação dos vereadores mencionados, que em protestos retiraram-se do recinto, sem assinar a ata, nem tampouco o officio que seria remetido ao presidente da Província. (10) Deixando o recinto da Câmara, os vereadores Manoel Ferreira Nobre Júnior, Joaquim Ferreira Nobre Pelinca, bacharel Francisco Xavier Pereira de Brito e Canuto Ildefonso Emerenciano, acompanhados de outras pessoas, entre estas o chefe da secção da secretaria do Governo, Ricardo Vieira do Couto, o juiz municipal do Ceará-Mirim, Joaquim Teodoro Cisneiro de Albuquerque e Dr. Amaro C. Bezerra Cavalcanti dirigiram-se ao paço da assembléia provincial e ali se demoraram uma hora pouco mais ou menos, sem declarar e sem se saber ao certo o fim de tal reunião. Logo depois, espalha-se a notícia de que os mesmos vereadores, deferindo juramento a dois suplentes, Vicente Ferreira da Silva e Lúcio Machado do Rego Barros, fizeram uma apuração e expediram diplomas a quem lhes pareceu conveniente. (11) O presidente da Câmara Municipal, Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, officiou o fato ao presidente da Província, Olinto José Meira, comunicando o ocorrido e solicitando providências. No dia 13, data marcada para a sessão da Câmara, não havia esta recebido a ata da Imperatriz. (12) O presidente Bonifácio officia ao Presidente da Província, comunicando o retardamento e pedindo uma solução. Este, responde, enviando a ata autêntica. (13) Realiza-se, então, a sessão, saindo eleitos deputados gerais, Drs. José Moreira Brandão Castelo Branco e Pedro Leão Veloso, e deputado provincial, Dr. Francisco Gomes da Silva Júnior, sendo expedidos os diplomas. (14) O gesto dos vereadores rebeldes foi respondido com a suspensão e encaminhamento à justiça para proceder na forma da lei. (15)

1864 — Demitido do cargo de Ajudante d'Ordens, a 17 de junho em pleno domínio do seu partido. (16)

- 1865/66 — Capitão da Guarda Nacional, comandante da Segunda Companhia do Primeiro Corpo de Voluntários da Pátria que partiu de Natal a 9 de junho de 1865 para a Capital do Império onde foi julgado incapaz pela junta de Saúde e dispensado do serviço militar, a 4 de janeiro de 1866. (17)
- 1868 — Renomeado Oficial-Maior da Assembléia Legislativa, a 4 de março, permutou o cargo a 12 do mesmo mês e ano, com Francisco Bezerra Cavalcanti da Rocha Maracajá, que que era Bibliotecário Público Provincial. Nesse posto aposentou-se, não se sabe quando. (18)
- 1873 — Falece o Pai, Manoel Ferreira Nobre, tenente reformado do Exército, a 8 de fevereiro. (19)
- Em nota publicada n'O Liberal, de 15 de fevereiro, declara que, a partir desta data, passará a assinar-se Manoel Ferreira Nobre, omitindo o cognome **Júnior**. (20)
- 1875 — Falece a primeira esposa, Olímpia Gerarda de Andrade, a 30 de maio. (21)
- Viúvo, casa-se, segunda vez, com D. Inácia Oliveira Sucupira, também viúva, em data ignorada. (22)
- 1877 — Publica o livro **Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte**, Tipografia do Espírito-Santense, 3 — Rua de São Diogo, 3 — Vitória, Espírito Santo.
- 1885 — Oferece seus serviços de homeopata ao governo provincial para tratar gratuitamente dos doentes variolosos de Papari, sendo aceito. Governo da Província. Expediente de 25-11-85. Correio do Natal, 22-12-85.
- 1886 — Dispensado da comissão para que fora nomeado pelo governo provincial para examinar e curar o máu caráter das febres que reinavam em diversos pontos das comarcas de Canguaretama e São José de Mipibu, em companhia dos drs. José Calistrato Carrilho de Vasconcelos e José Elias de Ávila Lins, bem como do tenente coronel José Joaquim de Medeiros. Governo Provincial. Ato de 14-5-86. Correio do Natal, 23-6-86.
- Ofício do Presidente da Província ao Inspetor do Tesouro de 5-11-86, dizendo que, em face da ponderação do Inspetor, mandava abonar por conta da verba "Socorros Públicos", do Ministério do Império, exercício de 1885-1886, ao capitão Manoel Ferreira Nobre, 450\$000, por serviços

prestados no curativo dos indigentes acometidos de febres de máu caráter na vila de Papari, a contar de 13-2 a 13-5-86. Correio do Natal, 18-12-86.

- 1887 — Capitão Manoel Ferreira Nobre e outros cidadãos mandaram celebrar missa fúnebre e **memento** pelas almas das pessoas que morreram na ocasião do naufrágio do vapor Bahia, na noite de 24 para 25 de março de 1887, no dia 9 de maio de 1887, às 9 horas da manhã, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Ó de Papari. Correio do Natal, 24-05-1887.
- Sócio da Sociedade Literária de Papari, promove bazar de prendas em benefício da Sociedade de São Vicente de Paula. (23)
- 1889 — Tabelião Interino de São José de Mipibu. (24)
- Aparece lavrando a ata da proclamação da República, em São José de Mipibu. (25)
- 1890 — Intendente da Câmara Municipal de São José de Mipibu, por ato de 28-7-1890. A República, 7-8-1890.
- Promotor Público Interino de São José de Mipibu. (26)
- 1892 — Acusado, maliciosamente, pelo **O Nortista**, de Elias Souto, de não ter sabido interpor recurso à Relação do Estado, em favor do seu amigo Coronel José Joaquim de Carvalho e Araújo, à presidência da Intendência Municipal de Papari. (27)
- 1894 — Advogado provisionado, funcionou no Tribunal do Juri, em Papari, sob a presidência do Juiz de Direito, Dr. Afonso Maranhão, na defesa dos réus Antônio Remígio Pinto, Joaquim José Teixeira, Francisco Tomás, Luís Pereira e Antônio Roberto, respectivamente nos dias 14-5, 15-5, 16-5, 17-5 e 18-5-1894. A República, 26-5-1894.
- 1895 — Advogado provisionado, funcionou no Tribunal do Juri, em Arês, sob a presidência do Juiz de Direito, Dr. Luís Fernandes, na defesa do réu Miguel Joaquim de Oliveira, (vulgo Miguel Alma), tendo na acusação o promotor público, Dr. Afonso Maranhão. O réu foi absolvido por 7 votos. A República, 15-5-1895.
- Advogado provisionado, funcionou no Tribunal do Juri, em Papari, sob a presidência do Juiz de Direito, na defesa

do réu Joaquim Teixeira, por crime de homicídio, na pessoa de João de Carlota. Absolvido. — A República, 5-7-1895.

— Advogado provisionado, funcionou do Tribunal do Juri, em Papari, na defesa dos réus Antônio Remígio e Francisco Tomás, este por homicídio na pessoa de João de Carlota, sendo ambos condenados. Apelaram. A República, 10-1-1896.

— No dia 5 de maio de 1895, **A República** inaugurava uma nova secção, em suas colunas, sob o título **Os Municípios — Crônica Mensal** — no intuito talvez de ampliar o seu raio de ação por todo o Estado e sem dúvida para trazer ao dia-dia da redação o que de mais importante ocorresse na vida marasmenta dos municípios do interior, segregados da Capital, por falta de estradas, precários meios de transporte e absoluta ausência de comunicação. Neste sentido, publicou uma nota sob o mesmo título, explicando a finalidade da nova secção e convocando os interessados para o trabalho comum de divulgação das coisas municipais. A idéia era excelente e porisso despertou curiosidade e interesse nos meios rurais. Entre os municípios que logo atenderam à convocação, figurava o de Papari, que mandava a sua **Crônica Mensal**, assinada pelo "Cronista Papariense", noticiando fatos sociais, políticos e econômicos. Desse período, há cinco **Crônicas**, entre as quais uma que fala em Nísia Floresta, destacando trechos da sua vida e da sua obra. Inaugurada a **Crônica Mensal** em 5 de maio de 1895, somente a 10 de agosto do mesmo mês e ano foi publicada a primeira **Crônica** de Papari, seguindo-se as outras respectivamente em 10-9 e 5-10/95 e 19-4 e 5-12-96. Nessa época Manoel Ferreira Nobre residia em Papari, tudo indicando que fosse ele o autor das cinco crônicas acima referidas. Ferreira Nobre foi contemporâneo de Antônio de Sousa, em Papari, ao lado de quem fundou e manteve por algum tempo a Sociedade Literária, em 1887. Conviveu ainda com Luís Fernandes, em São José e Papari, quando este era Juiz de Direito da Comarca, sendo ele advogado no foro local. Admira que nenhum dos dois amigos tenha escrito sobre o autor do **Breve Notícia**. Tavares de Lira, na sua **História do Rio Grande do Norte**, informa que Ferreira Nobre colaborou em jornais políticos e literários. Luís Fernandes, em seu estudo sobre a **Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte** não o menciona uma só vez. O mesmo aconteceu com Rocha Pombo, na sua **História do Estado do Rio Grande do Norte**, que não o cita nem como

historiador, nem como jornalista. Se assiste alguma razão a Tavares de Lira, o que não está provado, então só temos a admitir uma dessas duas hipóteses: ou ele escrevia sob pseudônimo não identificado, ou escrevia anonimamente como editorialista.

1896 — Preterido na nomeação para o Cartório de Papari, na informação do **Diário do Natal**, de 11-2-96.

1897 — Falece, em Papari, o primeiro historiador do Rio Grande do Norte. A data do seu falecimento não é pacífica. Senão vejamos. A *República*, de 17-8-97, registrava: "Na vila de Papari, faleceu, no dia 25 do mês passado, o major Manoel Ferreira Nobre, empregado estadual aposentado. O finado contou 70 anos de idade e era geralmente estimado". O mesmo jornal, na sua edição de 20-8-97, Parte Oficial, Governo do Estado, Expediente de 17 de agosto de 1897, dizia, contrariando a primeira informação: "Ofícios: Ao Inspetor do Tesouro: Para os devidos efeitos, comunico-vos que, em data de 15 do corrente, faleceu na vila de Papari o major Manoel Ferreira Nobre, empregado aposentado estadual, segundo participou-me o presidente da Intendência daquele município".

— Temos assim duas datas para o falecimento de quem tanto se empenhou no esclarecimento dos fatos históricos da sua província natal: 25 de julho de 1897 e 15 de agosto de 1897. Só novas pesquisas poderão restabelecer a verdade histórica.

FONTES DE PESQUISA

- 1 — Antônio Soares — Ferreira Nobre — Discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, em 1.º/12/1949. Breve Notícia, 2a. edição, 1971, Certidão de Batismo, p. 221.
- 2 — Idem, Idem, Idem, p. 221.
- 3 — Idem, Idem, Idem, Certidão de Casamento, p. 222.
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — Notícia Sobre Manoel Ferreira Nobre — Breve Notícia, 2a. edição, 1971, p. 213.
- 5 — Idem, Idem, Idem, p. 213.
- 6 — Júlio Gomes de Sena — Ceará-Mirim, Exemplo Nacional, Pongetti — Rio, 1974, p. 457.
- 7 — Luís da Câmara Cascudo, *Obra cit.*, p. 213.

- 8 — Idem, Idem, Idem, p. 213.
- 9 — Idem, Idem, Idem, p. 213.
- 10 — Olinto José Meira — Relatório de 1863. Tip. do Rio-Grandense, 1867, p. 54.
- 11 — Idem, Idem, Idem, p. 55.
- 12 — Idem, Idem, Idem, p. 56.
- 13 — Idem, Idem, Idem, p. 56.
- 14 — Idem Idem, Idem, p. 56/57.
- 15 — Idem, Idem, Idem, p. 57.
- 16 — Luís da Câmara Cascudo, Obra Cit., 213.
- 17 — Idem, Idem, Idem, p. 213.
- 18 — Idem, Idem, Idem, p. 213.
- 19 — M. Rodrigues de Melo — Na Batida de Ferreira Nobre — Tribuna do Norte, 24-3-1959.
- 20 — Idem, Idem, Idem.
- 21 — Antônio Soares, Obra Cit., p. 223.
- 22 — Idem, Idem, Idem, p. 223.
- 23 — Correio do Natal, 13-7-1887.
- 24 — Luís da Câmara Cascudo — Notícia Sobre Manoel Ferreira Nobre — Breve Notícia — 2a. Edição — Editora Pongetti — Rio — 1971, p. 214.
- 25 — Idem, Idem, Idem, 214.
- 26 — Antônio Soares, Obra cit., p. 220.
- 27 — O Nortista, 16-12-1892.

NA BATIDA DE FERREIRA NOBRE

MANOEL RODRIGUES DE MELO

MANOEL FERREIRA NOBRE é figura discutida e estudada pelos nossos mais eminentes historiadores. Antonio Soares de Araújo, ocupante da Cadeira "Ferreira Nobre", na Academia Norte-Rio-grandense de Letras, dedicou-se ao exame e pesquisa da sua vida e da sua obra, restituindo-o aos olhos de hoje como um dos

primeiros a descortinar para o futuro as investigações dessa natureza. Luís da Câmara Cascudo, num trabalho de fôlego que realizou, esclareceu vários aspectos da vida de Ferreira Nobre, inclusive a data da sua morte que andava desconhecida e não determinada. Agora surge um outro problema que precisa ser esclarecido.

Qual era o nome primitivo do autor do **"Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte?"** Seria apenas Manoel Ferreira Nobre como lhe chamam todos os historiadores? Parece que não.

O primeiro historiador norte-riograndense era filho do Tenente Manoel Ferreira Nobre e por isto assinava-se Manoel Ferreira Nobre Júnior. Quando morreu seu Pai, em 1873, Manoel Ferreira Nobre Júnior declarou pela imprensa que em virtude da morte do seu genitor e para os fins convenientes passaria a assinar-se Manoel Ferreira Nobre. Neste sentido, publicou uma "declaração necessária", que assim dizia:

"O abaixo assinado declara, para os fins convenientes que, em conseqüência do passamento de seu prezado pai Tenente Manoel Ferreira Nobre, não usará mais da rubrica — JUNIOR que servia para distinguir-se os nomes. Natal, 15 de fevereiro de 1873. Manoel Ferreira Nobre. (O Liberal, Ano II, n.º 17, 19-2-1873, pág. 4).

Por motivo do falecimento do seu Pai publicou, no mesmo jornal, o seguinte agradecimento:

"O Major Manoel Ferreira Nobre Júnior, sua esposa e filhos cordialmente agradecem aos amigos que lhes fizeram o caridoso obsequio de acompanhar ao enterro de seu prezado pai, sógro e avô Tenente Manoel Ferreira Nobre e assistir a missa que no sétimo dia se celebrou por alma do mesmo finado, na Igreja Matriz desta capital pelo que se confessam sumamente gratos. Cidade do Natal, 15 de fevereiro de 1873. O Liberal, Ano II, n.º 17, 19-2-1873, pág. 4).

O historiador norte-riograndense ao lado do seu alto senso de justiça e de verdade, não desprezava os deveres da gratidão e da generosidade para com os seus semelhantes.

Depois de prestar todos os socorros ao pai moribundo, tributando-lhe todas as homenagens depois da morte, previne aos credores do genitor que todas as contas serão pagas desde que fiquem provados os débitos apresentados. Sobre o assunto publica no mesmo jornal o seguinte Aviso:

“O abaixo assinado previne às pessoas a quem seu prezado pai, o Tenente Manoel Ferreira Nobre, ficou devendo qualquer importância, que as pagará pontualmente, provada a realidade do débito. Cidade do Natal, 15 de fevereiro de 1873. Manoel Ferreira Nobre. O Liberal — Ano II — N.º 17 — 19-2-1873 — pág. 4).

O Tenente Manoel Ferreira Nobre, Pai do nosso historiador, era oficial reformado do Exército, e faleceu em Natal no dia 8 de fevereiro de 1873. Membro da importante família Ferreira Nobre de Natal, exerceu durante muitos anos, o lugar de ajudante de ordens da Presidência da Província, além de outros cargos que ocupou com dedicação e descontentamento. Deixou numerosa descendência. O Liberal, órgão do Partido do mesmo nome, no Rio Grande do Norte, noticiou o seu falecimento com as seguintes palavras:

“Faleceu nesta cidade, no dia 8 do corrente, o tenente reformado do exército, Manoel Ferreira Nobre. Membro de uma família distinta, exerceu por muitos anos, o lugar de ajudante de ordens da Presidência e outros empregos e deixou uma numerosa descendência. Damos os pesames à sua família” (O Liberal. Ano II, n.º 17, 19-2-1873, pág. 2).

Folheando, certa vez, velhos livros de Atas da Câmara Municipal do Natal, encontrei o seguinte registro que aqui transcrevo:

“Foi presente à Câmara um ofício de julho do corrente ano, dirigido pelo Capitão Manoel Ferreira Nobre, oferecendo um folheto com o título — Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte — e pedindo um auxílio pecuniário para as despesas feitas com a impressão do mesmo folheto. A Câmara aceitou mandando que o Procurador entregasse ao referido Capitão cinco mil reis”. (Livro de Atas da Câmara Municipal do Natal, de 1873 a 1880, pág. 161 verso. Ata da sessão ordinária de 31 de agosto de 1878).

Os estudos até agora feitos sobre a personalidade de Manoel Ferreira Nobre, são todos deficientes, dadas as dificuldades de subsídios sobre a vida e a obra do historiador.

O pouco que se tem feito é a poder de estafantes, demoradas pesquisas, em arquivos, já de si pobres e sobretudo desorganizados.

As notas que aqui deixamos, ao lado de muitas outras publicadas por Antônio Soares de Araújo e Luís da Câmara Cascudo, servirão, somadas, para um melhor estudo e conhecimento da vida e da obra de Manoel Ferreira Nobre. Este, o motivo, porque resolvemos resumí-las neste artigo.

(Tribuna do Norte, 24-3-1959).

NOTAS AVULSAS

NILO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

Visito o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — a Casa da Memória, como chama o seu presidente Enélio Lima Petrovich.

Sempre em trabalhos, pois Enélio é incansável. Ninguém como ele para ver, prever e prover. O Instituto sempre melhorando. Agora é o salão nobre que se amplia. Enquanto isso, outras instalações estão passando pelas reformas necessárias. Ali, Enélio vai servindo à ilustre Casa e à memória do tio — Nestor dos Santos Lima — antigo presidente do Instituto, onde vivia. Volto a percorrer aquelas solidões históricas, os velhos papéis, documentos, jornais, coleções. Revejo a farda do Barão do Ceará-Mirim, Manuel Varela do Nascimento, meu bisavô. É uma doação que fiz, há tempos: — o traslado do testamento do Barão, no que toca ao meu avô, Vicente Ignacio Pereira, médico e antigo Presidente da Província do Rio Grande do Norte.

Tudo isso são fixações e enfeitiçamentos para o meu espírito, que nunca se cansa de estar no meio da poeira dos arquivos, pesquisando, traçando planos. Enélio Lima Petrovich é ali dentro uma espécie de monge no seu convento. A biblioteca mostra bom movimento, com a participação de jovens. O Instituto vive e se comunica. Eis tudo. (Nilo Pereira — Do Jornal do Comércio — Recife — Pe. — 24-11-77).

RESUMO DAS ATIVIDADES DA PRESIDÊNCIA DO I.H.G.R.G.N.

(período de 20-03-75 a 29-03-76)

Nesse período, esta secretaria, pode sintetizar as realizações do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Dr. Enélio Lima Petrovich, através dos itens abaixo:

1 — Houve diversas sessões ordinárias e solenes, entre as quais, a do dia 13 de maio de 1975, pelo transcurso do centenário de nascimento de José da Penha, com a palestra do sócio benemérito Aluizio Alves, que foi saudado pelo vice-orador Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros;

2 — A 7 de julho do mesmo ano, ocorreu uma assembléia geral para tratar de assuntos de interesse da entidade. Em 4 de outubro, do mesmo ano, em memória do escritor e jurista João Batista de Vasconcelos Chavez, proferiu conferência o saudoso confrade Dioclécio Dantas Duarte. E no dia 29 de março de 1975, tomou posse o escritor Carlos Tavares de Lyra, proferindo a palestra sob o título: "Reminiscências de Tempos Gloriosos". Na oportunidade, também lançou o seu livro "Tavares de Lyra — uma vida em linha reta".

3 — Eis as publicações editadas: "O Livro das Velhas Figuras" — 2.º volume — de Luís da Câmara Cascudo; "Fundação do Instituto Histórico", de Manoel Rodrigues de Melo (conferência que pronunciou a 29 de março de 1976); Revista do Instituto Histórico — vols. LXII, LXIII e LXIV. O número LXII compreende o "Índice Geral da Revista" (do 1.º ao LV — de 1903 a 1963), num trabalho elogiável do confrade Helio Dantas; "Visões e Abusões Nordestinas", — Vol I — de Raimundo Nonato da Silva; "Os Franceses no Rio Grande do Norte", de Bernard Alléguede.

4 — Atendendo a convite formulado pelo Prof. Pedro Calmon, presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, viajou ao Rio, em fins de 1975, o Dr. Enélio Lima Petrovich, e lá participou, em nome da Casa da Memória Norte-rio-grandense, do Congresso do Sesquicentenário de nascimento de Dom Pedro II. Fez parte de duas comissões: de História Eclesiástica e Social, e apresentou um trabalho, sobre o tema "As Notas do Imperador", através de subsídios históricos, sobretudo do mestre Câmara Cascudo, que foi aprovado por unanimidade, e inserido nos Anais do Congresso.

Natal, 5 de junho de 1976.

Minervino Wanderley de Siqueira
2.º Secretário

RELATÓRIO

De 29-03-76 a 29-03-77

Eminentes confrades:

De conformidade com as normas estatutárias, é dever da Presidência desta tradicional instituição, apresentar, cada ano que passa, o seu relatório das atividades. E hoje o fazemos, justamente quando comemoramos a passagem do 75.º aniversário de fundação deste Instituto Histórico.

SESSÕES PROMOVIDAS

Nesse período houve 8 sessões, nas quais enaltecemos alguns fatos de nossa história, e, na missão que cumpre o Instituto, não olvidamos as homenagens merecidas a quantos valorizaram as iniciativas do espírito.

Tanto é assim que, precisamente há um ano, demos posse aos ilustres historiadores Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa e Guarino Alves (sócios correspondentes), e José Bezerra Gomes (efetivo). Ocorreu o lançamento do 2.º volume de "O Livro das Velhas Figuras", do mestre Câmara Cascudo, e palestra, sob o título "A Fundação do Instituto Histórico", pelo consócio M. Rodrigues de Melo. Já a 21 de agosto de 1976, nos reunimos, em sessão solene, para prestar a nossa singela homenagem ao poeta Ferreira Itajubá, pelo transcurso do centenário de nascimento. Foi orador da solenidade o 2.º vice-presidente, M. Rodrigues de Melo. Foi lançado o Índice Geral da Revista (vol. n.º LXII da Revista), elaborado pelo ilustre confrade Helió Dantas, num trabalho que dignifica esta Casa, e tomou posse, também, o escritor Jayme da Nóbrega Santa Rosa, na categoria de "Sócio Correspondente".

Em 25 do mesmo mês, isto é, agosto de 1976, comemoramos o centenário de nascimento do Mons. Alfredo Pegado de Castro Cortez, tendo sido o orador oficial, o Mons. Severino Bezerra, nosso confrade. Lançamos, de igual modo, uma plaqueta de autoria do escritor Manoel Cavalcante de Albuquerque Filho, sobre o homenageado. Falou em nome da família, o romancista João Alfredo Pegado Cortez. A 24 de setembro — também destacamos — esta Casa da Memória promoveu magna sessão para homenagear Auta de Souza, no ano de seu centenário de nascimento. Foi orador o confrade Gumerindo Saraiva, que abordou o tema “Auta de Souza e a canção brasileira”. Na oportunidade ocorreu o lançamento da Revista do Instituto — vols. LXIII — LXIV.

Em continuação às homenagens pelo transcurso do 1.º centenário de nascimento da poetisa laureada, Auta de Souza, também realizamos mais duas sessões. Uma, em 9 de novembro de 1976, quando proferiu palestra o escritor e nosso consócio Manoel Rodrigues de Melo, sobre “Auta de Souza e sua geração”. Na mesma sessão foi lançado o livro “A Primeira campanha popular no Rio Grande do Norte”, do confrade Aluizio Alves. Outra, a 3 de dezembro de 1976, quando fez conferência José Melquíades de Macedo, acerca de “Auta de Souza e seu século em Macaíba”.

Afinal, no dia 13 de dezembro de 1976, inauguramos a Biblioteca “Peregrino Junior”, e lançamos o livro “Documentos do Rio Grande do Norte”, de autoria do historiador Ivoncísio Meira de Medeiros. Na referida sessão, em nome da Academia Norte-riograndense de Letras e do Conselho Estadual de Cultura saudou esta Casa o seu presidente, Dr. Onofre Lopes da Silva.

Eis, em linhas gerais, o que realizou, em caráter de promoções culturais, esta presidência, durante o ano findo.

CONVÊNIOS COM O CONSELHO FEDERAL DE CULTURA E O DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS CULTURAIS — MEC

Evidentemente, todos os anos, nos dirigimos ao Egrégio Conselho Federal de Cultura a fim de firmar convênio, para as realizações necessárias desta entidade.

Antes, porém, queremos comunicar aos eminentes consócios que já prestamos conta do auxílio de Cr\$ 50.000,00 — Proc. 053/76, cujo valor foi aplicado nas edições do “O Livro das Velhas Figuras” — vol. III, do mestre Cascudo, e Revista do Instituto Histórico — vols. LXV — LXVI — LXVII (anos 1973-1974-1975);

compra de material para a biblioteca do Instituto e pagamento de pessoal que se incumbia de prosseguir na catalogação dos livros e periódicos da entidade.

Mas, já em janeiro deste ano, enviamos ao Conselho Federal de Cultura outro pedido, da ordem de Cr\$ 150.000,00, destinados às adaptações do prédio, publicações de livros e revistas, o pagamento de pessoal especializado, continuando, assim, a organização da biblioteca. O pedido obteve aprovação prévia através do Conselho Estadual de Cultura, que emitiu parecer favorável.

Outrossim, além do intercâmbio que mantemos com o CFC, também assinamos convênios com o Departamento de Assuntos Culturais — MEC, da ordem de Cr\$ 11.810,00, cujo valor já foi depositado, em dezembro findo, na Caixa Econômica e está sendo movimentado, cumprindo-se o referido convênio.

SÓCIO FALECIDO

Lamentavelmente, durante o ano que passou, a morte bateu à porta do nosso eminente confrade Edgar Ferreira Barbosa, em 6-08-76, deixando, desta maneira, uma lacuna impreenchível. Em nome desta Casa, manifestamos a tristeza dos que integram o Instituto, comparecendo ao féretro e à missa do 7.º dia.

Fazemos este registro, com profundo pesar.

AGRADECIMENTO ESPECIAL AO TESOUREIRO

Deixamos também, aqui, com alegria, o nosso maior agradecimento do insigne confrade Dr. Manoel Varela de Albuquerque, tesoureiro da entidade, que, colaborando com as realizações do Instituto, sempre nos atende para a assinatura de documentos e cheques, em qualquer hora. Como se sabe, o movimento financeiro do Instituto é processado através desta presidência com a Tesouraria.

OUTRO CONVÊNIO DE GRANDE VALIA — MUDES

Neste ensejo, faz-se mister que se registre o nosso entendimento com a Fundação "Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social" — MUDES. Quando veio a Natal uma de suas diretoras, visitou o nosso Instituto e sentiu a necessidade de um trabalho mais efetivo, referente à organização e classificação dos livros e periódicos. E, após alguns contatos, assinamos convênio também com o MUDES, o qual selecionou 2 estagiárias, que

cursam História, orientou-os, e de 3 de novembro de 1976 até 30 de abril vindouro, as mesmas prestam serviço neste Instituto, cujo pagamento ficou a cargo exclusivamente da citada Fundação, em forma de bolsas-auxílio, cada uma percebendo Cr\$ 500,00. Tentaremos, ainda, a renovação desse convênio, pois os trabalhos se processam com bons resultados.

PALAVRAS FINAIS

Após estas rápidas considerações, queremos manifestar a nossa gratidão a quantos nos ajudaram, nos incentivaram, à frente desta Casa da Memória Norte-rio-grandense, sobretudo os eminentes confrades.

O que se realiza nesta vetusta instituição é fruto do amor, da persistência, da dedicação às coisas que tanto enobrecem a condição humana. Valorizamos, aqui, a cultura da terra, estimulando aqueles que através de suas pesquisas, engrandecem a terra-mater.

Deixamos, de igual modo, o nosso agradecimento sincero e espontâneo às entidades culturais que conosco mantêm intercâmbio, entre elas, todos os Instituto Históricos e Geográficos, instituições fora do país, a Fundação José Augusto, o Conselho Federal de Cultura e o Departamento de Assuntos Culturais — ambos do Ministério da Educação, a Fundação “MUDES”, autoridades civis, militares, eclesiásticas, jornalistas, órgãos de imprensa, etc.

Todavia, caríssimos confrades, nesta data o Instituto Histórico completa, com uma magna sessão, os seus 75 anos de fundação. É um acontecimento de real importância para a cultura do Estado. E por este motivo, vamos logo mais às 20,30 horas, neste mesmo salão nobre, comemorar a grande efeméride, que constará do lançamento dos livros “Os franceses no Rio Grande do Norte”, do sócio efetivo Bernard Alléguede, e “O Livro das Velhas Figuras” — vol. III, do mestre e nosso orador oficial Luís da Câmara Cascudo. Na mesma sessão solene tomarão posse os historiadores Geraldo Fernandes de Oliveira (efetivo) e Humberto Carneiro da Cunha Nóbrega (correspondente). Ambos serão saudados pelo confrade M. Rodrigues de Melo. Já recebemos inúmeras mensagens de congratulações pela data de hoje. No final da solenidade, haverá um coquetel para os convidados. É nosso propósito reunir alguns trabalhos sobre a vida do Instituto, sua história e seus membros, como parte das comemorações de hoje à noite.

Meus caros confrades:

Aqui está o nosso relatório. As omissões de nomes ou fatos, caso tenham ocorrido, foram involuntárias. Mas, através das atas do Instituto, as ocorrências estão registradas com toda amplitude.

Entretanto, hoje também encerramos o nosso mandato à frente de Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Fica, na verdade, o nosso agradecimento ao apoio, ao estímulo que recebemos, durante o biênio que se conclui, de todos os ilustrados consócios, quer da diretoria, sempre ao nosso lado mais de perto, quer de todos que integram, com alegria e honra, o quadro de sócios do venerando Instituto — hoje com a idade de 75 anos, em prol da cultura norte-rio-grandense e do país.

Afinal, se pouco realizamos, e não realizamos o que desejávamos realizar, a consciência está tranqüila. Tudo foi feito com obstinação, carinho, de coração aberto. Decerto muita coisa deverá ser feita ainda. E nunca mesmo deixar-se-á de fazer. Esta Casa valoriza sobremaneira a história, a pesquisa. Frequentada por muitos dos moços aos mais idosos, presta relevante serviço à terra. É um serviço perene, inconfundível, essencial.

Outra diretoria será eleita nesta tarde. O nosso melhor propósito é o de que, seja ela qual for, continue cumprindo a sua missão, nobre e alta, em prol da cultura, que é eterna. Portas abertas a quantos reconhecem que as iniciativas da inteligência dignificam a condição humana, neste mundo de Deus.

A nossa mensagem, aos 75 anos de fundação da “Casa da Memória Norte-rio-grandense”, paira como um apelo a todos, no sentido de, diuturnamente, sem qualquer interrupção, serem preservadas, cumpridas, no correr dos anos, as altas finalidades da mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte.

Este é o nosso modesto relatório.

75.º aniv. de fundação do I.H.G.R.G.N.

Natal, 29 de março de 1977.

Enélio Lima Petrovich
Presidente

(O presente Relatório foi aprovado, por unanimidade na sessão de assembléia geral realizada em 29-03-1977).

REGISTRO SOBRE O I.H.G.R.G.N.

“Serestas do Coração”, programa radiofônico, ao vivo, com a presença de cantores, músicos e poetas, resistindo a metamorfose do tempo com fidelidade à poesia do passado, inclusive as modinhas dos aêdos de nossa terra, já completou 14 anos de existência, sob a direção do autêntico seresteiro Francisco Brasil. Também prestigia às Sociedades Culturais, divulgando seus respectivos movimentos. No dia 23 de março de 1976, (sábado), achou por bem, homenagear o “Instituto Histórico e Geográfico” pelos seus 74 anos de existência a transcorrer no dia 29 do referido mês, saudando a tradicional entidade, em nome dos seus componentes, o cronista do programa poeta Luiz de França Moraes.

Aqui está a saudação proferida pelo mesmo, ao microfone da Rádio “Trairi”, que foi gentilmente enviada pela direção do mencionado programa, à Redação da Revista:

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Saudamos o “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”, pelos seus 74 anos de existência, que transcorrerá sexta-feira próxima. Essa entidade cultural é um manancial de conhecimentos, onde os cultores das letras vão encontrar a pureza histórica para as suas conclusões. Até os fins do século passado, Natal era uma planície de aspecto sombrio, serena, sem vida social e intelectual. Com o alvorejar deste século, surge novo rumor de progresso, inclusive o desenvolvimento das letras e das artes, desponta magnificente o Instituto, fundado por uma plêiade de intelectuais, no dia 29 de março de 1902.

“De mãos em mãos foram-se passando as obrigações; de coração a coração, transferindo-se o amor e como resultado dessa corrida dos tempos dos homens, aí está a História arquivada, exalando o perfume das tradições”, no dizer do talentoso poeta José Amaral.

Nestas palavras está inserido o Doutor Enélio Lima Petrovich, dirigindo há vários anos essa instituição com dignidade, dinamismo e prudência; podemos afirmar com justiça que o jovem presidente é uma “aurora entre os sóis” da cultura Norte-Rio-grandente.

Fica aqui a homenagem de todos nós que apresentamos “Serestas do Coração”, pelo aniversário do “Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte”, no dia 29 do corrente.

NECROLÓGIO

DES. ANTONIO SOARES DE ARAÚJO

O falecimento do Desembargador Antonio Soares de Araújo trouxe ao Instituto Histórico a perda de seu 1.º Vice-Presidente e um dos seus mais antigos associados, a quem a instituição deve assinalados serviços através de muitos anos.

Magistrado, poeta, historiador e jornalista, dele disse Nilo Pereira que "era um padrão da dignidade humana e expressão autêntica do homem de Deus".

Em 23 de agosto de 1973, em reunião conjunta, o Instituto Histórico e a Academia Norte-Rio-grandense de Letras prestaram significativa homenagem à memória do Desembargador Antonio Soares, falando em nome das duas instituições, o acadêmico Edgar Barbosa, cujo discurso está publicado na Revista da Academia. Em nome da família, agradeceu o Professor Antonio Soares Filho. Sua oração de ternura e de saudade filial foi editada pela Fundação José Augusto com o título "Meu Pai" e depois incluída no volume "Doze Temas", edição de 1975, da Imprensa Universitária.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Filiação — Antonio Soares de Araújo nasceu na Cidade do Açu, Rio Grande do Norte, em 21 de julho de 1879. Era filho de Pedro Soares de Araújo, Coronel da Guarda Nacional, Sócio Fundador e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, que exerceu (1900-1925) o cargo de Inspetor do Tesouro (correspondente hoje ao de Secretário de Estado das Finanças), e de sua

esposa Ana Senhorinha Soares de Araújo, prima, nascida em Serra Negra do Norte. Em 1886, a família, vinda do Açu, fixou-se em Natal.

Casamento: — Casou-se, em 30 de janeiro de 1907, com Maria Amélia de Lemos Soares de Araújo, nascida no Caicó, filha do desembargador Vicente Simões Pereira de Lemos, Fundador do Instituto Histórico, e de Maria Olindina Bulcão de Lemos, ambos pernambucanos. Do consócio nasceram os seguintes filhos: Gil Soares de Araújo, magistrado aposentado da Justiça da Guanabara; Otto Soares de Araújo, fiscal de rendas do Estado; Antônio Soares de Araújo Filho, ex-Diretor e Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Pedro Soares de Araújo Neto, funcionário do INPS; Zenaide Soares Salgado, casada com o Major Mauro Salgado; Maria Isaura, casada com Boanerges Januário Soares de Araújo, professor universitário e assistente jurídico da Delegacia do Ministério do Trabalho; Vicentina Soares de Araújo Cacho, viúva de Hildson Rodrigues Cacho; Ana Olindina, solteira, funcionária da Secretaria de Estado das Finanças; Maria do Carmo e Alba solteiras. Um com poucos dias e outro com alguns meses de idade, faleceram os filhos Ivan e Aida.

Atividade pública: — Em 1893, empregou-se no comércio e, em seguida, foi nomeado guarda-fiscal do Tesouro do Estado (22.10.1896 a 28.2.1898). Por decreto do Governo da União, foi nomeado 1.º Tenente do Estado-Maior da Guarda Nacional, Ajudante de Ordens da 1a. Brigada de Infantaria da Comarca de Natal (dec. 23.12.1897), ano em que terminou o curso de humanidades no Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Solicitando demissão do cargo que exercia no Tesouro, seguiu, em março de 1898, para o Recife, onde matriculou-se na Faculdade de Direito, colando grau em 13 de dezembro de 1902.

Nomeado promotor público da comarca de São José do Mipibu, por título de 18 de março de 1903, exerceu esse cargo até outubro de 1906, quando foi nomeado juiz de direito da comarca do Apodi. Antes, em 1904, ocupou o lugar de Secretário da Comissão Central de Socorros Públicos. Em 6 de fevereiro de 1907, obteve remoção para a comarca do Martins. Exercia, em 1909, o cargo em comissão de Chefe de Polícia do Estado (Governo Alberto Maranhão), quando foi removido para a 2a. vara da comarca de Natal, e, em 1912, transferiu-se para a 1a. vara. A 2 de setembro de 1926, foi nomeado desembargador, membro do Superior Tribunal de Justiça, onde permaneceu até 21 de julho de 1949, quando atingiu a aposentadoria compulsória por implemento de idade. Em sessão

plenária, despediu-se de seus pares. Na ocasião, o dr. Edgar Barbosa, em nome dos juizes de direito, ressaltou o exemplo dignificante, deixado durante a permanência no exercício da magistratura. O dr. Francisco Ivo Cavalcanti, falando em nome dos advogados, terminou seu discurso, pedindo permissão para beijar a toga do homenageado. No agradecimento, o juiz que se afastava para o ócio, prestando contas de sua vida pública, demonstrou, inclusive, que saía da atividade funcional mais pobre do que ao ingressar na magistratura, pois, tivera que se desfazer de bens de herança para manter a subsistência da família.

Exerceu a Presidência do Tribunal de Justiça e foi juiz do Tribunal Regional Eleitoral, assumindo a Presidência em uma fase difícil da vida política do Estado.

Na Interventoria Hercolino Cascardo, por solicitação do Governo, elaborou o projeto de lei que organizou os municípios e, por designação do Governador José Augusto Varela, presidiu a comissão que elaborou o primeiro Regimento para organização da Faculdade de Direito de Natal.

Membro do Conselho Administrativo do Instituto de Proteção e Assistência à Infância. Vice-Presidente da Liga de Ensino, mantenedora da Escola Doméstica de Natal. Presidente do Conselho Central de Natal, da Sociedade de São Vicente de Paula. Membro da Sociedade de Assistência aos Psicopatas. Vice-Presidente do Conselho Estadual da Legião Brasileira de Assistência. Sócio Fundador da Associação Norte-Rio-grandense de Astronomia (ANRA).

Atividades literárias: — Estudante, trabalhou como auxiliar de redação do “Diário de Pernambuco”, no Recife e em Natal, pertenceu a diversas instituições literárias, entre elas, o “Grêmio Literário Victoriano Palhares” e redator dos periódicos “o Guaracy”, “Iris” (órgão do Grêmio Literário Castro Alves), “Oásis” (do Grêmio Literário Le Monde Marche) e “A Tribuna” (do “Congresso Literário”), “O Tentamen” e a “Potyguarana”. De abril a dezembro de 1909, dirigiu “A República” órgão oficial do Rio Grande do Norte. Foi o primeiro diretor do “Diário de Natal” (1924-1925), órgão da diocese.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, onde foi 1.º Vice-Presidente até a data do falecimento. Durante muitos anos integrou a Comissão da Revista do Instituto.

Sócio Honorário da Academia Potiguar de Trovas.

Sócio Fundador da Academia Norte-Rio-grandense de Letras, ocupando a Cadeira que tem como patrono o historiador Ferreira Nobre.

Sob o pseudônimo **Tenente Potiguar** colaborou em diversas revistas especializadas em claradismo e palavras cruzadas, inclusive no Almanaque Luso-Brasileiro, editado em Lisboa.

Na imprensa, sustentou algumas polêmicas a respeito da naturalidade de Dom Antonio Felipe Camarão e sobre a grafia do topônimo **Assu**, desprezando a grafia oficial **Açu**, pois, apoiado em documentação dos tempos coloniais, afirmava que os índios da ribeira do vale pronunciavam **as-çu**. No jornal católico que dirigia, publicou série de cartas, em polêmicas com os luteranos.

Publicações: — Além de artigos esparsos em jornais e revistas, publicou o 1.º volume do “Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte” — Letras A-E, Imprensa Oficial, Natal, “Lira de Poti”, versos, 1a. edição (1949), 2a. edição (1971), com prefácio de Edgar Barbosa. Com Luís da Câmara Cascudo e outros, publicou “Homem de Espanto”, inserindo a conferência que pronunciou sobre Dom Vital, bispo de Olinda.

Falecimento: — Antônio Soares de Araújo faleceu às 23,50 do dia 24 de junho de 1973, nos últimos minutos do mês seguinte completaria 94 anos de idade. Algumas semanas antes do óbito, lia “Psicologia da Fé”, a obra máxima do sábio jesuíta, Padre Leonel Franca. Em certo momento, suspendeu a leitura e disse para uma das filhas: “**Já sei porque Deus concedeu-me longa existência. É que eu tinha ainda muito o que aprender!**”.

ANTÍDIO DE AZEVEDO

Com a morte de Antonio Antídio de Azevedo, ocorrida em 5 de novembro de 1975, perdeu o Instituto Histórico dedicado Sócio Efetivo e as letras potiguaras o mais fecundo de seus trovadores, louvado em todos os países de língua portuguesa, onde o gênero poético das trovas é cultivado.

Sertanejo autotidata, biotipo seridoense, faleceu aos 88 anos de idade, em pleno labor intelectual, prejudicado apenas pela falta do sentido da visão que o alcançou no final da vida. Aos 80 anos, ingressa na Academia Norte-Rio-grandense de Letras e a lucidez e vigor físico demonstrados no discurso de posse apontavam idade biológica de 60 anos.

Jornalista, poeta e trovador, sempre fiel ao Parnase, jamais aceitando o estilo modernista, iniciado pela Semana de Arte Moderna, em 1922. Qualificava o poema moderno de **“arremedo charadístico”**.

Sócio Fundador da Academia Potiguar de Letras, em 1956, escolheu para patrono outro autotidata e também seridoense, e jornalista Vivaldo Pereira.

A Academia de Trovas do Rio Grande do Norte tinha em Antídio um de seus esteios, projetando o nome literário do Estado através do jornal “A Diocésia”. Vencedor de diversos concursos de trovas no país e no estrangeiro.

Entre outras instituições culturais a que pertenceu podem ser citadas o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (sócio correspondente); Instituto Histórico e Geográfico de Uruguaiana (sócio correspondente); Liga Afetiva Portugal-Brasil, com sede em

Lisboa; Instituto de Cultura Americana, UNESCO, Paris; Casa do Poeta A. Garibaldi, de Felgueiras, Portugal; União Brasileira de Escritores, secção do Rio Grande do Norte.

A vida e a obra literária de Antídio foi estudada com riqueza de detalhes pelo Professor Antonio Soares Filho, no discurso de posse na Academia Norte-Rio-grandense de Letras, em 5 de maio de 1977, quando sucedeu ao poeta e trovador.

Antonio Antídio de Azevedo nasceu na madrugada de 13 de junho de 1887, na cidade de Jardim do Seridó, antiga povoação de Conceição do Azevedo. Filho de Horácio Olímpio de Oliveira Azevedo e de Marcionila Cavalcanti de Azevedo. Viveu a infância e adolescência na Fazenda Nova, propriedade rural dos pais, onde aprendeu as primeiras letras com o próprio pai e com o primo Felinto Ildefonso de Oliveira Azevedo, que se dedicava ao ensino nas fazendas da região.

Na mocidade, fez estudos de português no curso particular do professor paraibano João de Souza Falcão. Daí em diante, foi o autodidata, fundador de jornais e poeta colaborador de inúmeras revistas do país e de Portugal.

Exerceu, em sua terra natal, as funções do cargo de adjunto de promotor de justiça, agente de rendas federais, adjunto do procurador da República, tabelião de notas e escrivão judiciário, neste último, removido para Natal, em 1937 e aposentado em 1951. Eleito, então, Prefeito de Jardim do Seridó, exerceu o cargo por um ano e renunciou.

Casou-se, em 29 de dezembro de 1916, com a prima Alice Cunha de Azevedo, filha do patriarca Felinto Elysio. Do consórcio nasceram três filhos: Alfnio Cunha de Azevedo, atual tabelião do 4.º Ofício de Notas de Natal; Max Cunha de Azevedo, Cirurgião-Dentista, Inspetor Federal do Ensino, aposentado, Professor da Universidade Federal, onde tem exercido diversos cargos administrativos ligados ao ensino superior.

Somente depois de aposentado no cargo de Escrivão e Tabelião, Antídio de Azevedo começou a coligir seus trabalhos e publicá-los em livros. O primeiro foi "Zelações" e, em seguida, "Pirilampas", versos. No centenário de Olavo Bilac publicou ensaio sobre a obra do príncipe dos parnasianos, onde revelou estilo literário e alto senso crítico. "Cartas ao Malaquia" reúne mensagens humorísticas em versos. "Borboletas" enfeixa algumas trovas. Além de outros trabalhos de ficção, pesquisou e publicou "Subsídios para a História de Jardim do Seridó" e "Jardim do Seridó", mensagem de sua gestão, quando prefeito do seu município. (Notas do confrade Antonio Soares Filho).

DIACLÉCIO DANTAS DUARTE

O Rio Grande do Norte ficou desfalcado de um dos seus valores mais autênticos com o falecimento do Dr. Dioclécio Dantas Duarte, um cidadão cuja vida pública ficou marcada na Província pelos relevantes serviços prestados à sua terra.

Homem dotado de alta formação humanística, orador, jornalista, escritor, parlamentar, político, sobretudo, político, Dioclécio Duarte foi uma figura insinuante de estadista e de cavalheiro de fino trato, líder por condições excepcionais de cordialidade e do seu comportamento moral, com essas credenciais tomou parte em todos os movimentos que agitaram o Estado em longo período da sua vida republicana e democrática.

Descendente de tradicional família de políticos e prestigiosos proprietários rurais, que se evidenciaram desde o período colonial do Brasil, nasceu o doutor Dioclécio Dantas Duarte, na cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 16 de outubro de 1894.

Concluindo, com brilhantismo o curso de Bacharel em Ciências e Letras no Atheneu Norte-Rio-grandense, transferiu-se para o Estado de Pernambuco, onde se matriculou, aos 16 anos de idade na famosa Faculdade de Direito do Recife. Distinguiu-se pelo talento oratório e capacidade jornalística, sendo eleito orador da turma dos bacharéis de 1917, considerada das mais brilhantes que passaram pelo conceituado centro universitário brasileiro.

Em Recife, ainda estudante, foi convidado pelo então governador Manoel Borba para organizar e dirigir a "Imprensa Oficial do Estado", demonstrando, apesar de muito jovem, invulgar capacidade administrativa. Foi também na capital pernambucana redator de vários jornais políticos e revistas literárias.

Antes de terminar o curso jurídico foi eleito deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, da qual foi líder, como representante do Partido Republicano Federal fundado pelo eminente político senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

No Rio Grande do Norte foi também diretor do jornal "A República", órgão da organização partidária a que se filiou.

Com a nomeação do senador Joaquim Ferreira Chaves, no governo Eptácio Pessoa, para o Ministério da Marinha e em seguida, para o Ministério da Justiça, o doutor Dioclécio Dantas Duarte desempenhou as funções de Secretário do referido titular.

Terminado o governo Eptácio Pessoa, passou ao Ministério das Relações Exteriores e designado para servir no Consulado Brasileiro em Bremen, na Alemanha. Relevantes serviços prestou nas suas novas funções, contribuindo para tornar mais conhecido o nome do seu país na Europa, sobretudo nos centros universitários onde realizou várias conferências de caráter científico e econômico.

Encontrava-se na Europa, quando foi convocado pelo Partido Republicano do seu Estado para representá-lo na Câmara Federal, como deputado.

Ali chegando, fez parte das mais importantes comissões, sendo escolhido pelos seus pares para relator do Ministério da Guerra e da Aeronáutica. Notáveis são os seus pareceres sobre vários projetos, distinguindo-se como erudito orador parlamentar.

Como membro do governo brasileiro e do Parlamento participou de vários Congressos na Europa e na América. Na Câmara dos Deputados continuou a sua tradição de sincero panamericanista. De sua autoria é o projeto que manda restituir os troféus da guerra do Paraguai, acentuando a significação desse gesto para maior estreitamento das relações entre o Brasil e o Paraguai.

É autor também de um projeto, acompanhado de erudito estudo sobre Simon Bolívar, que lhe permitiu a condecoração do governo da Venezuela de Grande Cavalheiro da Ordem do Libertador.

Além de outras condecorações estrangeiras por serviços relevantes prestados, recebeu do Presidente Vicente Uriol, pessoalmente, a condecoração da Legião de Honra, e a Ordem do Mérito do Governo do Paraguai.

É autor dos seguintes livros: "Para os que ficam"... "Uma Página do Brasil", "Problemas Contemporâneos" "Uma Mascarada Interrompida", tradução da célebre novela de Edgard Poe, "Como Exerci o meu mandato", "Estudos de Economia Brasileira", "A Indústria Extrativa do Sal e a sua Importância na Economia do Brasil" "O Sal na Economia do Brasil", "El Istmo de Panamá e a Profecia de Simon Bolivar", "Simon Bolivar, Soldado e Estadista dos Ideais Americanos", "Pedro Velho, um suave organizador da Autoridade", etc.

Foi fundador e diretor da revista "Leitura", a primeira de interesse bibliográfico. Pertence a diversas associações científicas e literárias, entre as quais a Academia de Letras do Rio Grande do Norte, Instituto Brasileiro de Cultura, Instituto Histórico Arqueológico de Pernambuco, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Instituto Brasileiro de Cultura, Associação Brasileira de Imprensa, Sociedade Brasileira de Agricultura, Liga de Defesa Nacional, Asociación Internacional de Prensa, Sociedade de Geografia, Associação Brasileira de Município e Instituto de Cultura Hispânica e Federação das Academias de Letras.

Tomou parte em numerosos Congressos de História, de Administração interamericana de Municípios.

Faleceu no Rio de Janeiro, aos 81 anos de idade, do dia 22-12-1975.

(Nota do confrade Raimundo Nonato).

EDGAR FERREIRA BARBOSA

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte perdeu, no ano de 1976, mais um sócio efetivo. Eis o seu nome: Edgar Ferreira Barbosa.

Nasceu a 15 de fevereiro de 1909, na cidade do Ceará-Mirim, deste Estado. Era filho de Vicente Justiniano Barbosa e Joana Ferreira Barbosa.

Fez o curso primário na Escola "Angelo Varela", das professoras Adele de Oliveira e Mariê de Oliveira e no Grupo Escolar "Felipe Camarão", dirigido pelo professor Aprigio Câmara, ambos no Ceará-Mirim. Curso Secundário no Colégio Diocesano "Santo Antonio", de Natal, de 1922 a 1926. O curso superior na Faculdade de Direito do Recife, onde colou grau a 10 de março de 1932. Era casado com D. Maria das Dores Albuquerque Barbosa, deixando 4 filhos, 13 netos e 3 bisnetos.

Vários foram os cargos e funções que ocupou durante a sua vida de homem público, jornalista e magistrado. Destaquem-se as seguintes atividades: Revisor da "A República", em julho de 1927; professor interino da cadeira de Português do Atheneu Norte-riograndense (25 de março de 1929); Redator de "A Ordem", de Natal (1931-1932); Secretário da revista "A Cigarra", dirigida por Aderbal de França (1930); Professor da Escola de Aprendizes Artífices, atual Escola Técnica Federal (1933); professor catedrático, por concurso, de cadeira de Português do Atheneu Norte-riograndense (abril de 1934); diretor, em comissão, da Imprensa Oficial do Estado (Governo Rafael Fernandes, 1935-1937); Diretor da Seção Feminina do Colégio Estadual do Rio Grande do Norte (1945-1946); Juiz de Direito da Comarca de Canguaretama (dezembro de 1946 a janeiro de 1952); Idem, da Comarca de São José de Mipibu (janeiro a outubro de 1952); Idem, da Comarca de Ceará-Mirim (promoção por

merecimento — de outubro de 1952 a janeiro de 1956); professor de Direito Constitucional e de Legislação de Menores da Escola de Serviço Social de Natal (1949-1954); professor fundador da cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (nomeado por decreto de 12 de abril de 1951); professor substituto da cadeira de Direito Internacional Privado da mesma Faculdade, desde a instalação da cadeira, até 1962; professor substituto da cadeira de Teoria Geral do Estado da mesma Faculdade, nos anos de 1958, 1963 e 1964; professor fundador da cadeira de Literatura Brasileira e Portuguesa da Faculdade de Filosofia (1959-1962); diretor fundador da Faculdade de Filosofia de Natal, depois agregada à UFRN e incorporada pelo Estado à Fundação "José Augusto" (1956-1962); membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras (cadeira Moreira Brandão), 1.º ocupante, posse a 22 de abril de 1939); Presidente da mesma Academia (1950); Membro de Honra da Aliança Cultural Franco-Brasileira (1957); presidente do Conselho Deliberativo da Sociedade Brasil-Estados Unidos (1957); sócio honorário do Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica (1959); membro do Conselho Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1958-1962); membro do Conselho Estadual de Cultura (1974); diretor do Departamento de Educação e Cultura da Universidade Federal do Rio G. do Norte, por nomeação do Reitor Onofre Lopes da Silva (junho de 1964); coordenador geral dos Cursos Pré-Vestibulares da UFRN (1964-1966); diretor do "Boletim Universitário", órgão oficial da UFRN (1963-1968); paraninfo da 1a. turma de Bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da qual faz parte o presidente do Instituto Histórico, Dr. Enélio Lima Petrovich (Turma "Clovis Beviláqua" — 1959); paraninfo da 9a. turma da mesma Faculdade ("Turma da Liberdade", 1967).

O Dr. Edgar Ferreira Barbosa publicou diversos trabalho jurídicos, literários e históricos, valendo destacar:

- 1 — Síntese Histórica (Apontamentos de História Universal) — 1929.
- 2 — Origem e Desenvolvimento da Língua Portuguesa (Tese de Concurso à cadeira de Português do Atheneu Noorte-rio-grandense) — 1933.
- 3 — História de uma Campanha — Natal — 1936.
- 4 — Moisés Soares (Conferência no Tribunal de Apelação) — Natal — 1940.
- 5 — Da Igualdade perante a Lei (conferência no Instituto dos Advogados de Mossoró) — 1954.

- 6 — O Livre Acesso à fontes de Informação — Tese apresentada ao VII Congresso Nacional de Jornalistas, reunidos no Rio de Janeiro (setembro de 1957).
- 7 — Considerações sobre “Grupos de Pressão” — 1958
- 8 — Três Ensaio — 1960.
- 9 — A vida breve que foi canção — 1961.
- 10 — Imagem do Tempo — 1966.
- 11 — O pensamento liberal na Constituição do Império — 1972.

A 17 de dezembro de 1975, foi agraciado com a Medalha “Alberto Maranhão”, do Governo do Estado.

Faleceu o Dr. Edgar Ferreira Barbosa a 6 de agosto de 1976, e à beira do túmulo, em Ceará-Mirim, onde fora sepultado, discursou o confrade Paulo Pinheiro de Viveiros, representando o nosso Instituto Histórico, como vice-orador que é da entidade.

MANOEL VARELA SANTIAGO SOBRINHO

Tranqüilo, na mansidão dos bons, cercado apenas pelo desvelo de sua mulher, dona Maria de Lourdes Lamartine Varela, e pelos familiares mais íntimos, o doutor Varela Santiago faleceu a 15 de julho de 1977, nesta capital. Sua vida — nos 92 anos — foi a de um sacerdote dedicado ao próximo, desde a profissão que escolheu, a medicina, até a maneira como a exerceu a serviço dos seus doentes, os mais pobres como expressão humana, individual ou coletiva, na medida em que tratando da saúde de um hanseano, cuidava também dos seus descendentes, para os quais criou com amor uma casa onde pudesse ampará-los e guiá-los com o afeto que o lar, desertado pelo segregamento dos pais, não podia mais oferecer.

Terá sido ele, o doutor Varela Santiago, o último de uma grande geração que valoriza o Rio Grande do Norte. A medicina já não é mais um sacerdócio, embora não seja menos digna. Apenas terão mudadas as condições para o seu exercício, perdendo os apóstolos ter apenas profissionais ainda vítimas dos desencontros sociais que marcam hoje o seu exercício. O doutor Varela Santiago foi médico da velha escola. Se a medicina, como ciência, lhes deve o pioneirismo do exercício em meio à falta das condições mínimas para ser exercidas, fazendo com que, na época, o médico fosse um pouco de tudo, para ser tudo para todos muito mais lhes deve esta cidade Natal, que pranteia a sua memória.

Seu sepultamento foi no mesmo dia às 17 horas no cemitério do Alecrim.

DADOS BIOGRÁFICOS

Manoel Varela Santiago Sobrinho, filho de Cândido Varela Santiago e de Rita da Costa Varela, nasceu no Engenho Boa Vista,

município de Touros, do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 28 de abril de 1885. Era casado com Dra. Maria de Lourdes Lamartine Varela. Não deixou filhos.

Iniciou o curso primário na residência de seus pais, com o Professor Ernesto Nunes Tavares. Depois, veio para Natal, matriculando-se no então Ateneu Norte-Rio-grandense, onde fez o curso de humanidade. A esse tempo residia em casa de seu tio, Calixto Alves de Albuquerque. Iniciou o Curso Médico na Faculdade de Medicina da Bahia. No quarto ano, transferiu-se para o Rio de Janeiro, doutorando-se em 10 de janeiro de 1910. Defendeu a seguinte tese: **Estado Clínico das Paralisias Conseqüentes à Sífilis Cerebral.**

Em viagem de estudos, visitou vários países da Europa, durante mais de um ano. Regressando, passou a clinicar em Natal.

CARGOS QUE EXERCEU NO ESTADO

Inspetor Médico.

Diretor Geral do Departamento de Saúde Pública, nos Governos José Augusto e Juvenal Lamartine.

Diretor do então Hospital de Alienados, deste Estado.

Diretor-Fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, do Rio Grande do Norte.

Diretor-Fundador da Sociedade de Assistência dos Lázaros e Defesa contra Lepra, do Rio Grande do Norte.

Diretor-Fundador do Educandário "Oswaldo Cruz".

Diretor-Fundador do Instituto de Puericultura "Varela Santiago".

Presidente da Liga de Ensino do Rio Grande do Norte e ex-Professor da Escola Doméstica de Natal, mantida pela mesma Liga.

OBRAS QUE CONSTRUIU

1 — Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte.

2 — Colônia de Hansenosos "São Francisco de Assis".

3 — Educandário Oswaldo Cruz.

4 — Escola Técnica Profissional "Eunice Weaver".

- 5 — Jardim de Infância do Educandário "Oswaldo Cruz".
- 6 — Colônia de Férias do Educandário "Oswaldo Cruz", na Praia do Cotovelo.
- 7 — Escola Doméstica (prédio novo), no bairro do Tirol.
- 8 — Instituto de Puericultura "Varela Santiago", onde funcionam a Pupileira e o Departamento pré-escolar que servem à referida Escola.
- 9 — Pavilhão para o Curso Pedagógico da Nova Escola Doméstica, em terreno da Liga de Ensino, à Avenida Hermes da Fonseca, Tirol.

REPRESENTAÇÃO

Representou o doutor Varela Santiago o Rio Grande do Norte:

a) No 1.º Congresso Brasileiro de Proteção e Assistência à Infância quando apresentou a tese intitulada "O 1.º Ano de Policlínica do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio Grande do Norte". Realizou-se esse Congresso no período de 27 de agosto a 5 de setembro de 1922;

b) No Congresso Nacional das Práticas, realizado por ocasião das festas comemorativas do Centenário da Independência do Brasil, em setembro de 1922;

c) No 4.º Congresso Sul-Americano de Higiene, Microbiologia e Patologia, realizado no Rio de Janeiro, em comemoração ao Centenário da Academia Nacional de Medicina, de 1.º a 6 de julho de 1928, quando apresentou o trabalho: "A Lepra no Rio Grande do Norte";

d) No 4.º Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em janeiro de 1928, na Bahia;

e) No 5.º Congresso Brasileiro de Higiene, em outubro de 1929, no Recife;

f) Na 1.ª Conferência Nacional de Assistência Social aos Lázaros, em 1939, no Rio de Janeiro;

g) Na reunião de leprologos promovida pelo Serviço Nacional de Leprosia, em novembro de 1958, no Rio de Janeiro, quando se fundou a Sociedade Brasileira de Leprologia, de que foi um dos fundadores.

Na Conferência para a uniformização da Campanha contra a Lepra, que se realizou no Rio de Janeiro, de 25 a 30 de setembro de 1933, apresentou o trabalho com o título: "A Cruzada Anti-Hanseniana no Rio Grande do Norte".

Participou ainda do 3.º Congresso da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste, que se reuniu em Natal, de 18 a 22 de outubro de 1934, quando foi eleito, por unanimidade, Presidente de Honra da referida Sociedade.

TÍTULOS CONFERIDOS

a) Sócio honorário do antigo Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro, em Setembro de 1922;

b) Presidente de Honra da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Brasil, com sede no Recife, em outubro de 1943;

c) Sócio Honorário da Sociedade de Biologia no Rio de Janeiro, em março de 1946;

d) Agraciado com a Medalha de Honra ao Mérito, conferida, no Rio, em 14 de novembro de 1951, pela "Standard Oil Company of Brasil", acompanhada de honroso atestado;

e) Sócio benemérito da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio Grande do Norte, em sessão de 14 de julho de 1953;

f) Professor Honorário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, título que lhe foi conferido pela Congregação da mesma Faculdade, em 9.3.1956;

g) Entrega do Diploma de Professor Honorário da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 12.10.1963, no Anfiteatro da Maternidade-Escola "Januário Cicco";

h) Cavaleiro da Ordem do Mérito Médico título conferido pelo Sr. Presidente da República, publicado no Diário Oficial, de 24 de agosto de 1956, páginas 85/60;

i) Agraciado com a Medalha da Ordem do Mérito "Alberto Maranhão", em 3.10.1960, no Palácio "Amaro Cavalcanti";

j) Medalha "Câmara Cascudo", conferida no dia 3 de janeiro de 1966, pelo Instituto Antropológico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

k) Diploma e Medalha de Mérito conferidos pela Fundação Legião Brasileira de Assistência, no 30.º aniversário, pelos relevantes serviços prestados à causa da Maternidade, Infância e Adolescência do Brasil;

l) Medalha Azevedo Lima, no grau de Benemérito, por serviços prestados à luta contra a Tuberculose, pela Fundação Ataulfo de Paiva — Liga Brasileira contra a Tuberculose, em agosto de 1975;

m) Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, e integrava a Comissão de Fazenda e orçamento.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

(com o auxílio do CONSELHO FEDERAL DE CULTURA)

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vols. LVI — LVII — LVIII — LIX — LX — LXI — LXII — LXIII — LXIV — LXV — LXVI — LXVII — LXVIII — LXIX — anos de 1964 a 1977).
- 2 — Presença Norte-Rio-grandense na Alçada Pernambucana — Raimundo Nonato
- 3 — Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Ferreira Nobre
(anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — sua vida e sua obra
- 5 — Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte — Enélio Lima Petrovich
- 6 — Roteiro do visitante do Instituto Histórico
- 7 — O Livro das Velhas Figuras — (I, II, III e IV) Luís da Câmara Cascudo
- 8 — Visões e Abusões Nordestinas (I e II) — Raimundo Nonato
- 9 — Os Franceses no Rio Grande do Norte — Bernard Alléguède
- 10 — A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte — Augusto Tavares de Lyra
(publicação com o auxílio da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil)

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 — Guia Histórico e Turístico da Cidade do Natal — Rômulo Wanderley
- 3 — Cronologia do Rio Grande do Norte (gente, lugares e eventos) — Luiz Rabelo
- 4 — Monumentos do Rio Grande do Norte — Nestor Lima
- 5 — O Livro das Velhas Figuras (V) — Luís da Câmara Cascudo
- 6 — História da Imprensa no Rio Grande do Norte — Manoel Rodrigues de Melo
- 7 — Titulares do Açú — Francisco Amorim
- 8 — Capitães-mores do Rio Grande do Norte — Tarcisio Medeiros